

# Índice

---

## Dados Cadastrais

Dados gerais	1
Endereço	2
Auditor	3
Escriturador de ações	4
DRI ou pessoa equiparada	5
Departamento de acionistas	6

**1. Dados gerais**

<b>Nome empresarial</b>	COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO	
<b>Data de início do nome empresarial</b>		
<b>Tipo participante</b>	Companhia Aberta	
<b>Nome empresarial anterior</b>		
<b>Data de constituição</b>	10/11/1981	
<b>CNPJ</b>	47.508.411/0001-56	
<b>Código CVM</b>	1482-6	
<b>Data de registro CVM</b>	04/04/1995	
<b>Situação do registro CVM</b>	Ativo	
<b>Data de início da situação</b>	04/04/1995	
<b>País de origem</b>	Brasil	
<b>País onde valores mobiliários estão custodiados</b>	Brasil	
<b>Países estrangeiros em que os valores mobiliários são admitidos a negociação</b>	<b>País</b>	<b>Data de Admissão</b>
<b>Setor de atividade</b>	Comércio (Atacado e Varejo)	
<b>Descrição da atividade</b>	Comércio varejista	
<b>Categoria do emissor</b>	Categoria A	
<b>Data Registro na Atual Categoria</b>	01/01/2010	
<b>Situação do emissor</b>	Fase Operacional	
<b>Data de início da situação</b>	04/04/1995	
<b>Espécie de controle acionário</b>	Privado	
<b>Data da última alteração do controle acionário</b>		
<b>Data da última alteração do exercício social</b>	31/12/2010	
<b>Dia/Mês encerramento do exercício social</b>	31/12	
<b>Página emissor na rede mundial de computadores</b>	www.gpa-ri.com.br	
<b>Jornais nos quais emissor divulga suas informações</b>	<b>Nome Jornal no qual emissor divulga suas informações</b>	<b>UF</b>
	Brasil Econômico	SP
	Diário Oficial do Estado de São Paulo	SP
	Folha de São Paulo	SP
	O Estado de São Paulo	SP
	Valor Econômico	SP

## 2. Endereço

**Endereço para correspondência**

Av. Brigadeiro Luis Antonio 3142, -, Jardim Paulista, São Paulo, SP, Brasil, CEP 01402-000, Telefone (011) 38860421, Fax (011) 38842677, E-mail gpa.ri@grupopaodeacucar.com.br

**Endereço Sede**

---

Av. Brigadeiro Luis Antonio 3142, -, Jardim Paulista, São Paulo, SP, Brasil, CEP 01401-001, Telefone (011) 38860421, Fax (011) 38842677, E-mail gpa.ri@grupopaodeacucar.com.br

---

#### 4. Auditor

---

**Possui auditor?** SIM

**Código CVM** 471-5

**Tipo auditor** Nacional

**Nome/Razão social** ERNST & YOUNG TERCO AUDITORES INDEPENDENTES S.S.

**CPF/CNPJ** 61.366.936/0001-25

**Período de prestação de serviço** 01/01/2004

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF
Antonio Carlos Fioravante	01/01/2011	126.191.148-29
SERGIO CITERONI	01/01/2004 a 31/12/2010	042.300.688-67

---

**5. Escriturador de ações**

<b>Possui prestador</b>	SIM
<b>Razão social</b>	Itaú Corretora de Valores S.A.
<b>CNPJ</b>	61.194.353/0001-64
<b>Período de prestação de serviço</b>	29/10/2007
<b>Endereço de Atendimento</b>	Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, 10 andar, Itaim Bibi, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04538-132, Telefone (011) 50297780, Fax (011) 50297780, E-mail investfone.investimento@itau-unibanco.com.br

**6. DRI ou pessoa equiparada**

<b>Nome</b>	VITOR FAGÁ DE ALMEIDA Diretor de Relações com Investidores
<b>CPF/CNPJ</b>	013.317.858-71
<b>Endereço de correspondência</b>	Av. Brigadeiro Luis Antonio 3142, Jardim Paulista, São Paulo, SP, Brasil, CEP 01401-001, Telefone (011) 38860421, Fax (011) 38862677, E-mail gpa.ri@grupopaodeacucar.com.br
<b>Data de início da atuação</b>	03/08/2010
<b>Data de término de atuação</b>	

---

## 7. Departamento de acionistas

**CONTATO** **Vitor Fagá de Almeida**

**Data início de atuação** **04/04/1995**

**Data término de atuação**

**Endereço de correspondência** Avenida Brigadeiro Luis Antonio, 3142, -, Jardim Paulista, São Paulo, SP, Brasil, CEP 01402-000, Telefone (011) 38860421, Fax (011) 38842677, E-mail gpa.ri@grupopaodeacucar.com.br

---

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	8
DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	9
Demonstração do Valor Adicionado	10

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Fluxo de Caixa	16

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	17
DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	18
Demonstração do Valor Adicionado	19

Notas Explicativas	20
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	125
---	-----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	127
--	-----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2011</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	99.680
Preferenciais	160.280
<b>Total</b>	<b>259.960</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	233
<b>Total</b>	<b>233</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Reunião do Conselho de Administração	12/05/2011	Dividendo	27/05/2011	Preferencial	Preferencial Classe A	0,09000
Reunião do Conselho de Administração	12/05/2011	Dividendo	27/05/2011	Ordinária		0,08181

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
1	Ativo Total	15.660.304	15.989.211
1.01	Ativo Circulante	4.346.228	4.687.886
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.654.021	1.757.576
1.01.03	Contas a Receber	520.228	880.370
1.01.03.01	Clientes	468.270	880.370
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	51.958	0
1.01.04	Estoques	1.583.839	1.573.254
1.01.06	Tributos a Recuperar	476.928	363.762
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	476.928	363.762
1.01.07	Despesas Antecipadas	85.253	109.765
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	25.959	3.159
1.01.08.03	Outros	25.959	3.159
1.02	Ativo Não Circulante	11.314.076	11.301.325
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.813.513	1.740.803
1.02.01.03	Contas a Receber	33.119	52.785
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	33.119	52.785
1.02.01.06	Tributos Diferidos	287.434	340.191
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	287.434	340.191
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	32.554	36.540
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	1.042.436	804.556
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	986.709	776.117
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	55.727	28.439
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	417.970	506.731
1.02.01.09.03	Fundo de Inv. em Direitos Creditorios	121.074	117.613
1.02.01.09.04	Impostos a Recuperar	10.160	119.802
1.02.01.09.05	Depósitos para Recursos Judiciais	286.736	269.316
1.02.02	Investimentos	3.870.812	4.088.102
1.02.02.01	Participações Societárias	3.870.812	4.088.102
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	-2	0
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	3.870.809	4.088.097
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	5	5
1.02.03	Imobilizado	4.953.962	4.801.998
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	4.465.730	4.249.971
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	47.000	26.639
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	441.232	525.388
1.02.04	Intangível	675.789	670.422
1.02.04.01	Intangíveis	675.789	670.422
1.02.04.01.02	Intangíveis	675.789	670.422

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
2	Passivo Total	15.660.304	15.989.211
2.01	Passivo Circulante	3.050.286	4.761.610
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	244.440	258.234
2.01.01.01	Obrigações Sociais	31.205	36.249
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	213.235	221.985
2.01.02	Fornecedores	1.709.881	2.219.699
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.665.383	2.170.234
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	44.498	49.465
2.01.03	Obrigações Fiscais	167.785	143.886
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	167.785	143.886
2.01.03.01.02	Outros (Pis , COFINS, IOF, INSS, Funrural)	167.785	143.886
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	593.920	1.228.030
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	286.509	686.566
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	169.243	284.568
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	117.266	401.998
2.01.04.02	Debêntures	277.643	520.675
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	29.768	20.789
2.01.05	Outras Obrigações	287.513	853.909
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	103.293	513.820
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	435	5.320
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	92.800	491.076
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	10.058	17.424
2.01.05.02	Outros	184.220	340.089
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.848	114.654
2.01.05.02.04	Serviços Públicos	6.369	3.450
2.01.05.02.05	Aluguéis	22.237	22.887
2.01.05.02.06	Propaganda	33.807	31.396
2.01.05.02.07	Repasse a Terceiros	6.900	7.622
2.01.05.02.08	Financiamento por Compra de Ativos	14.211	14.211
2.01.05.02.09	Demais Contas a Pagar	98.848	145.869
2.01.06	Provisões	46.747	57.852
2.01.06.02	Outras Provisões	46.747	57.852
2.01.06.02.02	Provisões para Reestruturação	6.054	6.372
2.01.06.02.05	Impostos Parcelados	40.693	51.480
2.02	Passivo Não Circulante	5.282.420	4.129.012
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.706.673	2.523.960
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.142.171	1.390.359
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.482.150	1.059.583
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	660.021	330.776
2.02.01.02	Debêntures	1.488.213	1.067.472
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	76.289	66.129
2.02.02	Outras Obrigações	1.397.355	1.274.624
2.02.02.02	Outros	1.397.355	1.274.624
2.02.02.02.03	Impostos Parcelados	1.385.974	1.269.246
2.02.02.02.04	Demais Contas a Pagar	11.381	5.378
2.02.04	Provisões	178.392	326.857

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	178.392	326.857
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	73.892	236.564
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	44.158	39.765
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	60.342	50.528
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	0	3.571
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	0	3.571
2.03	Patrimônio Líquido	7.327.598	7.098.589
2.03.01	Capital Social Realizado	6.118.232	5.579.259
2.03.02	Reservas de Capital	370.260	463.148
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	238.930	344.605
2.03.02.04	Opções Outorgadas	123.932	111.145
2.03.02.07	Reserva de Capital	7.398	7.398
2.03.04	Reservas de Lucros	621.237	841.784
2.03.04.01	Reserva Legal	212.339	212.339
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	-54.355	-213.158
2.03.04.10	Reserva para Expansão	463.253	842.603
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	217.869	214.398

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.984.226	7.843.094	3.746.610	7.600.325
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.885.711	-5.666.564	-2.763.002	-5.625.050
3.03	Resultado Bruto	1.098.515	2.176.530	983.608	1.975.275
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-910.684	-1.700.049	-836.973	-1.553.079
3.04.01	Despesas com Vendas	-654.208	-1.260.912	-591.508	-1.168.582
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-130.307	-273.250	-124.825	-262.415
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-71.115	-76.393	-21.169	-20.839
3.04.04.01	Resultado com Ativo Permanente	-936	-422	-1.912	-1.582
3.04.04.02	Outras Receitas Operacionais	5.826	0	0	0
3.04.04.03	Resultado Não Corrente	-76.005	-75.971	-19.257	-19.257
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-68.384	-139.484	-121.529	-186.193
3.04.05.01	Depreciação / Amortização	-68.352	-139.484	-66.039	-130.703
3.04.05.02	Outras despesas Operacionais	-32	0	-55.490	-55.490
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	13.330	49.990	22.058	84.950
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	187.831	476.481	146.635	422.196
3.06	Resultado Financeiro	-106.610	-230.383	-72.483	-133.329
3.06.01	Receitas Financeiras	85.778	163.819	51.472	108.531
3.06.02	Despesas Financeiras	-192.388	-394.202	-123.955	-241.860
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	81.221	246.098	74.152	288.867
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	9.821	-22.656	-18.649	-58.488
3.08.01	Corrente	889	0	4.536	10.400
3.08.02	Diferido	8.932	-22.656	-23.185	-68.888
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	91.042	223.442	55.503	230.379
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	91.042	223.442	55.503	230.379
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,31000	0,72000	0,23000	0,70000
3.99.01.02	PN	0,34000	0,78000	0,25000	0,76000

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-328.741	-448.782
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	470.578	474.814
6.01.01.01	Lucro Líquido do exercício	223.442	230.379
6.01.01.02	Imposto de renda diferido	-2.113	68.888
6.01.01.03	Resultado de ativos permanentes baixados	431	2.991
6.01.01.04	Depreciação / Amortização	139.484	130.703
6.01.01.05	Juros e variações monetária	137.130	91.095
6.01.01.06	Ajuste a Valor Presente	-17.756	0
6.01.01.07	Resultado de equivalencia patrimonial	-49.990	-84.950
6.01.01.08	Provisão para demandas judiciais	27.163	23.025
6.01.01.09	Provisão para baixas e perdas do imobilizado	0	-588
6.01.01.10	Pagamento baseado em ações	12.787	13.271
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-799.319	-923.596
6.01.02.01	Contas a receber	430.784	78.388
6.01.02.02	Estoques	-10.585	70.753
6.01.02.03	Impostos a recuperar	3.799	-104.708
6.01.02.04	Outros ativos	-45.278	-154.902
6.01.02.05	Partes Relacionadas	-626.171	-248.908
6.01.02.06	Depósitos judiciais	-29.030	-19.311
6.01.02.07	Fornecedores	-509.818	-511.893
6.01.02.08	Salários e encargos sociais	-13.794	-20.199
6.01.02.09	Impostos e contr. sociais a recolher	132.756	9.820
6.01.02.10	Demais contas a pagar	-131.982	-22.636
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-34.260	-366.298
6.02.01	Aumento de capital em controladas	282.211	-28.552
6.02.02	Aquisição de bens do ativo imobilizado	-309.306	-325.847
6.02.03	Aumento do ativo intangível	-22.899	-13.509
6.02.04	Venda de bens do imobilizado	15.734	1.610
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	259.446	176.240
6.03.01	Aumento / redução de capital	11.797	29.299
6.03.02	Captações e refinanciamentos	1.464.303	333.621
6.03.03	Pagamentos	-682.611	-36.311
6.03.04	Juros pagos	-398.752	-38.338
6.03.05	Pagamento de dividendos	-135.291	-112.031
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-103.555	-638.840
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.757.576	1.928.437
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.654.021	1.289.597

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	5.579.259	463.148	1.056.182	0	0	7.098.589
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.579.259	463.148	1.056.182	0	0	7.098.589
5.04	Transações de Capital com os Sócios	538.973	-92.888	-421.501	-22.485	0	2.099
5.04.01	Aumentos de Capital	11.797	0	0	0	0	11.797
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	12.787	0	0	0	12.787
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-22.485	0	-22.485
5.04.08	Capitalização de Reserva	527.176	-105.675	-421.501	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	223.442	0	223.442
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	223.442	0	223.442
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	3.468	0	0	3.468
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	3.468	0	0	3.468
5.07	Saldos Finais	6.118.232	370.260	638.149	200.957	0	7.327.598

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	5.374.751	647.232	602.237	0	0	6.624.220
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.374.751	647.232	602.237	0	0	6.624.220
5.04	Transações de Capital com os Sócios	198.687	-70.637	-81.440	-19.215	0	27.395
5.04.01	Aumentos de Capital	29.299	0	0	0	0	29.299
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	13.271	0	0	0	13.271
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	0	4.040	0	0	4.040
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-19.215	0	-19.215
5.04.08	Capitalização de Reservas	169.388	-83.908	-85.480	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	230.379	0	230.379
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	230.379	0	230.379
5.07	Saldos Finais	5.573.438	576.595	520.797	211.164	0	6.881.994

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010</b>
7.01	Receitas	8.661.702	8.388.819
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	8.701.023	8.424.187
7.01.02	Outras Receitas	-34.486	-31.613
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-4.835	-3.755
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.855.221	-6.791.940
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-6.131.307	-6.121.201
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-723.914	-670.739
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.806.481	1.596.879
7.04	Retenções	-139.484	-130.703
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-139.484	-130.703
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.666.997	1.466.176
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	213.809	191.106
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	49.990	84.950
7.06.02	Receitas Financeiras	163.819	106.156
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.880.806	1.657.282
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.880.806	1.657.282
7.08.01	Pessoal	711.272	657.741
7.08.01.01	Remuneração Direta	492.491	453.504
7.08.01.02	Benefícios	164.333	152.689
7.08.01.03	F.G.T.S.	40.075	39.982
7.08.01.04	Outros	14.373	11.566
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	384.890	375.790
7.08.02.01	Federais	213.781	210.347
7.08.02.02	Estaduais	128.682	131.285
7.08.02.03	Municipais	42.427	34.158
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	561.202	393.372
7.08.03.01	Juros	394.200	239.485
7.08.03.02	Aluguéis	167.002	153.887
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	223.442	230.379
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	223.442	230.379

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
1	Ativo Total	30.423.371	29.676.701
1.01	Ativo Circulante	15.295.036	14.708.976
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.963.067	3.817.994
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	600.613
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	0	600.613
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	0	600.613
1.01.03	Contas a Receber	4.909.571	4.232.650
1.01.03.01	Clientes	4.604.344	4.047.234
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	305.227	185.416
1.01.04	Estoques	4.816.465	4.823.768
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.347.428	888.355
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.347.428	888.355
1.01.07	Despesas Antecipadas	211.292	251.569
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	47.213	94.027
1.01.08.03	Outros	47.213	94.027
1.02	Ativo Não Circulante	15.128.335	14.967.725
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.061.128	3.149.825
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	0	7.389
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	0	7.389
1.02.01.03	Contas a Receber	612.392	611.630
1.02.01.03.01	Clientes	527.774	522.072
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	84.618	89.558
1.02.01.06	Tributos Diferidos	1.180.342	1.136.462
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.180.342	1.136.462
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	33.645	54.204
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	140.813	176.241
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	74.314	0
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	66.499	176.241
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.093.936	1.163.899
1.02.01.09.04	Impostos a Recuperar	83.967	213.506
1.02.01.09.05	Depósitos para Recursos Judiciais	593.965	534.389
1.02.01.09.06	Opção de compra - Bartira	416.004	416.004
1.02.02	Investimentos	231.548	232.540
1.02.02.01	Participações Societárias	231.548	232.540
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	231.195	0
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	353	0
1.02.03	Imobilizado	6.980.859	6.703.595
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	6.309.424	5.863.678
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	149.371	138.975
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	522.064	700.942
1.02.04	Intangível	4.854.800	4.881.765
1.02.04.01	Intangíveis	4.854.800	4.881.765
1.02.04.01.02	Intangíveis	4.854.800	4.881.765

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
2	Passivo Total	30.423.371	29.676.701
2.01	Passivo Circulante	9.961.613	10.815.926
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	645.427	589.186
2.01.01.01	Obrigações Sociais	57.328	120.825
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	588.099	468.361
2.01.02	Fornecedores	4.475.085	5.306.349
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4.423.266	5.190.645
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	51.819	115.704
2.01.03	Obrigações Fiscais	299.925	298.853
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	294.505	292.658
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	12.355	25.463
2.01.03.01.02	Outros (Pis, COFINS, IOF, INSS, Funrural)	282.150	267.195
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	5.420	6.195
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	3.487.192	2.977.505
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	3.149.932	2.392.363
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	2.176.134	1.935.028
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	973.798	457.335
2.01.04.02	Debêntures	277.643	520.675
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	59.617	64.467
2.01.05	Outras Obrigações	918.177	1.520.569
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	12.517	274.291
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	439	69.254
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	0	187.128
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	12.078	17.909
2.01.05.02	Outros	905.660	1.246.278
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	2.130	116.287
2.01.05.02.04	Serviços Públicos	6.054	5.383
2.01.05.02.05	Aluguéis	43.631	68.226
2.01.05.02.06	Propaganda	33.926	33.614
2.01.05.02.07	Repasse a Terceiros	10.368	201.224
2.01.05.02.08	Financiamento por Compra de Ativos	14.211	14.211
2.01.05.02.09	Demais Contas a Pagar	726.896	509.849
2.01.05.02.10	Aquisição de Sociedades	68.444	297.484
2.01.06	Provisões	135.807	123.464
2.01.06.02	Outras Provisões	135.807	123.464
2.01.06.02.02	Provisões para Reestruturação	6.054	6.372
2.01.06.02.05	Impostos Parcelados	45.092	54.071
2.01.06.02.06	Receitas Antecipadas	84.661	63.021
2.02	Passivo Não Circulante	10.685.409	9.277.005
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	6.685.641	5.591.936
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	5.099.497	4.423.366
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	4.326.083	3.744.908
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	773.414	678.458
2.02.01.02	Debêntures	1.488.213	1.067.472
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	97.931	101.098
2.02.02	Outras Obrigações	1.975.533	1.678.591

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
2.02.02.02	Outros	1.975.533	1.678.591
2.02.02.02.03	Impostos Parcelados	1.487.859	1.377.758
2.02.02.02.04	Demais Contas a Pagar	261.090	85.773
2.02.02.02.05	Aquisição de Sociedades	226.584	215.060
2.02.03	Tributos Diferidos	1.102.204	1.069.288
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.102.204	1.069.288
2.02.04	Provisões	514.574	697.806
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	514.574	697.806
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	165.123	333.286
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	29.213	29.433
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	57.033	52.857
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	263.205	282.230
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	407.457	239.384
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	407.457	239.384
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	9.776.349	9.583.770
2.03.01	Capital Social Realizado	6.118.232	5.579.259
2.03.02	Reservas de Capital	370.260	463.148
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	238.930	344.605
2.03.02.04	Opções Outorgadas	123.932	111.145
2.03.02.07	Reserva de Capital	7.398	7.398
2.03.04	Reservas de Lucros	621.237	841.784
2.03.04.01	Reserva Legal	212.339	212.339
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	-54.355	-213.158
2.03.04.10	Reserva para Expansão	463.253	842.603
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	217.869	214.398
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	2.448.751	2.485.181

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	11.269.779	22.138.573	6.976.894	13.949.687
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-8.282.281	-16.302.677	-5.342.538	-10.644.276
3.03	Resultado Bruto	2.987.498	5.835.896	1.634.356	3.305.411
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.556.769	-4.981.986	-1.361.790	-2.704.581
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.915.165	-3.802.669	-1.088.453	-2.108.475
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-431.119	-809.197	-160.412	-385.145
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-43.750	-41.396	10.848	37.831
3.04.04.01	Resultado com Ativo Permanente	760	1.246	2.678	2.337
3.04.04.02	Outras Receitas Operacionais	4.881	6.715	78.265	105.589
3.04.04.03	Resultado Não Corrente	-49.391	-49.357	-70.095	-70.095
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-169.419	-341.955	-142.077	-289.300
3.04.05.01	Depreciação / Amortização	-149.997	-308.148	-100.056	-210.654
3.04.05.02	Outras Despesas Operacionais	-19.422	-33.807	-42.021	-78.646
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.684	13.231	18.304	40.508
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	430.729	853.910	272.566	600.830
3.06	Resultado Financeiro	-336.012	-661.737	-176.534	-277.774
3.06.01	Receitas Financeiras	138.801	272.173	64.640	142.257
3.06.02	Despesas Financeiras	-474.813	-933.910	-241.174	-420.031
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	94.717	192.173	96.032	323.056
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-8.586	4.808	-40.291	-96.964
3.08.01	Corrente	-17.779	-35.938	2.928	-5.036
3.08.02	Diferido	9.193	40.746	-43.219	-91.928
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	86.131	196.981	55.741	226.092
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	86.131	196.981	55.741	226.092
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	91.042	223.442	55.503	230.379
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-4.911	-26.461	238	-4.287
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010</b>
3.99.01.01	ON	0,31000	0,72000	0,23000	0,70000
3.99.01.02	PN	0,34000	0,78000	0,25000	0,76000

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-310.399	-583.472
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	841.804	626.625
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	196.981	226.092
6.01.01.02	Imposto de renda diferido (nota 21)	-40.746	91.928
6.01.01.03	Resultado de ativos permanentes baixados	-28.643	-5.991
6.01.01.04	Depreciação / amortização	308.148	210.654
6.01.01.05	Juros e variações monetárias	319.500	90.839
6.01.01.06	Ajuste a valor presente	-11.616	0
6.01.01.07	Resultado de equivalencia patrimonial (nota 14)	-13.231	-40.508
6.01.01.08	Provisão para demandas judiciais (nota 22)	62.466	39.477
6.01.01.09	Provisão baixas e perdas de imobilizado	36.158	863
6.01.01.10	Pagamento baseado em ações	12.787	13.271
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.152.203	-1.210.097
6.01.02.01	Contas a receber	-863.099	63.337
6.01.02.02	Estoques	18.919	10.215
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-443.569	-219.444
6.01.02.04	Outros ativos	293.066	-182.114
6.01.02.05	Partes relacionadas	-203.152	-23.158
6.01.02.06	Depositos judiciais	-87.409	-39.839
6.01.02.07	Fornecedores	-831.264	-747.026
6.01.02.08	Salarios e encargos sociais	56.241	-63.324
6.01.02.09	Impostos e contr. sociais a recolher	381.522	-38.362
6.01.02.10	Demais contas a pagar	-132.236	29.618
6.01.02.11	Aplicações Financeiras	658.778	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-584.220	-474.192
6.02.01	Aquisição de empresas	0	-28.546
6.02.02	Aumento de capital em controladas	0	-971
6.02.03	Aquisição de bens do ativo imobilizado	-531.733	-424.759
6.02.04	Aumento do ativo intangível	-81.512	-22.654
6.02.05	Venda de bens do imobilizado	29.025	2.738
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.039.692	481.664
6.03.01	Aumento / redução de capital	11.797	29.300
6.03.02	Captações e refinanciamento	4.009.834	880.341
6.03.03	Pagamentos	-2.394.201	-241.409
6.03.04	Juros pagos	-451.096	-74.893
6.03.05	Pagamento de dividendos	-136.642	-111.675
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	145.073	-576.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.817.994	2.344.200
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.963.067	1.768.200

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	5.579.259	463.148	1.056.182	0	0	7.098.589	2.485.181	9.583.770
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.579.259	463.148	1.056.182	0	0	7.098.589	2.485.181	9.583.770
5.04	Transações de Capital com os Sócios	538.973	-92.888	-421.501	-22.485	0	2.099	-9.969	-7.870
5.04.01	Aumentos de Capital	11.797	0	0	0	0	11.797	0	11.797
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	12.787	0	0	0	12.787	0	12.787
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-22.485	0	-22.485	0	-22.485
5.04.08	Capitalização de Reservas	527.176	-105.675	-421.501	0	0	0	0	0
5.04.09	Part. Acionistas não Controladores	0	0	0	0	0	0	-9.969	-9.969
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	223.442	0	223.442	-26.461	196.981
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	223.442	0	223.442	-26.461	196.981
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	3.468	0	0	3.468	0	3.468
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	3.468	0	0	3.468	0	3.468
5.07	Saldos Finais	6.118.232	370.260	638.149	200.957	0	7.327.598	2.448.751	9.776.349

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	5.374.751	647.232	602.237	0	0	6.624.220	32.505	6.656.725
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.374.751	647.232	602.237	0	0	6.624.220	32.505	6.656.725
5.04	Transações de Capital com os Sócios	198.687	-70.637	-81.440	-19.215	0	27.395	0	27.395
5.04.01	Aumentos de Capital	29.299	0	0	0	0	29.299	0	29.299
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	13.271	0	0	0	13.271	0	13.271
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	0	4.040	0	0	4.040	0	4.040
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-19.215	0	-19.215	0	-19.215
5.04.08	Capitalização de Reservas	169.388	-83.908	-85.480	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	230.379	0	230.379	-4.287	226.092
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	230.379	0	230.379	-4.287	226.092
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	-20.041	-20.041
5.06.04	Participação de Acionista não controladores	0	0	0	0	0	0	-20.041	-20.041
5.07	Saldos Finais	5.573.438	576.595	520.797	211.164	0	6.881.994	8.177	6.890.171

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010</b>
7.01	Receitas	24.917.667	15.666.190
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	24.977.380	15.599.380
7.01.02	Outras Receitas	16.292	66.685
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-76.005	125
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-19.279.981	-13.007.162
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-16.943.355	-11.785.360
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.336.626	-1.221.802
7.03	Valor Adicionado Bruto	5.637.686	2.659.028
7.04	Retenções	-308.148	-210.654
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-308.148	-210.654
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	5.329.538	2.448.374
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	285.404	182.765
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	13.231	40.508
7.06.02	Receitas Financeiras	272.173	142.257
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	5.614.942	2.631.139
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	5.614.942	2.631.139
7.08.01	Pessoal	2.433.998	1.075.124
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.859.318	762.884
7.08.01.02	Benefícios	370.374	227.471
7.08.01.03	F.G.T.S.	179.230	66.570
7.08.01.04	Outros	25.076	18.199
7.08.01.04.01	Participações	25.076	18.199
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.510.546	591.732
7.08.02.01	Federais	496.890	377.880
7.08.02.02	Estaduais	917.911	143.416
7.08.02.03	Municipais	95.745	70.436
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.473.417	738.192
7.08.03.01	Juros	933.910	420.031
7.08.03.02	Aluguéis	539.507	318.161
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	196.981	226.091
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	223.442	230.378
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-26.461	-4.287

## Notas Explicativas

### Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

#### 1. Informações corporativas

A Companhia Brasileira de Distribuição, diretamente ou através de suas subsidiárias, ("Companhia" ou "GPA") atua no segmento varejista de alimentos, vestuário, eletrodomésticos e outros produtos por meio de sua cadeia de hipermercados, supermercados, lojas especializadas e lojas de departamento, principalmente sob as marcas "Pão de Açúcar", "Comprebem", "Extra", "Extra Super", "Extra Fácil", "Sendas", "Assai", "Ponto Frio", "Casas Bahia", "Casas Bahia.Com", "Extra.com" e "Ponto Frio.Com". Sua sede social está localizada em São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

Fundada em 1948, a Companhia tem 143.931 funcionários, 1.604 lojas em 19 estados brasileiros e 1 no Distrito Federal e uma infra-estrutura de logística que compreende 28 depósitos localizados em sete estados, em 30 de junho de 2011. As ações da Companhia são negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo, estando suas ações listadas nas Bolsas de Valores de São Paulo e de Nova York (ADR nível III).

O Grupo Diniz e o Grupo Casino dividem o controle da Companhia por meio de uma *holding* denominada Wilkes Participações S.A., conforme contrato celebrado em maio de 2005.

#### 2. Base de elaboração

As informações contábeis intermediárias da controladora e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quanto aos instrumentos financeiros derivativos, que foram mensurados pelo valor justo.

As informações contábeis intermediárias da controladora e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e moeda de apresentação da Companhia e de suas subsidiárias.

Os itens incluídos nas informações contábeis intermediárias da controladora e consolidadas de cada uma das subsidiárias da Companhia foram mensurados adotando-se a moeda do ambiente econômico principal em que a subsidiária atua ("moeda funcional").

As informações contábeis intermediárias do período encerrado em 30 de junho de 2011 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 25 de julho de 2011.

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas são elaboradas e apresentadas de acordo com pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e de acordo com o IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, respectivamente, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários

**Notas Explicativas****Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

**2. Base de elaboração --continuação**

Nas informações contábeis intermediárias individuais, os investimentos em controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standard Board* ("IASB"), seriam pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferenças entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pela Companhia e o patrimônio líquido e resultado da entidade controladora em suas informações contábeis intermediárias individuais.

Para melhor apresentação e comparabilidade alguns saldos de 31 de dezembro de 2010 foram reclassificados

**3. Base de consolidação**

a) Participação em subsidiárias, associadas e "joint ventures"

Sociedades	Participação nos investimentos - %			
	30.06.2011		31.12.2010	
	CBD	Part. Indiretas	CBD	Part. Indiretas
<u>Subsidiárias:</u>				
Novasoc	10,00	-	10,00	-
Sé	93,10	6,90	93,10	6,90
Sendas Distribuidora	18,33	81,67	14,86	42,57
PAFIDC	9,33	1,09	9,58	1,12
PA Publicidade	99,99	-	99,99	-
Barcelona	-	100,00	-	100,00
CBD Holland	100,00	-	100,00	-
CBD Panamá	-	100,00	-	100,00
Xantocarpa	-	100,00	-	100,00
Vedra	99,99	-	99,99	-
Bellamar	-	100,00	0,01	99,99
Vancouver	100,00	-	100,00	-
Dallas	99,99	0,01	99,99	-
Bruxellas	99,99	-	99,99	-
Monte Tardelli	99,00	1,00	99,00	-
GPA 1	99,90	0,10	99,99	-
GPA 2	99,90	0,10	99,99	-
GPA 4	99,00	1,00	99,00	-
GPA 5	99,00	1,00	99,00	-
GPA 6	99,90	0,10	99,99	-
ECQD	100,00	-	100,00	-
API SPE Imobiliários	100,00	-	100,00	-
Lake Niassa	-	100,00	-	100,00
Globex Utilidades	52,41	-	52,41	-
Globex Adm e Serviços	-	100,00	-	100,00
Nova Casa Bahia	-	100,00	-	100,00
Ponto Frio Adm e Impot. de Bens	-	99,99	-	99,99
Rio Expresso Com. Atacad. Eletro	-	100,00	-	100,00

**Notas Explicativas****Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

**3. Base de consolidação -- continuação**

a) Participação em subsidiárias, associadas e "joint ventures"

Sociedades	30.06.2011		31.12.2010	
	CBD	Part. Indiretas	CBD	Part. Indiretas
Globex Adm. Consórcio	-	100,00	-	100,00
PontoCred Negócio de Varejo	-	100,00	-	100,00
Nova Extra Eletro	0,10	99,90	0,01	99,99
PontoFrio.com Comércio Eletrônico	39,05	54,95	39,05	54,95
E-HubConsult. Particip. e Com.	-	100,00	-	100,00
Saper	24,21	75,79	24,21	75,79
Sabara	-	100,00	-	100,00
<u>Associadas e Joint Ventures:</u>				
Financeira Itaú CBD – FIC	-	50,00	-	50,00
GPA - FIDC	9,33	1,09	9,47	1,11
Globex – FIDC	-	13,61	-	13,70
Móveis Bartira Ltda.	-	25,00	-	25,00
Dunnhumby Brasil	2,00	98,00	2,00	98,00
Banco Investcred Unibanco	-	-	-	50,00
Casas Bahia Contact Center Ltda.	-	100,00	-	100,00
FIC Promotora	-	99,96	-	99,96
PFLeasing	-	100,00	-	100,00

## Notas Explicativas

### Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

#### 3. Base de consolidação--Continuação

##### b) Subsidiárias

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as informações contábeis intermediárias de todas as subsidiárias nas quais a controladora exerce controle, direto ou indireto.

Subsidiárias são todas as entidades (incluindo sociedades de propósito específico) em que a Companhia tem poder para governar as políticas financeiras e operacionais e detém, de modo geral, ações que representam mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito dos potenciais direitos de voto atualmente exercíveis ou conversíveis são levados em consideração para determinar se a Companhia controla ou não outra entidade. As subsidiárias são consolidadas integralmente a partir da data de aquisição, que corresponde à data em que a Companhia obtém o controle, e excluídas da consolidação a partir da data em que esse controle é perdido.

As informações contábeis intermediárias das subsidiárias são elaboradas na mesma data de encerramento da Controladora, adotando-se políticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre empresas do grupo, receitas e despesas, ganhos e perdas não realizados e dividendos resultantes de operações entre empresas do grupo são integralmente eliminados.

Ganhos ou perdas resultantes de alterações na participação societária em subsidiárias, que não resultem em perda de controle, são contabilizados diretamente no patrimônio líquido.

Os prejuízos são atribuídos às participações de acionistas não controladores, mesmo que isso resulte em saldo devedor.

As principais subsidiárias diretas ou indiretas incluídas na consolidação e o percentual de participação da Companhia compreendem:

##### i. *Novasoc*

Embora a participação da Companhia na Novasoc Comercial Ltda. ("Novasoc") represente 10% de suas ações, a Novasoc está incluída nas informações contábeis intermediárias consolidadas porque a Companhia detém controle sobre 99,98% dos direitos de voto da empresa, nos termos do acordo de acionistas. Adicionalmente, de acordo com o Estatuto Social da Novasoc, a alocação de seu lucro líquido não requer necessariamente que seja proporcional ao percentual de participação detida na sociedade.

## Notas Explicativas

### Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

#### 3. Base de consolidação--Continuação

##### b) Subsidiárias--Continuação

###### ii. *PAFIDC e Globex FIDC*

A Companhia consolida as informações contábeis intermediárias do Pão de Açúcar Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios ("PAFIDC") e Globex Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("Globex FIDC"), sociedades de propósito específico constituídas com a finalidade exclusiva de conduzir a securitização de recebíveis da Companhia e de suas subsidiárias. A consolidação se justifica pelo fato de a maior parte dos riscos e benefícios relacionados ao fundo estar vinculada a ações subordinadas detidas pela Companhia e subsidiárias.

###### iii. *Globex*

A Companhia consolida as informações contábeis intermediárias de Globex, subsidiária que concentra as atividades de eletro-eletrônicos do Grupo, operando sob as marcas "Ponto Frio", "Extra-Eletrô" e, a partir de novembro de 2010, "Casas Bahia". A Companhia atua também através de sua controlada PontoFrio.com Comércio Eletrônico S.A ("Nova Pontocom"), no comércio eletrônico de qualquer produto para consumidores finais por meio dos sites: [www.extra.com.br](http://www.extra.com.br), [www.pontofrio.com.br](http://www.pontofrio.com.br) e [www.casasbahia.com.br](http://www.casasbahia.com.br).

###### iv. *Sendas*

A Companhia detém indiretamente 100% do capital de Sendas Distribuidora, sua subsidiária integral, a qual contempla operações de varejo e atacarejo, predominantemente no estado do Rio de Janeiro. Para informações detalhadas sobre a aquisição de participação não controladora, vide nota explicativa 14(a ii).

##### c) Associadas – BINV e FIC

Os investimentos da Companhia em suas associadas FIC e BINV, ambas instituições de financiamento de vendas diretamente para clientes do GPA e resultam de uma associação do Banco Itaú Unibanco com o GPA e a Globex são contabilizados segundo o método da equivalência patrimonial. Uma associada é uma entidade na qual a Companhia exerce influência significativa, mas não o controle.

O poder sobre as decisões operacionais e financeiras do BINV e da FIC é pertencente ao Banco Itaú – Unibanco S.A. (Itaú-Unibanco). Dessa forma, a Companhia exerce influência significativa sobre seus investimentos e os reconhece pelo método de equivalência patrimonial.

Segundo o método da equivalência patrimonial, os investimentos nas associadas são contabilizados pelo custo, refletindo ainda as alterações da participação da Companhia no patrimônio líquido da associada posteriores à aquisição. Os ágios relacionados às associadas estão incluídos no valor contábil dos investimentos e não são amortizados nem submetidos separadamente a testes de recuperação.

## Notas Explicativas

### Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

#### 3. Base de consolidação--Continuação

##### c) Associadas – BINV e FIC--Continuação

A demonstração do resultado do período reflete a parcela dos resultados das operações das associadas. Quando há uma alteração reconhecida diretamente no patrimônio líquido das associadas, a Companhia reconhece sua participação nas eventuais alterações e a evidencia, conforme o caso, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados resultantes de operações entre a Companhia e as associadas são eliminados proporcionalmente à participação nas associadas.

A participação nos lucros das associadas está refletida na demonstração do resultado do período como resultado de equivalência patrimonial, correspondente ao lucro atribuível aos acionistas da associada, relacionada, portanto, ao lucro depois dos impostos e participações de acionistas não controladores nas subsidiárias das associadas. As informações contábeis intermediárias das associadas são elaboradas para a mesma data de encerramento da controladora. Quando necessário, são feitos ajustes para harmonizar as políticas contábeis com as da Companhia.

Depois da aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer uma perda por não recuperação adicional referente ao investimento da Companhia em suas associadas. A Companhia verifica na data de cada balanço se há evidências de que o investimento nas associadas não será recuperável. Se aplicável, a Companhia calcula o valor da perda como a diferença entre o valor recuperável do investimento e seu valor contábil e reconhece a perda na demonstração do resultado do período.

Em caso de perda de sua influência significativa sobre as associadas, a Companhia mensura e reconhece os eventuais investimentos remanescentes pelo valor justo. As eventuais diferenças entre o valor contábil das associadas, quando da perda da influência significativa, e o valor justo do investimento remanescente e dos resultados da baixa são reconhecidas na demonstração do resultado do período.

##### d) Participação em *joint venture* - Bartira

A Companhia possui participação indireta em uma *joint venture* controlada em conjunto, denominada Indústria de Móveis Bartira Ltda. ("Bartira"), na qual os participantes (GPA, por meio de sua subsidiária Nova Casa Bahia S.A. ("NCB"), com 25%, e a família Klein, por meio da Casa Bahia Comercial Ltda., com 75%) formalizaram um acordo de sócios que estabelece controle conjunto sobre as atividades operacionais da entidade.

O acordo de sócios exige deliberação unânime dos participantes para a tomada de decisões financeiras e operacionais. A Companhia reconhece sua participação na *joint venture* utilizando o método de consolidação proporcional. Portanto, combina sua parcela proporcional de cada ativo, passivo, receitas e despesas da *joint venture* com itens semelhantes – linha a linha – em suas informações contábeis intermediárias consolidadas. As informações contábeis intermediárias da *joint venture* são preparadas para o mesmo período adotado pela Companhia. Eventuais ajustes são feitos quando necessários para alinhar as práticas contábeis.

**Notas Explicativas****Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

**3. Base de consolidação--Continuação**d) Participação em *joint venture* - Bartira

Demonstramos abaixo as informações financeiras condensadas da sociedade controlada em conjunto pela Companhia:

	<b>30.06.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Ativo circulante	<b>91.438</b>	109.120
Ativo não circulante	<b>64.297</b>	64.836
<b>Total do ativo</b>	<b>155.735</b>	173.956
Passivo circulante	<b>61.424</b>	80.288
Passivo não circulante	<b>3.020</b>	5.858
Patrimônio líquido	<b>91.291</b>	87.810
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>155.735</b>	173.956
Resultado (i):		
Receita líquida de vendas e prestação de serviços	<b>232.224</b>	71.188
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda	<b>(5.494)</b>	(2.528)
<b>Lucro (prejuízo) do período</b>	<b>(3.481)</b>	(1.880)

(i) Os saldos apresentados em 31 de dezembro de 2010 incluem os resultados de dois meses.

## Notas Explicativas

### Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

#### 4. Principais políticas contábeis

##### a) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos na data em que a Companhia celebra o contrato. Quando reconhecidos, são registrados pelo valor justo, somado aos custos da transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre na data de cada balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada espécie de ativo ou passivo financeiro.

##### (i) *Ativos financeiros*

##### Reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia e incluídos no escopo da CPC 38 (IAS 39), são classificados como ativos financeiros mensurado pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos, recebíveis e instrumentos financeiros derivativos designados como instrumentos de *hedge* e investimento mantidos até o vencimento. A Companhia define a classificação de seus ativos financeiros quando do reconhecimento inicial.

Todos os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de investimentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, são somados aos custos da transação diretamente atribuíveis.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exijam entrega de ativos dentro de um prazo definido por regulamento ou convenção no mercado (negociações em condições normais) são reconhecidas na data da negociação, isto é, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, contas a receber de partes relacionadas, depósitos judiciais e instrumentos financeiros derivativos.

## Notas Explicativas

### Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

#### 4. Principais políticas contábeis--Continuação

##### a) Instrumentos financeiros--Continuação

##### (i) Ativos financeiros--Continuação

##### Mensuração subsequente

Os ativos são classificados em uma das categorias a seguir, conforme a finalidade para a qual foram adquiridos ou emitidos:

- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são mensurados pelo valor justo na data de cada balanço. As taxas de juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações derivadas da avaliação pelo valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado do período como receitas ou despesas financeiras, quando incorridas. Os ativos financeiros são classificados como ativos financeiros pelo valor justo no resultado se adquiridos para fins de venda ou recompra a curto prazo., com alterações reconhecidas nas receitas ou despesas financeiras. São classificados nesta categoria os saldos de caixa e equivalentes de caixa mantidos pela Companhia; e
- Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em mercado ativo. Após o reconhecimento inicial, são mensurados utilizando-se o custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. A receita de juros, a correção monetária e a variação cambial, deduzidas as perdas por desvalorização, conforme o caso, são reconhecidas na demonstração do resultado do período como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.
- Ativos e passivos financeiros mantidos até o vencimento: são ativos e passivos financeiros que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Nesse caso, esses ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício, usando o método da taxa de juros efetiva

##### Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, conforme o caso, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Expiram os direitos de recebimento de fluxos de caixa; e
- A Companhia transferiu seus direitos de recebimento de fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro, nos termos de um acordo de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o seu controle.

## Notas Explicativas

### Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

#### 4. Principais políticas contábeis--Continuação

##### a) Instrumentos financeiros--Continuação

##### (i) *Ativos financeiros*--Continuação

##### Desreconhecimento de ativos financeiros--Continuação

Quando a Companhia transfere seus direitos de recebimento de fluxos de caixa de um ativo ou celebra acordo de repasse, sem ter transferido ou retido substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo ou transferido o controle do ativo, o ativo é reconhecido na medida da continuidade do envolvimento da Companhia nesse ativo.

Nesse caso, a Companhia reconhece também um passivo correspondente. O ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados de forma que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Companhia.

##### Perda do valor recuperável de ativos financeiros

Nas datas dos balanços, a Companhia verifica se há indícios de perda do valor recuperável de um ativo ou grupo de ativos financeiros. A perda do valor recuperável de um ativo ou grupo de ativos financeiros é considerada apenas (e tão somente) se houver evidências objetivas resultantes de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial do ativo ("evento de perda"), e caso referido evento venha a impactar os futuros fluxos de caixa estimados do ativo ou grupo de ativos financeiros, os quais podem ser estimados com segurança. As evidências de perda do valor recuperável podem incluir indícios de que os devedores (ou grupo de devedores) estão passando por dificuldades financeiras significativas, moratória ou inadimplência na amortização dos juros ou do principal, probabilidade de que entrem em processo de falência ou outro tipo de reorganização financeira e quando esses dados indicam queda mensurável nos fluxos de caixa futuros, tais como variações em juros moratórios ou condições econômicas que se correlacionam com inadimplementos.

O valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo-se as perdas de crédito futuras não incorridas) descontados pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil do ativo é reduzido por meio do uso de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado do período. A receita de juros é registrada nas informações contábeis intermediárias como parte das receitas financeiras.

## Notas Explicativas

### Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

#### 4. Principais políticas contábeis--Continuação

##### a) Instrumentos financeiros--Continuação

##### (i) Ativos financeiros--Continuação

##### Perda do valor recuperável de ativos financeiros--Continuação

Se, em período subsequente, o valor da perda por não recuperação se reduzir e a redução puder ser associada objetivamente a um evento ocorrido após o reconhecimento da provisão (tal como uma melhora da classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por desvalorização reconhecida anteriormente é reconhecida na demonstração do resultado do período consolidada. Se uma baixa for recuperada posteriormente, a recuperação é também reconhecida na demonstração do resultado do período.

##### Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Quanto aos ativos financeiros mantidos até o vencimento, a Companhia, em primeiro lugar, verifica se há evidências objetiva de perda do valor recuperável individualmente para os ativos financeiros que são individualmente significativos, ou coletivamente para os ativos que não são individualmente significativos. Caso a Companhia determine a inexistência de evidências objetivas de perda do valor recuperável de um ativo financeiro avaliado individualmente – seja esta perda significativa ou não –, a Companhia o classifica em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes, os quais são avaliados coletivamente. Os ativos avaliados individualmente quanto à perda do valor recuperável, ou para os quais a perda do valor recuperável é (ou continua a ser) reconhecida, não estão inclusos na avaliação coletiva da perda.

Caso haja evidência objetiva da ocorrência da perda do valor recuperável, o valor da respectiva perda é calculado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente do fluxo de caixa estimado (excluindo perdas de crédito estimadas e ainda não incorridas). O valor presente do fluxo de caixa estimado é descontado à taxa de juros original dos ativos financeiros. Se um ativo financeiro tiver uma taxa de juros variável, o desconto para mensurar eventuais perdas do valor recuperável será a taxa de juros efetiva à data presente.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma conta de provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado do período. A receita financeira continua a ser acumulada sobre o valor contábil reduzido à taxa de juros utilizada para descontar fluxo de caixa futuro a fim de mensurar a perda do valor recuperável. Além disso, a receita de juros é contabilizada como parte do resultado financeiro na demonstração do resultado do período. Os empréstimos e recebíveis, juntamente com as respectivas provisões, são baixados quando não há perspectivas reais de recuperação futura, e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia. Caso, no exercício subsequente, a perda estimada do valor recuperável sofra alguma variação devido a um evento ocorrido após seu reconhecimento, um ajuste é efetuado na conta de provisão. Se uma baixa for recuperada posteriormente, ela é creditada às despesas financeiras na demonstração do resultado do período.

## Notas Explicativas

### Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

#### 4. Principais políticas contábeis--Continuação

##### a) Instrumentos financeiros--Continuação

###### (i) *Ativos financeiros*--Continuação

###### Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou que possam ser apurados sem cotação em mercado ativo. Após mensuração inicial, esses ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado segundo o método de taxa efetiva de juros ("TEJ"), deduzindo a perda do valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando-se em consideração eventuais descontos ou prêmios sobre aquisição e tarifas ou custos que constituem o TEJ. A amortização TEJ está incluída no resultado financeiro líquido, na demonstração do resultado do período. As despesas decorrentes da perda do valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado do período.

A Companhia securitiza suas contas a receber por meio das sociedades de propósito específico, o PAFIDC e Globex FIDC. (Vide nota explicativa 10).

O contas a receber oriundo de contratos comerciais decorrem de bônus e descontos concedidos por fornecedores, contratualmente estabelecidos e calculados sobre os volumes de compra, ações de marketing, reembolsos de custo de frete, etc.

###### (ii) *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros no escopo do CPC 38 (IAS 39) são classificados como passivos financeiros mensurado pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos ou financiamentos ou instrumentos financeiros derivativos designados como instrumentos de hedge em um relacionamento de hedge efetivo, conforme o caso. A companhia define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, somados aos custos da operação diretamente atribuíveis.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, saldo negativo de contas bancárias, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos.

## Notas Explicativas

### Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

#### 4. Principais políticas contábeis--Continuação

##### a) Instrumentos financeiros--Continuação

##### (ii) *Passivos financeiros*--Continuação

##### Mensuração subsequente

A mensuração depende da classificação dos passivos, conforme segue:

- Empréstimos e financiamentos: Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e financiamentos remunerados são posteriormente mensurados pelo custo amortizado adotando-se o método da taxa de juros efetiva. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do período quando da baixa dos passivos, bem como pelo processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

##### Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente ao passivo é quitada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal substituição ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado.

##### Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados líquidos nas informações trimestrais, se, e somente se, houver o direito de compensação dos valores reconhecidos e intenção de liquidar em base líquida ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

A nota explicativa 19 contém uma análise do valor justo dos instrumentos financeiros e detalhes adicionais sobre o modo como é mensurado.

## Notas Explicativas

### Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

#### 4. Principais políticas contábeis--Continuação

##### a) Instrumentos financeiros--Continuação

##### (ii) *Passivos financeiros*--Continuação

##### Opções de venda outorgadas a acionistas não controladores

- A classificação dos instrumentos de patrimônio e dos instrumentos de dívida emitidos pela Companhia depende das características específicas de cada instrumento. O instrumento é considerado um instrumento de patrimônio quando satisfeitas duas condições: (i) o instrumento não deve prever obrigação contratual de entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro para outra companhia, ou permuta de ativos ou passivos financeiros com outra companhia sob condições potencialmente desfavoráveis para a Companhia; e (ii) em caso de contrato que seja ou possa ser liquidado nos próprios instrumentos de dívida da Companhia, o instrumento tem de ser diferente de um derivativo que não preveja obrigação contratual de entrega de uma quantidade variável de instrumentos patrimoniais da própria Companhia ou um derivativo que deva ser liquidado mediante a troca de uma quantidade fixa de dinheiro ou outro ativo financeiro por um número fixo de instrumentos patrimoniais representativos da própria Companhia.

Portanto, os instrumentos resgatáveis a critério da Companhia, cuja remuneração dependa do pagamento de dividendos, são classificados no patrimônio líquido.

Quando a Companhia detém uma participação societária presente nas ações sujeitas a um contrato de opção, nenhuma participação de acionistas não controladores é registrada e as ações sujeitas ao instrumento são contabilizadas como próprias. A política da Companhia é tratar qualquer obrigação associada ao instrumento como uma obrigação segundo o CPC 15 (IFRS 3) com alterações reconhecidas como contraprestação contingente contra ágio. As alterações nas obrigações associadas à passagem de tempo, como o fechamento de posição de uma taxa de desconto ou correção monetária, são reconhecidas como despesa financeira.

##### Reclassificação de instrumentos de dívida e patrimônio

Para reclassificar um instrumento de dívida e patrimônio, a Companhia deve efetuar a contabilização da forma a seguir especificada:

- reclassificar um instrumento de patrimônio (patrimônio líquido) como instrumento de dívida (passivo financeiro) a partir da data em que o instrumento deixar de apresentar todas as suas características e condições necessárias para suportar o seu reconhecimento. O passivo financeiro deve ser mensurado pelo valor justo do instrumento na data de reclassificação. A Companhia deve reconhecer no patrimônio líquido qualquer diferença entre o valor contábil do instrumento patrimonial e o valor justo do passivo financeiro na data da reclassificação; e

## Notas Explicativas

### Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

#### 4. Principais políticas contábeis--Continuação

##### a) Instrumentos financeiros--Continuação

##### (ii) *Passivos financeiros*--Continuação

##### Reclassificação de instrumentos de dívida e patrimônio--Continuação

- reclassificar um instrumento de dívida como um instrumento de patrimônio (patrimônio líquido) a partir da data em que este apresentar todas as características e satisfizer as condições relativas ao seu reconhecimento, determinadas pelo CPC 39 (IAS 32). O instrumento de patrimônio deve ser mensurado pelo valor contábil do instrumento de dívida na data da reclassificação.

##### b) Contabilização de hedge

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos como *swaps* de taxas de juros e *swaps* de variação cambial. Tais instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato derivativo é celebrado e posteriormente remensurados pelo valor justo. Os derivativos são contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando negativo. Os ganhos ou perdas resultantes das alterações do valor justo dos derivativos são contabilizados diretamente no resultado.

Para fins de contabilização de *hedge*, estes são classificados como *hedges* de valor justo quando protegem contra a exposição a alterações do valor justo de um ativo ou passivo reconhecido.

No início do relacionamento de *hedge*, a Companhia designa formalmente e documenta a relação de *hedge* à qual deseja aplicar à contabilização de *hedge*, e o seu objetivo e a estratégia de gestão de risco para contratá-lo. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou operação protegida, a natureza do risco protegido e o modo como a Companhia deverá avaliar a eficácia das alterações do valor justo do instrumento de *hedge* na neutralização da exposição a alterações do valor justo do item protegido ou do fluxo de caixa atribuível ao risco protegido. A expectativa é de que esses *hedges* sejam altamente eficazes na neutralização das alterações do valor justo ou do fluxo de caixa, sendo avaliados permanentemente para se determinar se realmente estão sendo altamente eficazes ao longo de todos os períodos dos relatórios financeiros para os quais foram designados.

## Notas Explicativas

### Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

#### 4. Principais políticas contábeis--Continuação

##### b) Contabilização de hedge--Continuação

Os *hedges* que satisfazem aos critérios de contabilização de *hedge* são contabilizados, para as transações mantidas pela Companhia, como *hedges* de valor justo, seguindo os seguintes procedimentos:

- A alteração do valor justo de um instrumento financeiro derivativo classificado como *hedge* de taxa de juros é reconhecido como resultado financeiro. A alteração do valor justo do item protegido é registrado como parte do valor contábil do item protegido, sendo reconhecido na demonstração do resultado do período;
- Com relação aos *hedges* de valor justo relacionados a itens contabilizados pelo custo amortizado, o ajuste ao valor contábil é amortizado no resultado ao longo do período restante até o vencimento. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que houver um ajuste, devendo sê-lo, no máximo, no momento em que o item protegido deixar de ser ajustado pelas alterações de seu valor justo atribuível ao risco protegido; e
- Se o item protegido for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

##### c) Caixa e equivalentes de caixa

De acordo com o CPC 03 (IAS 7), o caixa e equivalentes de caixa compreendem ao caixa e as aplicações de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente conversíveis em valores em dinheiro conhecidos e sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor, com data de vencimento original igual ou inferior a três meses. Os saldos bancários negativos estão incluídos no passivo circulante nas informações trimestrais.

##### d) Estoques

Os estoques são contabilizados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, incluídos os custos de armazenamento e manuseio, na medida que tais custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de venda nas lojas da Companhia.

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Os estoques também são reduzidos pela provisão para perdas e quebras, as quais são periodicamente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação.

## Notas Explicativas

### Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

#### 4. Principais políticas contábeis--Continuação

##### e) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários circulantes e os ativos e passivos não circulantes, quando relevantes, são ajustados ao seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a respectiva taxa de juros, explícita ou implícita.

Os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a referidos ativos e passivos são ajustados para o apropriado reconhecimento em conformidade com o regime de competência. A constituição do ajuste a valor presente é registrada nas rubricas, sujeitas a aplicação da norma, e tem como contrapartida a rubrica "resultado financeiro".

##### f) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Companhia avalia, nas datas dos balanços, se há indícios de que um ativo possa não ser recuperável. Quando existem indicadores de não recuperação, ou quando do teste anual de não recuperação, a Companhia estima o valor de recuperação do ativo. O valor de recuperação de um ativo é o maior entre o valor justo do ativo ou o valor em uso de sua unidade geradora de caixa (UGC), apura-se o valor recuperável de cada ativo específico, salvo se o ativo não gerar entradas de caixa que sejam predominantemente independentes das entradas de caixa dos demais ativos ou grupos de ativos. Se o valor contábil de um ativo ou UGC exceder seu valor recuperável, o ativo é considerado não recuperável e baixado para seu valor recuperável. Na avaliação do valor recuperável, o fluxo de caixa de caixa futuro estimado é descontado, ao valor presente, adotando-se uma taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita as avaliações atuais do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Na apuração do valor justo com dedução dos custos de venda, adota-se um modelo de avaliação adequado. Esses cálculos são corroborados por múltiplos de avaliação, preços de ações cotados no caso das subsidiárias cuja as ações são negociadas em mercado organizado ou outros indicadores de valor justo disponíveis.

As perdas por não recuperação são reconhecidas no resultado do período em categorias de despesas consistentes com a função do respectivo ativo não recuperável.

Com relação aos ativos, com exceção do ágio, faz-se uma avaliação, na data de cada balanço, dos eventuais indícios de que as perdas por não recuperação reconhecidas anteriormente não existam mais ou tenham se reduzido. Caso existam tais indícios, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou unidade geradora de caixa. A perda por não recuperação reconhecida anteriormente somente é revertida se houve alteração das premissas adotadas para definir o valor recuperável do ativo no seu reconhecimento inicial mais recente. A reversão é limitada de modo que o valor contábil do ativo não exceda seu valor recuperável ou o valor contábil que seria apurado, líquido da depreciação, se não fosse reconhecida nenhuma perda por não recuperação do ativo em períodos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado do período.

## Notas Explicativas

### Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

#### 4. Principais políticas contábeis--Continuação

##### f) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação

Aplicam-se também os critérios a seguir na avaliação da não recuperação de ativos específicos:

##### *Ágio*

O ágio é submetido a testes de recuperação anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil possa não ser recuperável.

A não recuperação do ágio é apurada avaliando-se o valor de recuperação de cada UGC (ou grupo de UGCs) à qual se referir o ágio. Quando o valor de recuperação da unidade geradora de caixa for inferior ao seu valor contábil, reconhece-se uma perda por não recuperação. As perdas por não recuperação relacionadas ao ágio não podem ser revertidas em períodos futuros. O valor recuperável é o maior entre seu valor de uso e o valor justo, menos os custos de venda desse ativo, de uma UGC.

##### *Ativos intangíveis*

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por não recuperação, individualmente ou no nível da UGC. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes de baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado do período no momento de baixa do ativo.

##### g) Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo, líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por não recuperação acumuladas, se houver. O custo inclui o montante de reposição dos equipamentos e os custos de captação de empréstimos para projetos de construção de longo prazo, se satisfeitos os critérios de reconhecimento. Quando componentes significativos do imobilizado são repostos, a Companhia reconhece tais componentes como ativos individuais, com vidas úteis e depreciação específicas. Da mesma forma, quando realizada uma reposição significativa, seu custo é reconhecido no valor contábil do equipamento como reposição, desde que satisfeitos os critérios de reconhecimento. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

## Notas Explicativas

### Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

#### 4. Principais políticas contábeis--Continuação

##### g) Imobilizado--Continuação

Categoria do ativos	Taxa de depreciação anual em % 30.06.2011
Edifícios	2,50%
Benfeitorias e melhorias	4,20%
Equipamentos de processamento de dados	10,00 a 50,00%
Instalações	4,20 a 10,00%
Móveis e utensílios	8,30 a 33,30%
Veículos	20,00%
Máquinas e equipamentos	2,80 a 50,00%

Itens do imobilizado, e eventuais partes significativas são baixados quando de sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados de seu uso ou alienação. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos (calculados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo) são incluídos no resultado quando da baixa do ativo.

##### h) Custos de captação de empréstimos

Os custos de captação de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que demande um período de tempo substancial para ser finalizado para o uso ou venda pretendido, são capitalizados como parte do custo dos respectivos ativos. Todos os demais custos de captação de empréstimos são lançados como despesas no período em que ocorrem. Os custos de captação de empréstimos compreendem os juros e demais custos em que a Companhia incorre em função da captação de recursos.

##### i) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados pelo custo quando de seu reconhecimento inicial. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são determinados com base em seu valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são contabilizados pelo custo, deduzidas a amortização acumulada e as eventuais perdas por não recuperação acumuladas. Os ativos intangíveis gerados internamente, excluindo-se os custos capitalizados de desenvolvimento de *software*, não são capitalizados, e os gastos são refletidos na demonstração do resultado do período quando incorridos.

Os ativos intangíveis compreendem principalmente *software* adquirido de terceiros, *software* desenvolvido para uso interno, fundo de comércio (direito de usos das lojas), lista de clientes, contratos vantajosos de aluguel, contratos vantajosos de fornecimento de móveis e marcas.

## Notas Explicativas

### Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

#### 4. Principais políticas contábeis--Continuação

##### i) Ativos intangíveis--Continuação

Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados pelo método linear. Os ativos intangíveis de vida útil definida representado pelo contrato vantajoso de aluguel e contrato de fornecimento vantajoso de móveis são amortizados de acordo com os benefícios econômicos trazidos pelos contratos e submetidos a testes de recuperação quando há indícios de que o ativo intangível possa não ser recuperável. O período e o método de amortização são revistos, no mínimo, no encerramento de cada exercício. As alterações da vida útil prevista ou do padrão previsto de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo são contabilizadas alterando-se o período ou o método de amortização, conforme o caso, e tratadas como mudanças das premissas contábeis. As despesas de amortização com ativos intangíveis de vida útil definida são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício, na categoria correspondente à função do ativo intangível.

Os custos de desenvolvimento de *software* reconhecido como ativo são amortizados ao longo de sua vida útil definida. O *software* é amortizado ao longo de cinco anos.

Os ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados, mas submetidos a testes de recuperação no encerramento de cada exercício ou sempre que houver indicação de que seu valor contábil poderá não ser recuperado, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação é revista anualmente para determinar se a vida útil indefinida continua válida. Caso contrário, a vida útil é alterada prospectivamente de indefinida para definida.

Os ganhos ou perdas resultantes do desreconhecimento de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado do período.

##### j) Classificação dos ativos e passivos como circulantes e não circulantes

Os ativos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos) com previsão de realização ou que se pretenda vender ou consumir no prazo de doze meses a partir da data do balanço, são classificados como ativos circulantes. Os passivos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos) com previsão de liquidação no prazo de doze meses a partir da data do balanço são classificados como circulantes. Todos os demais ativos e passivos (inclusive impostos diferidos) são classificados como "não circulantes".

Todos os impostos diferidos ativos e passivos são classificados como ativos ou passivos não circulantes.

##### k) Arrendamento mercantil

A definição de um acordo como arrendamento mercantil, ou contendo um arrendamento mercantil, baseia-se no teor do acordo em sua data inicial, isto é, se o cumprimento do acordo depende do uso de um ou mais ativos específicos ou se o acordo transfere um direito de uso do ativo.

## Notas Explicativas

### Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

#### 4. Principais políticas contábeis--Continuação

##### k) Arrendamento mercantil--Continuação

###### *A Companhia como arrendatária*

Os contratos de arrendamentos mercantil financeiro, que transferem para a Companhia substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios derivados da propriedade do item arrendado, são capitalizados quando do início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil, o que for menor. Os pagamentos de arrendamento mercantil são alocados entre encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento mercantil, de modo a se obter uma taxa de juros constante no saldo do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ativos arrendados são depreciados ao longo de sua vida útil. Porém, se não houver uma certeza razoável de que a Companhia obterá a titularidade quando do encerramento do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo de sua vida útil estimada ou do prazo do arrendamento mercantil, o que for menor.

Os contratos de arrendamento mercantil são classificados como arrendamento mercantil operacional quando não há transferência do risco e benefícios derivados da titularidade do item arrendado.

Os pagamentos das parcelas dos arrendamentos mercantis (com exceção dos custos dos serviços, tais como seguro e manutenção) classificados como contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesas, conforme sua competência, durante o prazo do arrendamento mercantil.

###### *A Companhia como arrendadora*

Os arrendamentos mercantis em que a Companhia não transfere substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios da titularidade do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Os custos iniciais diretos de negociação dos arrendamentos mercantis operacional são adicionados ao valor contábil do ativo arrendado e reconhecidos ao longo do prazo do contrato, na mesma base das receitas de aluguéis.

Os aluguéis contingentes são reconhecidos como receitas nos períodos em que são auferidos.

## Notas Explicativas

### Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

#### 4. Principais políticas contábeis--Continuação

##### l) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em virtude de um evento passado, é provável de que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação, e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor dessa obrigação. Nas hipóteses em que a Companhia tem a expectativa de reembolso da totalidade ou de parte da provisão – como, por exemplo, em virtude de um contrato de seguro – o reembolso é reconhecido como um ativo à parte, mas somente quando é praticamente certo. A despesa relacionada à eventual provisão é apresentada na demonstração do resultado do período, líquida do eventual reembolso.

##### m) Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo no encerramento do exercício, com base nos dividendos mínimos obrigatórios definidos em lei. Os eventuais valores que excederem esse mínimo são registrados somente na data em que tais dividendos adicionais são aprovados pelos acionistas da Companhia.

##### n) Patrimônio líquido

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido.

Quando uma parte relacionada adquire ações do capital social da Companhia (ações em tesouraria), a remuneração paga, incluindo os eventuais custos incrementais diretamente atribuíveis, é deduzida do capital dos acionistas da Companhia, até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são posteriormente reemitidas, a eventual remuneração recebida, líquida dos eventuais custos da operação diretamente atribuíveis, é incluída no capital aos acionistas da Companhia. Não se reconhecem perdas ou ganhos resultantes da compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos representativos do capital da própria Companhia. As eventuais diferenças entre o valor contábil e a remuneração são reconhecidas como outras reservas de capital.

##### o) Pagamento baseado em ações

Os funcionários (incluindo executivos seniores da Companhia) recebem remuneração sob a forma de pagamento baseado em ações, segundo os quais os funcionários prestam serviços em troca de instrumentos patrimoniais (“operações liquidadas com ações”).

## Notas Explicativas

### Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

#### 4. Principais políticas contábeis--Continuação

##### o) Pagamento baseado em ações--Continuação

###### *Operações liquidadas com ações*

O custo das operações liquidadas com ações é reconhecido, juntamente com um correspondente aumento do patrimônio líquido, ao longo do período no qual as condições de performance e/ou prestação de serviços são satisfeitas. As despesas acumuladas reconhecidas com relação aos instrumentos patrimoniais em cada data-base, até a data de aquisição, reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de instrumentos patrimoniais que serão adquiridos.

A despesa ou receita referente a cada período representa a movimentação das despesas acumuladas reconhecidas no início e no fim do período. Não são reconhecidas despesas referentes a serviços que não completarão o seu período de aquisição, exceto no caso de operações liquidadas com ações em que a aquisição depende de uma condição de mercado ou de não aquisição de direitos, as quais são tratadas como adquiridas, independentemente de ser satisfeita ou não a condição de mercado ou de não aquisição de direitos, desde que satisfeitas todas as demais condições de desempenho e/ou prestação de serviços.

Quando um instrumento de patrimônio é modificado, a despesa mínima reconhecida é a despesa que seria incorrida se os termos não houvessem sido modificados. Reconhece-se uma despesa adicional em caso de modificação que eleve o valor justo total da operação de pagamento baseado em ações ou que beneficie de outra forma o funcionário, conforme mensurado na data da modificação.

Em caso de cancelamento de um instrumento de patrimônio, esta é tratada como se fosse totalmente adquirida na data do cancelamento, e as eventuais despesas ainda não reconhecidas referentes ao prêmio, reconhecidas imediatamente ao resultado do período. Isso inclui qualquer prêmio cujas condições de não aquisição sob o controle da Companhia ou do funcionário não sejam satisfeitas. Porém, se o plano cancelado for substituído por um novo plano e designada como outorgas substitutas na data em que for outorgada, a outorga cancelada e o novo plano é tratado como se fosse uma modificação da outorga original, conforme descrito no parágrafo anterior. Todos os cancelamentos de transações liquidadas com ações são tratados da mesma forma.

O efeito dilutivo das opções em aberto é refletido como uma diluição adicional das ações no cálculo do lucro diluído por ação (Vide nota explicativa 24).

## Notas Explicativas

### Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

#### 4. Principais políticas contábeis--Continuação

p) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado com base no número médio ponderado de ações em circulação durante o período, exceto as ações emitidas para pagamento de dividendos e ações em tesouraria.

O lucro diluído por ação é calculado pelo método das ações em tesouraria, conforme segue:

- *numerador*: lucro do período; e
- *denominador*: número de ações ajustado de modo a incluir as possíveis ações correspondentes a instrumentos dilutivos (opções de ações), deduzido o número de ações que poderiam ser recompradas no mercado, conforme o caso.

Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados com ações da Companhia somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o lucro por ação.

q) Apuração do lucro líquido

As receitas são reconhecidas na medida em que for provável que a Companhia receberá benefícios econômicos e é possível mensurar as receitas de forma confiável. As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida, excluindo-se os descontos, abatimentos e impostos ou taxas sobre vendas. A Companhia avalia seus contratos geradores de receitas segundo critérios específicos para determinar se atua na qualidade de principal ou de agente. A Companhia concluiu que atua na qualidade de principal em todos os seus contratos geradores de receitas, salvo os que se referem a garantias estendidas e intermediação na venda de apólice de seguros. Nesse caso especificamente, a Companhia atua como agente, sendo a receita reconhecida numa base líquida, que reflete a comissão recebida das seguradoras. Além disso, devem ser satisfeitos os critérios de reconhecimento específicos a seguir para que as receitas sejam reconhecidas:

(i) *Receita*

a) Vendas de mercadorias

As receitas são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de mercadorias e serviços. As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a Companhia deixa de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Companhia são prováveis. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta.

## Notas Explicativas

### Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

#### 4. Principais políticas contábeis--Continuação

##### q) Apuração do lucro líquido--Continuação

###### (i) *Receita*--Continuação

###### b) Receita de juros

Registra-se uma receita ou despesa de juros referente a todos os instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado, adotando-se a taxa de juros efetiva, que corresponde à taxa de desconto dos pagamentos ou recebimentos de caixa futuros ao longo da vida útil prevista do instrumento financeiro – ou período menor, conforme o caso – ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída no resultado financeiro na demonstração do resultado do período.

###### (ii) *Lucro bruto*

O lucro bruto corresponde à diferença entre a receita líquida de vendas e o custo das mercadorias vendidas. O custo das mercadorias vendidas compreende o custo das aquisições líquido dos descontos e bonificações recebidos de fornecedores, variações nos estoques e custos de logística.

A bonificação recebida de fornecedores é mensurada com base nos contratos e acordos assinados com os mesmos.

O custo das vendas inclui o custo das operações de logística administradas ou terceirizadas pela Companhia, compreendendo os custos de armazenamento, manuseio e frete incorridos até a disponibilização da mercadoria para venda. Os custos de transporte estão incluídos nos custos de aquisição.

###### (iii) *Despesas de vendas*

As despesas de venda compreendem todas as despesas das lojas, tais como salários, *marketing*, ocupação, manutenção, etc.

###### (iv) *Despesas gerais e administrativas*

As despesas gerais e administrativas correspondem às despesas indiretas e ao custo das unidades corporativas, incluindo compras e suprimentos, TI e funções financeiras.

###### (v) *Outras despesas operacionais líquidas*

As outras receitas e despesas operacionais correspondem aos efeitos de eventos significativos ocorridos durante o período que não se enquadrem na definição das demais rubricas da demonstração do resultado do período, adotada pela Companhia.

## Notas Explicativas

### Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

#### 4. Principais políticas contábeis--Continuação

##### q) Apuração do lucro líquido--Continuação

###### (vi) *Resultado financeiro*

As despesas financeiras incluem substancialmente todas as despesas geradas pela dívida líquida e pela securitização de recebíveis durante o período, compensadas com os juros capitalizados, as perdas relacionadas à mensuração dos derivativos pelo valor justo, as perdas com alienações de ativos financeiros, os encargos financeiros sobre demandas judiciais e impostos e despesas de juros sobre arrendamento mercantil financeiro, bem como ajustes referentes a descontos.

As receitas financeiras incluem os rendimentos gerados pelo caixa e equivalentes de caixa e por depósitos judiciais, os ganhos relacionados à mensuração de derivativos pelo valor justo, os descontos em compras obtidos de fornecedores e receitas referentes a descontos.

##### r) Tributação

###### *Imposto de renda e contribuição social correntes*

O imposto de renda e contribuição social correntes ativos e passivos, referentes ao período atual e a períodos anteriores, são mensurados pelo valor previsto para ser ressarcido ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para cálculo do imposto são aquelas em vigor ou substancialmente em vigor, nas datas dos balanços.

A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), sendo calculada no regime do lucro real (lucro ajustado) segundo as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15%, sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o que exceder R\$240 em lucro real por ano, no caso do IRPJ, e 9%, no caso da CSLL.

###### *Imposto de renda e contribuição social diferidos*

O imposto de renda e contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias, na data do balanço, entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis.

São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referente a todas as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que haverá lucro tributável contra o qual se possa deduzir as diferenças temporárias e prejuízos fiscais não utilizados, exceto quando o imposto de renda e contribuição social diferido ativo referente à diferença temporária dedutível resulte do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios e que, no momento da operação, não afete o lucro contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal.

## Notas Explicativas

### Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

#### 4. Principais políticas contábeis--Continuação

##### r) Tributação--Continuação

###### *Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação*

São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos referente a todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto quando o passivo fiscal diferido resultar do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios e que, no momento da operação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo tributável.

Com relação às diferenças temporárias dedutíveis associadas a investimentos em subsidiárias e associadas, são reconhecidos o imposto de renda e contribuição social diferidos somente na medida em que seja provável que as diferenças temporárias serão revertidas em um futuro previsível e que haverá um lucro tributável contra o qual se possa utilizar as diferenças temporárias.

O valor contábil do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são revisados na data de cada balanço e reduzido na medida em que deixe de ser provável que haverá um lucro tributável suficiente para permitir a utilização da totalidade ou de parte do imposto de renda e contribuição social diferidos. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos não reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço e reconhecidos na medida em que tenha se tornado provável que haverá lucros tributáveis futuros que permitam a recuperação desses ativos.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são mensurados segundo as alíquotas previstas para ser aplicadas no período em que o ativo é realizado ou o passivo é liquidado, com base nas alíquotas (e leis tributárias) em vigor ou substancialmente em vigor nas datas dos balanços.

Impostos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado.

O imposto de renda e contribuição social diferido ativos e passivos são compensados se houver um direito legal ou contratual para compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais de imposto de renda, e os impostos diferidos se referirem à mesma companhia contribuinte e à mesma autoridade tributária.

## Notas Explicativas

### Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

#### 4. Principais políticas contábeis--Continuação

##### r) Tributação--Continuação

###### *Outros impostos*

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS"), ao Imposto sobre Serviços ("ISS"), à contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS") e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), segundo as alíquotas vigentes em cada região, e são apresentadas como deduções das vendas no resultado do período.

Os valores a recuperar derivados do ICMS, PIS e COFINS não cumulativos são deduzidos do custo das mercadorias vendidas.

Os impostos a recuperar ou impostos pagos antecipadamente estão demonstrados no ativo circulante e não circulante, de acordo com o momento previsto de sua realização.

###### *Impostos sobre vendas*

As receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos do valor do imposto sobre vendas, exceto:

- Quando o imposto sobre vendas incidente sobre uma compra de ativos ou serviços não é recuperável junto à autoridade fiscal – nesse caso, o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou como parte do item de despesa, conforme o caso; e
- Os valores a receber e a pagar demonstrados com o valor do imposto sobre vendas incluído. O valor líquido do imposto sobre vendas a recuperar ou a pagar à autoridade fiscal está incluído como parte dos valores a receber ou a pagar nos balanços patrimoniais.

##### s) Combinações de negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas usando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado como a soma entre a contraprestação transferida, mensurada ao valor justo na data da aquisição, e o montante remanescente de participação dos acionistas não controladores na empresa adquirida. Para cada combinação de negócios, a adquirente mensura a participação dos acionistas não controladores na adquirida a valor justo ou pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida. Os custos de aquisição incorridos são tratados como despesa e incluídos nas despesas administrativas.

Quando a Companhia adquire um negócio, ela avalia os ativos e passivos financeiros assumidos para a apropriada classificação e designação segundo os termos contratuais, circunstâncias econômicas e condições pertinentes na data da aquisição. Isso inclui a separação dos derivativos embutidos em contratos pela empresa adquirida.

Caso a combinação de negócios seja efetuada em estágios, o valor justo na data da aquisição da participação detida anteriormente pelo adquirente na adquirida é reajustado ao valor justo na data da aquisição por meio do resultado.

## Notas Explicativas

### Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

#### 4. Principais políticas contábeis--Continuação

##### s) Combinações de negócios e ágio--Continuação

Qualquer pagamento contingente a ser transferido pelo adquirente será reconhecido ao valor justo na data da aquisição. Mudanças subsequentes no valor justo do pagamento contingente considerado como um ativo ou passivo serão reconhecidas segundo o CPC 38 (IAS 39) por meio do resultado ou como uma alteração nos outros resultados abrangentes. Caso o pagamento contingente seja classificado como patrimônio, não será reajustado até que seja finalmente liquidado dentro do patrimônio líquido.

O ágio é inicialmente mensurado ao custo, sendo o excedente entre a contraprestação transferida e o montante reconhecido de participação dos acionistas não controladores sobre os ativos adquiridos e os passivos assumidos. Caso esse pagamento seja menor que o valor justo dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida no resultado como ganho por compra vantajosa.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo, deduzidas eventuais perdas por não recuperação. Para fins de teste de perda do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, desde a data da aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que devem beneficiar-se da combinação de negócio realizada, independentemente se outros ativos ou passivos da adquirida serão atribuídos a essas unidades.

Em casos nos quais o ágio faz parte de uma unidade geradora de caixa e parte da operação dentro dessa unidade é vendida, o ágio associado à operação vendida é incluído no montante contábil da operação na determinação do lucro ou prejuízo auferido com a venda da operação. O ágio assim disposto é mensurado com base nos valores relativos da operação vendida e da parte da unidade geradora de caixa que foi mantida.

##### t) Plano de pensão

O plano de pensão é custeado por meio de pagamentos a seguradoras, sendo classificado como plano de contribuição definida de acordo com o CPC 33 (IAS 19). Um plano de contribuição definida é um plano de pensão no qual a Companhia paga contribuições fixas para uma pessoa jurídica distinta. A Companhia não tem qualquer obrigação legal ou construtiva de efetuar contribuições adicionais se o fundo não dispuser de ativos suficientes para pagar a todos os funcionários os benefícios referentes ao tempo de serviço no período atual e nos períodos anteriores.

##### u) Programas de fidelidade de cliente

São utilizados pela Companhia para fornecer incentivos aos seus clientes na venda de produtos ou serviços. Se o cliente compra produtos ou serviços, a Companhia concede créditos aos mesmos. O cliente pode resgatar os créditos sem custo, na forma de desconto no valor dos produtos ou serviços.

A Companhia estima o valor justo dos pontos concedidos segundo o plano de fidelidade "Programa Mais", aplicando técnicas estatísticas, considerando os prazos de vencimentos do plano definidos no regulamento.

## Notas Explicativas

### Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

#### 5. Normas publicadas ainda não vigentes

Não há CPCs publicados ainda não vigentes, porém há normas IFRS publicadas para as quais ainda não há alteração nos CPCs vigentes, porém espera-se que as normas brasileiras estejam adequadas às normas internacionais até a data de início da vigência das mesmas. Segue um resumo das principais normas IFRS publicadas e ainda não vigentes, bem como a expectativa de impactos sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia:

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração - A IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas - O IFRS 10 substitui do SIC 12 e IAS 27 e se aplica às demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais entidades. A norma passa a vigorar para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013..

IFRS 11 –Joint Ventures - O IFRS 11 substitui SIC 13 e IAS 31 e se aplica às entidades controladas em conjunto. A norma passa a vigorar por períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013.

IFRS 12 – Divulgação da participação em outras entidades - O IFRS 12 trata da divulgação de participação em outras entidades, cujo objetivo é possibilitar que os usuários conheçam os riscos, a natureza e os efeitos sobre as demonstrações financeiras dessa participação. A norma passa a vigorar para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013.

IFRS 13 – Mensuração do valor justo - O IFRS 13 se aplica quando outros pronunciamentos de IFRS exigem ou permitem mensurações ou divulgações do valor justo ou (e mensurações, tais como o valor justo menos custo de venda, com base no valor justo ou divulgações sobre as referidas mensurações. A norma passa a vigorar por períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013..

## Notas Explicativas

### Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

#### 5. Normas publicadas ainda não vigentes -- continuação

IFRIC 19 - Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital - A IFRIC 19 foi emitida em novembro de 2009 e passa a vigorar a partir de 1º de julho de 2010, sendo permitida sua aplicação antecipada. Esta interpretação esclarece as exigências das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) quando uma entidade renegocia os termos de uma obrigação financeira com seu credor e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar a obrigação financeira no todo ou em parte. A Companhia não espera que a IFRIC 19 tenha impacto significativo em suas demonstrações financeiras consolidadas

O IASB emitiu esclarecimentos para as normas e emendas de IFRS com aplicabilidade após 01 de julho de 2011. Abaixo elencamos as principais emendas:

- IAS 19 – Benefícios aos empregados;
- IAS 24 – Divulgações sobre partes relacionadas;
- IAS 27 – Demonstrações financeiras separadas;
- IAS 28 – Investimentos em coligadas;
- IFRS 1 – Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relatório financeiro;

A Companhia avaliará os impactos na adoção desses pronunciamentos e interpretações e espera não ter impacto significativo em suas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

## Notas Explicativas

### Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

#### 6. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas

##### Julgamentos

A elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos e a evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do período. Porém, as incertezas quanto a essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais do valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração adotou os seguintes julgamentos, os quais tiveram o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas:

a) *Compromissos de arrendamento mercantil financeiro – A Companhia como arrendatária*

A Companhia celebrou contratos de locação de imóveis comerciais em sua carteira de imóveis arrendados e com base em uma avaliação dos termos e condições dos contratos, que retém a totalidade dos riscos e recompensas significativos da propriedade desses imóveis e contabilizou os contratos como arrendamento mercantil financeiro.

b) *Redução ao valor recuperável- "Impairment"*

Conforme divulgado nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia avaliou se havia indícios de ativos que poderiam não ser recuperáveis e no período findo em 30 de junho de 2011 não foi identificado indícios ou fatos para uma nova avaliação.

##### Estimativas e premissas

a) *Impostos sobre a renda*

Existem incertezas quanto à interpretação da complexa regulamentação fiscal e quanto ao valor e momento do lucro real futuro. Em virtude da natureza e complexidade dos negócios da Companhia, as diferenças entre os resultados efetivos e as premissas adotadas ou as futuras alterações dessas premissas podem acarretar futuros ajustes de receitas e despesas tributárias já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas razoáveis, para as possíveis conseqüências de inspeções das autoridades fiscais dos respectivos países em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência de fiscalizações anteriores e as diferentes interpretações da regulamentação fiscal pela companhia contribuinte e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem referir-se a uma grande variedade de questões, dependendo das condições vigentes no domicílio da respectiva companhia

## Notas Explicativas

### Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

#### 6. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas--Continuação

São reconhecidos o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos referentes a todos os prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que haverá um lucro tributável contra o qual os prejuízos possam ser compensado. A definição do valor do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos que podem ser reconhecidos exige um grau significativo de julgamento por parte da Administração, com base nas estimativas de lucro e no nível de lucro futuro real, baseados no plano anual de negócios aprovado pelo Conselho de Administração.

Os prejuízos fiscais da Companhia totalizam um benefício fiscal de R\$ 787.614 em 30 de junho de 2011 (R\$720.530 em 31 de dezembro de 2010). Esses prejuízos não têm prazo prescricional e referem-se a subsidiárias que dispõem de oportunidades de planejamento tributário para utilização parcial desses saldos. A Companhia registrou uma provisão para não recuperação desses ativos fiscais diferidos no valor de R\$ 79.196 em 30 de junho de 2011.

A nota explicativa 21 fornece outros detalhes sobre impostos.

#### b) *Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros*

Quando não é possível obtê-los em mercados ativos, o valor justo dos ativos e passivos financeiros registrados nas informações contábeis intermediárias é apurado conforme a hierarquia estabelecida pelo CPC 38 (IAS 39), a quem determina certas técnicas de avaliação, entre as quais o modelo do fluxo de caixa descontado. As informações para esses modelos são obtidos, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados ativamente em mercados organizados é apurado com base em cotações de mercado, nas datas dos balanços, sem dedução dos custos da operação. No caso de instrumentos financeiros não negociados ativamente, o valor justo baseia-se em técnicas de avaliação definidas pela Companhia e compatíveis com as práticas usuais do mercado. Essas técnicas incluem a utilização de operações de mercado recentes entre partes independentes, *benchmarking* do valor justo de instrumentos financeiros similares, análise do fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser observado em mercados ativos, eles são determinados usando técnicas de valorização, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As informações desses modelos são extraídos do mercado quando possível. Quando tais informações não são possíveis, julgamento é requerido na determinação do valor justo. O julgamento inclui considerações dos inputs tais como: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo dos instrumentos financeiros.

## Notas Explicativas

### Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

#### 6. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas--Continuação

##### c) *Pagamentos baseados em ações*

A Companhia mensura o custo das transações com empregados liquidadas com ações com base no valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. A estimativa do valor justo das operações de pagamento baseado em ações exige uma definição do modelo de avaliação mais adequado, o que depende dos termos e condições da outorga. Essa estimativa exige também uma definição das informações mais adequadas para o modelo de avaliação, incluindo a expectativa de vida útil da opção de ações, a volatilidade e o retorno dos dividendos, bem como a elaboração de premissas correspondentes. As premissas e modelos adotados na estimativa do valor justo referente às operações de pagamento com base em ações estão evidenciados na nota explicativa 24.

##### d) *Perda do valor recuperável do ágio*

A Companhia testa anualmente se os ágios sofreram alguma perda de acordo com a política contábil descrita na nota explicativa 4 e o CPC 1 (IAS 36). Os valores de recuperação das unidades geradoras de caixa foram apurados na preparação da demonstrações financeiras anuais, com base em cálculos do valor recuperável e cotações de mercado.

#### 7. Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010 eram remuneradas principalmente pela taxa do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"). O recurso em aplicações financeiras disponíveis para saque e em contas bancárias são classificados como ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

	Taxa *	Controladora		Consolidado	
		30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
Caixa e contas bancárias		42.275	100.717	365.917	417.561
<u>Aplicações financeiras:</u>					
Itaú	101,4%	583.422	279.058	1.152.848	1.727.488
Banco do Brasil	100,3%	469.320	568.741	885.331	696.331
Bradesco	101,4%	307.399	564.809	927.445	674.633
Santander	101,0%	56.444	53.443	213.496	70.087
ABN AMRO	103,0%	-	-	490	-
Unibanco	104,1%	-	4.931	-	4.931
CEF	98,0%	2.778	2.668	2.778	2.668
Votorantim	84,6%	151.557	97.476	156.166	104.766
Safra	101,4%	36.726	49.849	251.214	53.750
Outros	101,6%	4.100	35.884	7.382	65.779
		<b>1.654.021</b>	<b>1.757.576</b>	<b>3.963.067</b>	<b>3.817.994</b>

\*Taxa média do CDI

**Notas Explicativas****Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

**8. Títulos e valores mobiliários**

<b>Consolidado</b>		
<b>Taxas</b>	<b>31.12.2010</b>	
Banco do Brasil	CDB 100,20% e CDI + 10,92%	315.332
Banco Santander	101,00%	190.307
Banco Safra	101,00%	102.363
		<u>608.002</u>
Circulante		600.613
Não circulante		7.389

**9. Contas a receber**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30.06.2011</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>30.06.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Administradoras de cartões de crédito (a)	<b>59.207</b>	305.075	<b>190.610</b>	425.581
Tickets de vendas e outros	<b>49.858</b>	43.673	<b>100.502</b>	158.166
Financiamento ao consumidor (b)	-	-	<b>1.648.846</b>	1.520.670
Financiamento ao consumidor - Bradesco	-	-	<b>186.027</b>	-
Vendas a crédito - cheques pré-datados	<b>1.483</b>	2.027	<b>5.419</b>	6.294
Contas a receber de clientes do negócio atacado	-	-	<b>37.364</b>	13.233
Cartão de crédito própria - parcelamento sem juros	<b>11.770</b>	15.127	<b>11.770</b>	15.127
Contas a receber de fornecedores (g)	<b>218.641</b>	333.551	<b>278.725</b>	421.097
Provisão crédito de liquidação duvidosa (e)	-	-	<b>(189.019)</b>	(172.901)
Contas a receber de partes relacionadas	<b>127.311</b>	180.917	-	-
Contas a receber – FIDCs (c)	-	-	<b>2.340.672</b>	1.667.029
Ajuste a valor presente (d)	-	-	<b>(6.572)</b>	(7.062)
Circulante	<b>468.270</b>	880.370	<b>4.604.344</b>	4.047.234
Contas a receber – Paes Mendonça (f)	-	-	<b>434.295</b>	420.570
Financiamento ao consumidor	-	-	<b>82.228</b>	101.503
Outras contas a receber	<b>37.075</b>	59.087	<b>105.190</b>	105.859
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (e)	<b>(3.956)</b>	(6.302)	<b>(9.321)</b>	(16.302)
Não circulante	<b>33.119</b>	52.785	<b>612.392</b>	611.630
	<b>501.389</b>	933.155	<b>5.216.736</b>	4.658.864

## Notas Explicativas

### Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

#### 9. Contas a receber--Continuação

##### a) Administradoras de cartão de crédito

As vendas por cartão de crédito são recebíveis das empresas de cartões de crédito. Nas subsidiárias Globex, Nova Casa Bahia e Nova Pontocom, os recebíveis de cartões de crédito referentes à venda de eletrodomésticos vencem em parcelas de até 18 meses.

Por meio de suas subsidiárias Globex, Nova Casa Bahia e Nova Pontocom, a Companhia vende ou desconta seus recebíveis de cartões de crédito a bancos ou administradoras de cartões de crédito para obter capital de giro.

##### b) Financiamento ao consumidor

Correspondem aos financiamentos por crédito direto ao consumidor por interveniência (CDCI) que podem ser parcelados em até 24 meses, principalmente na subsidiária NCB.

A Companhia mantém contratos com instituições financeiras nos quais é designada como interveniente dessas operações. (Vide nota explicativa 18).

##### b.1) Financiamento ao consumidor – Banco Bradesco

Até novembro de 2010, a subsidiária NCB mantinha um acordo operacional com o Banco Bradesco ("Bradesco"), por intermédio de sua subsidiária Finasa, para a concessão de financiamento aos seus clientes com o objetivo de viabilizar a aquisição de mercadoria em suas lojas. Em decorrência dos financiamentos concedidos aos clientes, a NCB recebe o valor principal financiado pelo Bradesco no primeiro dia útil seguinte a data da venda.

Neste acordo, a NCB é responsável pela cobrança extrajudicial dos clientes inadimplentes, arcando com os correspondentes custos. Passados 45 dias do vencimento inicial das parcelas inadimplentes, a NCB adquire o crédito mediante cessão. Neste contexto, conforme requerimentos determinados no CPC 38 (IAS 39) – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, os riscos e benefícios atrelados ao contas a receber cedido ao Bradesco não são substancialmente transferidos a contraparte, sendo este reconhecido no balanço patrimonial da NCB, com contrapartida à rubrica "Empréstimos e Financiamentos".

O saldo em aberto desses recebíveis de responsabilidade da NCB em 30 de junho de 2011 era de R\$ 186.899 (R\$657.097 em 31 de dezembro de 2010).

## Notas Explicativas

### Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

#### 9. Contas a receber--Continuação

##### c) Contas a receber - FIDCs

A Companhia realiza operações de securitização de seus direitos creditórios representados substancialmente por vendas a crédito com tickets e contas a receber de administradoras de cartões de crédito, com Pão de Açúcar Fundos de Investimento em Direitos Creditórios ("PAFIDC") e Globex Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios ("Globex FIDC"). O volume de operações foi de R\$4.744.820 em 30 de junho de 2011 (R\$9.802.951 em 31 de dezembro de 2010), para o PAFIDC e R\$1.715.242 em 30 de junho de 2011 (R\$390.682 em 31 de dezembro de 2010) para o Globex FIDC, nos quais foram retidas a responsabilidade de prestação de serviços e participação subordinada. Os custos consolidados na securitização desses títulos foram de R\$69.346 (R\$ 57.334 em 30 de junho de 2010) para o PAFIDC e R\$64.431 (R\$14.598 em 31 de dezembro de 2010) para a Globex FIDC, reconhecidos como despesas financeiras no resultado do período.

A prestação de serviços, que não é remunerada, inclui a análise de crédito e assistência pelo departamento de cobrança ao administrador do fundo.

Os saldos em aberto desses recebíveis no PAFIDC e Globex FIDC em 30 de junho de 2011 foi de R\$ 2.340.672 (R\$1.667.029 em 31 de dezembro de 2010), líquidos de provisão para perdas.

##### d) Ajuste a valor presente

A taxa de desconto utilizada pela subsidiária NCB considera as atuais avaliações de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para o ativo. As operações de vendas a prazo com o mesmo valor à vista foram trazidas ao seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, adotando a taxa média mensal das operações de antecipação de recebíveis junto às administradoras de cartão de crédito, durante o período findo em 30 de junho de 2011 essas taxas variaram entre 0,94% e 1,04% (0,66% e 1,05% em 31 de dezembro de 2010).

##### e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidações duvidosas baseia-se na média histórica de perdas complementada pelas estimativas das perdas futuras prováveis da Companhia:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
<b>No início do período</b>	<b>(6.302)</b>	(5.948)	<b>(189.203)</b>	(17.237)
Provisão para devedores duvidosos	<b>(2.796)</b>	(10.932)	<b>(94.288)</b>	(596.885)
Recuperações e baixas de provisões	<b>5.142</b>	10.578	<b>85.151</b>	424.919
<b>No final do período</b>	<b>(3.956)</b>	(6.302)	<b>(198.340)</b>	(189.203)
Vendas a crédito – Cheques pré-datados	-	-	-	-
Vendas corporativas	-	-	<b>(174.358)</b>	(172.901)
Outras contas a receber	<b>(3.956)</b>	(6.302)	<b>(23.982)</b>	(16.302)
	<b>(3.956)</b>	(6.302)	<b>(198.340)</b>	(189.203)

## Notas Explicativas

### Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

#### 9. Contas a receber--Continuação

##### e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa -- continuação

	Total	A vencer	Vencidos e parcialmente provisionados para perdas			
			<30 dias	30-60 dias	61-90 dias	>90 dias
30.06.2011	5.216.736	4.448.312	83.117	30.041	18.733	636.533
31.12.2010	4.658.864	3.741.698	229.411	16.497	53.090	618.168

##### f) Contas a receber – Paes Mendonça

As contas a receber do Paes Mendonça referem-se a valores derivados do pagamento de passivos de terceiros pelas subsidiárias Novasoc e Sendas. Segundo disposições contratuais, essas contas a receber são corrigidas monetariamente e garantidas por direitos de locação comercial “Fundo de Comercio” de certas lojas atualmente operadas pela Companhia, pela Novasoc e pela Sendas. O vencimento das contas a receber está vinculado aos contratos de arrendamento.

##### g) Contas a receber de fornecedores

As contas a receber de fornecedores incluem bonificação e descontos obtidos de fornecedores. Esses valores são definidos em contrato ou acordos e incluem valores referentes a descontos por volume de compras, programas de *marketing* conjunto, reembolsos de fretes e outros programas similares.

#### 10. Fundos de securitização de recebíveis

##### a) Fundo de Securitização de Recebíveis – Pão de Açúcar

O PAFIDC é um fundo de securitização de recebíveis constituído para fins de aquisição das contas a receber de clientes da Companhia e suas subsidiárias resultantes de vendas de produtos e serviços a seus clientes, exceto recebíveis de crediário e cheques pré-datados. O fundo tem prazo de duração definida, encerrando-se em 07 de dezembro de 2012.

A estrutura de capital do fundo em 30 de junho de 2011 é composta por 10.295 quotas seniores detidas por terceiros no valor de R\$1.162.502 (R\$1.096.130 em 31 de dezembro de 2010), representando 89,58% do patrimônio do fundo (89,30% em 31 de dezembro de 2010) e 2.864 quotas subordinadas (idem em 31 de dezembro de 2010) detidas pela Companhia e subsidiárias no valor de R\$135.240, representando 10,42% do patrimônio do fundo (10,70% em 31 de dezembro de 2010).

As quotas subordinadas foram atribuídas à Companhia, e estão registradas no ativo não circulante, como participação no fundo de securitização, com saldo de R\$121.074 em 30 de junho de 2011 (R\$117.613 em 31 de dezembro de 2010). A participação retida em quotas subordinadas representa a exposição máxima à perda das transações de securitização.

## Notas Explicativas

### Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

#### 10. Fundos de securitização de recebíveis—Continuação

##### a) Fundo de Securitização de Recebíveis – Pão de Açúcar--Continuação

A taxa de juros das quotas seniores está demonstrada a seguir:

Quotistas	Quantidade	30.06.2011		31.12.2010	
		Taxa CDI	Saldo a resgatar	Taxa CDI	Saldo a resgatar
Seniores A	5826	109,5%	713.604	109,5%	672.861
Seniores B	4300	109,5%	195.284	109,5%	184.135
Seniores C	169	109,5%	253.614	109,5%	239.134
			<u>1.162.502</u>		<u>1.096.130</u>

As quotas subordinadas são nominativas e intransferíveis e foram emitidas em uma única série. A Companhia resgatará as quotas subordinadas somente após o resgate das quotas seniores ou quando do encerramento do prazo do fundo. Uma vez remuneradas as quotas seniores, as quotas subordinadas receberão o saldo do patrimônio líquido do fundo depois de absorvidas as eventuais perdas nos recebíveis transferidos e eventuais perdas atribuídas ao fundo. Seu valor de resgate está sujeito aos riscos de crédito, pagamento antecipado e taxa de juros dos ativos financeiros transferidos.

Os detentores das quotas seniores não têm direito de regresso contra os demais ativos da Companhia em caso de inadimplência dos valores devidos pelos clientes. Conforme definido no contrato entre a Companhia e o PAFIDC, a transferência dos recebíveis é irrevogável, irretroativa e definitiva.

##### b) Fundo de Securitização de Recebíveis Globex – Globex FIDC

O Globex FIDC é um fundo de securitização de recebíveis constituído com o intuito de adquirir as contas a receber da Globex (principalmente de cartão de crédito), originadas da venda de produtos e serviços a seus clientes. O fundo foi constituído em 11 de novembro de 2010 e tem prazo de duração indeterminado

A estrutura de capital do fundo em 30 de junho de 2011 é composta de 11.666 quotas seniores detidas por terceiros, no valor de R\$1.254.924 (R\$1.184.387 em 31 de dezembro de 2010), representando 86,39% do patrimônio do fundo (87,5% em 31 de dezembro de 2010), e 191 quotas subordinadas (169 em 31 de dezembro de 2010), detidas pela Companhia e suas subsidiárias, no valor de R\$197.618 (R\$169.332 em 31 de dezembro de 2010), representando 13,61% do patrimônio do fundo (12,5% em 31 de dezembro de 2010).

**Notas Explicativas****Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

**10. Fundos de securitização de recebíveis--Continuação**b) Fundo de Securitização de Recebíveis Globex – Globex FIDC -- continuação

As taxas de juros das quotas seniores estão demonstradas abaixo:

Quotista	Quantidade	30.06.2011		31.12.2010	
		Taxa do CDI	Saldo a resgatar	Taxa do CDI	Saldo a resgatar
Sênior - 1ª série	11.666	107,75	1.254.924	107,75%	1.184.387

As quotas subordinadas são nominativas e intransferíveis e foram emitidas em uma única série. A Companhia resgatará as quotas subordinadas somente após o resgate das quotas seniores ou quando do encerramento do prazo do fundo. Uma vez remuneradas as quotas seniores, as quotas subordinadas receberão o saldo do patrimônio líquido do fundo depois de absorvidas as eventuais perdas nos recebíveis transferidos e eventuais perdas atribuídas ao fundo. Seu valor de resgate está sujeito aos riscos de crédito, pagamento antecipado e taxa de juros dos ativos financeiros transferidos.

Os detentores das quotas seniores não têm direito de regresso contra os demais ativos da Companhia em caso de inadimplência dos valores devidos pelos clientes. Conforme definido no contrato entre a Companhia e o Globex FIDC, a transferência dos recebíveis é irrevogável, irretroativa e definitiva.

**11. Estoques**

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
Lojas	908.409	999.835	2.892.171	2.638.904
Centrais de distribuição	712.317	623.223	2.076.798	2.291.445
Provisão para estoques	(36.887)	(49.804)	(140.888)	(97.942)
Ajuste a valor presente	-	-	(11.616)	(8.639)
	<b>1.583.839</b>	1.573.254	<b>4.816.465</b>	4.823.768

As provisões sobre os estoques na Controladora se referem principalmente às provisões sobre bonificações de fornecedores não realizadas nos estoques no montante de R\$ 33.099 (R\$40.883 em 31 de dezembro de 2010). No consolidado, as provisões sobre os estoques são principalmente compostas de provisões sobre bonificações não realizadas nos estoques no montante de R\$ 46.150 (R\$51.344 em 31 de dezembro de 2010), além das provisões para quebras de Globex no montante de R\$ 44.669 (R\$25.422 em 31 de dezembro de 2010).

O ajuste a valor presente dos estoques refere-se à contrapartida do ajuste a valor presente de fornecedores da subsidiária indireta NCB.

**Notas Explicativas****Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

**12. Impostos a recuperar**

Os saldos de impostos a recuperar referem-se a créditos de Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") a recuperar:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30.06.2011</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>30.06.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
<b>Circulante</b>				
Impostos sobre vendas	<b>307.266</b>	263.936	<b>997.330</b>	612.956
Imposto sobre renda	<b>85.187</b>	41.392	<b>172.094</b>	122.896
Outros	<b>84.950</b>	58.894	<b>179.384</b>	153.050
Ajuste a valor presente	<b>(475)</b>	(460)	<b>(1.380)</b>	(547)
	<b>476.928</b>	363.762	<b>1.347.428</b>	888.355
<b>Não circulante</b>				
Impostos sobre vendas	-	111.812	<b>74.811</b>	189.097
ICMS e outros	<b>15.515</b>	15.494	<b>20.590</b>	33.320
Ajuste a valor presente	<b>(5.355)</b>	(7.504)	<b>(11.434)</b>	(8.911)
	<b>10.160</b>	119.802	<b>83.967</b>	213.506
<b>Total de impostos a recuperar</b>	<b>487.088</b>	483.564	<b>1.431.395</b>	1.101.861

**Notas Explicativas****Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

**13. Partes relacionadas**a) Vendas e compras de mercadorias

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30.06.2011</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>30.06.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
<b>Cientes</b>				
Novasoc Comercial	29.357	37.678	-	-
Sé Supermercados	64.762	94.321	-	-
Sendas Distribuidora	28.309	47.682	-	-
Barcelona	1.987	1.849	-	-
Xantocarpa	13	2	-	-
Globex	705	1.617	-	-
Nova PontoCom	2.178	6.023	-	-
	<b>127.311</b>	<b>189.172</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Fornecedores</b>				
Novasoc Comercial	2.696	2.289	-	-
Sé Supermercados	2.788	3.745	-	-
Sendas Distribuidora	6.672	11.530	-	-
Barcelona	1.569	2.131	-	-
Xantocarpa	542	752	-	-
FIC	4.521	7.242	5.589	8.879
Globex	136	853	-	-
Nova PontoCom	450	803	-	-
Globalbev bebidas e alimentos	1.508	-	1.713	-
Bravo café	287	-	287	-
Sykué geração de energia Ltda	-	-	129	-
Fazenda da Toca Ltda	156	-	156	-
	<b>21.325</b>	<b>29.345</b>	<b>7.874</b>	<b>8.879</b>
	<b>30.06.2011</b>	<b>30.06.2010</b>	<b>30.06.2011</b>	<b>30.06.2010</b>
<b>Vendas</b>				
Novasoc Comercial	159.214	143.198	-	-
Sé Supermercados	375.917	389.505	-	-
Sendas Distribuidora	137.608	124.646	-	-
Barcelona	2.358	11.599	-	-
Globex	4	873	-	-
Nova PontoCom	10.648	49.174	-	-
ECQD Participações	702	-	-	-
	<b>686.451</b>	<b>718.995</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Compras</b>				
Novasoc Comercial	1.879	1.218	-	-
Sé Supermercados	7.489	6.190	-	-
Sendas Distribuidora	13.421	4.955	-	-
Nova PontoCom	-	3	-	-
Barcelona	-	1.464	-	-
Globalbev bebidas e alimentos	6.302	-	7.877	-
Bravo café	892	-	896	-
Sykué geração de energia Ltda	15.088	-	15.209	-
Fazenda da Toca Ltda	1.265	-	1.265	-
	<b>46.336</b>	<b>13.830</b>	<b>25.247</b>	<b>-</b>

As transações com partes relacionadas, conforme acima apresentadas, são realizadas a custo e são eliminadas nas informações contábeis intermediárias consolidadas.

**Notas Explicativas****Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

**13. Partes relacionadas--Continuação**b) Outras operações

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
<b>Ativo</b>				
Casino (i)	1.022	5.519	1.022	5.519
FIC / BINV (iv)	-	-	3.631	-
Pão de Açúcar Ind. e Com	1.171	1.171	1.171	1.171
Sendas S.A. (iv)	19.144	17.824	19.144	17.824
Sendas Distribuidora	723.189	564.208	-	-
Xantocarpa	16.145	3.916	-	-
Barcelona	210.835	178.909	-	-
Globex	8.593	8.570	-	-
Casas Bahia Comercial Ltda. (vii)	-	-	51.617	120.605
Nova PontoCom	5.985	308	-	-
Vancouver	2.790	2.351	-	-
Wilkes	676	-	676	-
E-HUB	30.686	-	30.686	-
Outros	22.200	21.780	32.866	31.122
	<b>1.042.436</b>	<b>804.556</b>	<b>140.813</b>	<b>176.241</b>
<b>Passivo</b>				
Novasoc Comercial	-	(34.867)	-	-
Sé Supermercados	(12.493)	(48.936)	-	-
Fundo Península (ii)	(11.215)	(14.410)	(11.559)	(14.894)
Barcelona	-	(324.350)	-	-
Novasoc Comercial	10.122	-	-	-
Globex	(87.397)	(79.689)	-	-
FIC (iv)	(435)	(5.320)	(1.675)	(6.886)
Casas Bahia Comercial Ltda. (vii)	-	-	(440)	(231.203)
Outros	(1.875)	(6.248)	1.157	(21.308)
	<b>(103.293)</b>	<b>(513.820)</b>	<b>(12.517)</b>	<b>(274.291)</b>
	<b>30.06.2011</b>	<b>30.06.2010</b>	<b>30.06.2011</b>	<b>30.06.2010</b>
<b>Demonstração do resultado</b>				
Novasoc Comercial	4.345	4.141	-	-
Sé Supermercados	11.178	10.799	-	-
Sendas Distribuidora (iv)	26.181	18.268	-	-
Casino (i)	(2.417)	(2.680)	(2.417)	(2.680)
Fundo Península (ii)	(69.715)	(67.997)	(72.862)	(70.128)
Grupo Diniz (iii)	(8.293)	(6.346)	(8.895)	(6.346)
Sendas S.A.	-	(18.814)	-	(28.464)
Sykué Consultoria em energia Lt.(viii)	(377)	-	(441)	-
Casas Bahia Comercial Ltda. (vii)	-	-	58.833	-
FIC/Banco Investcred (iv)	-	(4.455)	1.397	(5.707)
Outros	(4.200)	(4.200)	(4.200)	(4.200)
	<b>(43.298)</b>	<b>(71.284)</b>	<b>(28.585)</b>	<b>(117.525)</b>

## Notas Explicativas

### Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

#### 13. Partes relacionadas--Continuação

##### b) Outras operações--Continuação

- i. *Casino*: Contrato de Assistência Técnica, assinado entre a Companhia e a Casino em 21 de julho de 2005, pelo qual, pelo pagamento anual de US\$ 2.727 mil, permite-se a transferência de *know-how* no âmbito administrativo e financeiro. O contrato é válido por 7 anos, com renovação automática por prazo indeterminado. Este contrato foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 16 de agosto de 2005.
- ii. *Fundo Península*: 58 contratos de locação de imóveis com a Companhia, 1 imóvel com a Novasoc, 1 imóvel com a Sé e 1 imóvel com a Barcelona.
- iii. *Família Diniz*: Locação de 15 imóveis para a Companhia e 2 imóveis para a Sendas Distribuidora.
- iv. *FIC/Banco Investcred*: O impacto na demonstração do resultado relativa ao Banco Investcred representa: (i) reembolso das despesas oriundas do contrato de infraestrutura, tais como: despesas relativas à folha de pagamento de operadores de caixa e comissões pela venda de produtos financeiros; (ii) despesas financeiras relativas ao desconto de recebíveis (chamados "desconto financeiro"), e (iii) receitas de aluguel de imóveis.
- v. *Casas Bahia*: Globex tem contratos de aluguel de centros de distribuição, prédios comerciais e administrativos com os Administradores de Casas Bahia Comercial Ltda.
- vi. *Administradores da Pontofrio.com comércio eletrônico S.A*: Em novembro de 2010, no contexto da reestruturação dos negócios de comércio eletrônico do GPA, a Companhia concedeu a determinados administradores estatutários da PontoFrio.com Eletrônico S.A, um mútuo no valor de R\$10.000 com vencimento em 8 de janeiro de 2018, devidamente reajustado.
- vii. *Dunnhumby International Limited*: Contrato entre GPA e Dunnhumby para análise de informações de programas de fidelidade, bem como a entrega de relatórios e informações para otimização da gestão comercial e estratégia das categoria, via cessão de direito de uso de software.
- viii. *Sykué geração de Energia*: Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica no Mercado Livre para abastecimento de diversas unidades consumidoras.
- ix. *Sykué consultoria*: Prestação de Serviços de planejamento energético para suprimento de energia elétrica, com projeção do consumo de energia para cada unidade consumidora, durante 102 meses (estudo de viabilidade econômica custos da manutenção das lojas no mercado cativo ou no mercado livre), assessoria regulatória junto a ANEEL, CCEE e NOS.
- x. *Axialent Brasil Consultoria Ltda.*: Prestação de Serviços de consultoria e assessoria na área de recursos humanos, contemplando *coaching* individual ou grupal, facilitação, workshops, entrevistas preparatórias, avaliação de cultura organizacional ou de diagnósticos.

## Notas Explicativas

### Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

#### 13. Partes relacionadas--Continuação

##### b) Outras operações--Continuação

- xi. *Fazenda da Toca*: Contrato de fornecimento de mercadorias (Frutas, Legumes e Verduras).
- xii. *Bartira*: Contrato de fornecimento com exclusividade de móveis. Este contrato apresenta condições vantajosas à NCB na aquisição de móveis, quando comparadas as margens estabelecidas no setor. O montante foi estabelecido por informações de transações comparáveis no mercado.
- xiii. *Outras*: Despesas pagas pela Companhia as suas subsidiárias e a outras empresas associadas. Outras partes relacionadas não descritas nesta nota explicativa não apresentam saldos ou operações nos períodos.

As operações com partes relacionadas mostradas acima são resultado principalmente de operações que a Companhia e suas subsidiárias mantêm entre si e com outras entidades relacionadas, e foram contabilizadas substancialmente segundo os preços, termos e condições de mercado, exceto para operações de comissão mercantil entre a Companhia e a subsidiária Sendas cuja remuneração foi reduzida para 0% por período.

##### c) Remuneração da Administração

As despesas relativas à remuneração do pessoal da alta administração (Diretores indicados conforme o Estatuto Social e o Conselho de Administração), que foram registradas na demonstração do resultado em 30 de junho de 2011, foram as seguintes:

Em relação à remuneração total				
	Salário base	Remuneração variável	Plano de Opção de compra de ações	Total
<b>Conselho de Administração</b>	-	2.783	-	2.783
<b>Diretoria</b>	11.982	15.430	6.564	33.975
<b>Conselho Fiscal</b>	216	-	-	216

**Notas Explicativas****Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

**14. Investimentos**a) Composição dos investimentos

	Controladora							Total
	Sé	Sendas	Novasoc	Globex	Nova Pontocom	NCB (j)	Outros	
<b>Saldos em 31.12.2010</b>	1.702.505	35.378	30.041	1.261.781	18.994	1.015.547	23.856	4.088.102
Adições	-	-	-	-	-	-	14.000	14.000
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	(406)	(406)
Baixa	(228.580)	(36.655)	(16.941)	-	-	-	-	(282.176)
Equivalência	50.188	9.695	10.902	(7.657)	1.095	(16.611)	2.378	49.990
Ganho/Perda	-	-	-	820	482	-	-	1.302
Participação Acionária	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldos em 30.06.2011</b>	<b>1.524.113</b>	<b>8.418</b>	<b>24.002</b>	<b>1.254.944</b>	<b>20.571</b>	<b>998.936</b>	<b>39.828</b>	<b>3.870.812</b>

	Consolidado			
	FIC	Binv/ Globex	Outros	Total
<b>Saldos em 31.12.2010</b>	206.373	24.002	2.165	232.540
Baixa	(695)	(13.528)	-	(14.223)
Equivalência patrimonial	6.441	6.792	(2)	13.231
<b>Saldos em 30.06.2011</b>	<b>212.119</b>	<b>17.266</b>	<b>2.163</b>	<b>231.548</b>

## Notas Explicativas

### Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

#### 14. Investimentos--Continuação

##### a) Composição dos investimentos--Continuação

###### (i) FIC

As informações financeiras resumidas da FIC em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010 são os seguintes:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>30.06.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Ativo circulante	<b>3.212.182</b>	3.118.059
Ativo não circulante	<b>200.473</b>	289.963
Ativo total	<b>3.412.655</b>	3.408.022
Passivo circulante	<b>2.799.090</b>	2.783.045
Passivo não circulante	<b>43.454</b>	36.259
Patrimônio líquido	<b>570.111</b>	588.718
Total passivo e patrimônio líquido	<b>3.412.655</b>	3.408.022
<u>Resultados operacionais:</u>		
Receitas	<b>417.256</b>	918.415
Resultados operacionais	<b>(16.229)</b>	145.756
Lucro líquido	<b>21.273</b>	93.302

###### (ii) *Sendas*

##### Compra de participação de acionistas não controladores de Sendas Distribuidora

Sendas S.A. e Barcelona Comércio Varejista e Atacadista S.A. (subsidiária da Companhia) celebraram um Compromisso de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, segundo o qual as ações de Sendas Distribuidora detidas por Sendas S.A. foram transferidas à Barcelona Comércio Varejista e Atacadista S.A. A aquisição desta participação minoritária foi aprovada pelo Conselho de Administração, em 23 de fevereiro de 2011, e pela assembléia geral da Companhia, em 14 de março de 2011. Aprovada a aquisição, Sendas S.A. transferiu à Barcelona Comércio Varejista e Atacadista S.A. a totalidade da sua participação na Sendas Distribuidora, equivalente a 42,57% do capital social total à época, pelo preço de R\$377.000, a ser liquidado da seguinte forma: R\$59.000 mediante transferência das ações e a parcela remanescente, no valor de R\$318.000, em 6 parcelas anuais iguais e consecutivas de R\$53.000 cada uma, vencendo a primeira delas em julho de 2011, com previsão de atualização pelo IPCA a partir da 4a. parcela, tomando-se como base o mês de julho de 2010. O valor presente da obrigação assumida, em 30 de junho de 2011, é de R\$279.568 (R\$324.350 em 31 de dezembro de 2010)."

## Notas Explicativas

### Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

#### 14. Investimentos—Continuação

##### b) Contas a pagar por aquisição de participação de acionistas não controladores

	<b>Consolidado</b>	
	<b>30.06.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Aquisição de participação em Assai (i)	<b>15.459</b>	188.194
Aquisição de participação em Sendas Distribuidora (ii)	<b>279.569</b>	324.350
	<b>295.028</b>	512.544
Passivo circulante	<b>68.444</b>	297.484
Passivo não circulante	<b>226.584</b>	215.060

- i. Contas a pagar pela aquisição de participação acionária não controladora de Assai, subsidiária que desenvolve os negócios de “atacarejo” para o Grupo. O contas a pagar será liquidado durante o exercício de 2011.
- ii. Contas a pagar pela aquisição de participação acionária não controladora de Sendas Distribuidora, que será liquidada em 6 parcelas anuais, sendo a última amortização em dezembro de 2017, conforme descrito no item a).

#### 15. Combinação de negócios e aquisição de participações de não controladores

##### a) Associação com Nova Casa Bahia

###### *Contexto da associação*

Em 4 de dezembro de 2009, a Casa Bahia Comercial Ltda. (“CB”), a Companhia e a sua subsidiária, Globex Utilidades S.A. celebraram Acordo de Associação (“Acordo de Associação”) visando a integração dos seus negócios de varejo de bens duráveis e de comércio eletrônico de bens duráveis.

Em 3 de fevereiro de 2010 as partes assinaram com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) um Acordo Provisório para Manutenção da Reversibilidade da Operação (“APRO”), determinando as seguintes ações: (i) manutenção das marcas “Casas Bahia” e “Ponto Frio”, bem como a realização de campanhas promocionais separadas, assegurando investimentos em propaganda e marketing em patamares compatíveis com os exercícios anteriores, ressalvadas as hipóteses excepcionais decorrentes da conjuntura econômica; (ii) manutenção em funcionamento das lojas existentes nos 146 municípios nos quais “Casas Bahia” e “Ponto Frio” estão presentes; (iii) manutenção dos seus respectivos Centros de Distribuição (CDs) e da fábrica de móveis Bartira; (iv) manutenção das respectivas políticas de concessão de crédito; e (v) manutenção das estruturas de compras e dos seus instrumentos contratuais comerciais separados, ainda que possam, desde logo, atuar de forma conjunta nessa área. Ressalvadas essas condições específicas, tanto Globex como NCB, poderão adotar as medidas que sejam necessárias para a integração das atividades e capturar as sinergias resultantes da operação. A presente operação está pendente de aprovação perante o CADE.

## Notas Explicativas

### Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

#### 15. Combinação de negócios e aquisição de participações de não controladores-- Continuação

##### a) Associação com Nova Casa Bahia--Continuação

###### *Contexto da associação*--Continuação

Em 1º de julho de 2010, os acionistas de NCB celebraram aditivo ao Acordo de Associação, no qual as partes revisaram certas condições para a associação, bem como definiram as etapas necessárias para sua implementação.

Como etapa preliminar a integração desses negócios, em 1º de outubro de 2010 os ativos operacionais de CB foram transferidos à Nova Casa Bahia S.A. ("NCB") mediante processo de cisão parcial. Nessa transferência foi incluída uma participação societária de 25% na Indústria de Móveis Bartira Ltda. (os outros 75% continuam em poder da CB).

Assim, a partir de 1º de outubro de 2010, NCB passou a operar sob a marca "Casas Bahia", cuja atividade está presente em 11 estados brasileiros e no Distrito Federal, representada com 526 lojas e 8 centros de distribuição, comercializando uma variada gama de produtos eletroeletrônicos, eletrodomésticos e aparelhos domésticos, tais como móveis, brinquedos eletrônicos, produtos de escritório, celulares, computadores e acessórios.

Em 9 de novembro de 2010, como etapa preparatória do processo de incorporação de ações de NCB por Globex, a Companhia promoveu a concentração das atividades de varejo e de comércio eletrônico de bens duráveis na Globex. Para tanto, a Companhia realizou contribuições de capital em sua subsidiária Globex, enquanto sociedade que agregou todas as atividades acima referidas, dos seguintes valores: (i) ativos líquidos da operação de eletro-eletrônicos da Companhia, estabelecida pela marca "Extra-Eleto", no montante de R\$89.826; (ii) aplicações financeiras no montante de R\$290.143; e (iii) recebíveis entre subsidiárias da Companhia, no montante de R\$375.550. Na mesma data, os acionistas de Globex aprovaram a incorporação de ações de NCB, de forma que a Globex passou a operar com as bandeiras "Ponto Frio" e "Casas Bahia".

**Notas Explicativas****Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

**15. Combinação de negócios e aquisição de participações de não controladores--  
Continuação**a) Associação com Nova Casa Bahia--Continuação*Determinação da contraprestação transferida pela aquisição de controle de NCB*

Com as contribuições de capital estabelecidas, e como parte do processo de incorporação das ações de NCB ao patrimônio líquido de Globex, GPA transferiu para a CB o equivalente a aproximadamente 47% da totalidade de seu investimento em Globex, sendo esta determinada como a contraprestação total transferida pela aquisição de controle de NCB ("Contraprestação total transferida").

Como Globex é uma companhia de capital aberto, com ações cotadas em bolsa de valores com negociações regulares no mercado organizado (Bovespa), praticadas por compradores e vendedores independentes, para fins contábeis o valor justo da contraprestação transferida foi determinada pela cotação final da ação ordinária de Globex, negociada no pregão da Bovespa em 9 de novembro de 2010, conforme demonstrado abaixo:

	<u>31.12.2010</u>
Quantidade de ações ordinárias mantidas por CBD, correspondentes a participação de 98,77% detida	<b>168.927.975</b>
Cotação da ação ordinária de Globex em 09 de novembro de 2010 - R\$	<u>15,00</u>
<b>Valor de mercado (Bovespa) do investimento em Globex - 98,77%</b>	<u><b>2.533.920</b></u>
47% do valor de mercado do investimento em Globex cedidos aos acionistas de CB	<b>1.193.082</b>
Dividendos fixos obrigatórios aos acionistas de Bartira (i)	<b>6.069</b>
<i>Ativos recebidos de CB e considerados como contraprestação transferida:</i>	
Opção de compra de participação controladora de Bartira, líquido de imposto de renda e contribuição social (ii)	<b>(274.563)</b>
Participação de acionistas não controladores sobre os ativos recebidos	<u>130.571</u>
<b>Valor da contraprestação total transferida</b>	<u><u><b>1.055.159</b></u></u>

## Notas Explicativas

### Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

#### 15. Combinação de negócios e aquisição de participações de não controladores-- Continuação

##### a) Associação com Nova Casa Bahia--Continuação

- (i) Conforme Acordo de Associação pactuado, a Bartira realizará uma distribuição desproporcional do resultado obrigatória aos seus acionistas, de forma a assegurar a Família Klein o recebimento de R\$ 12 milhões a título de dividendos, nos próximos três anos. Este dividendo mínimo obrigatório que Bartira deverá pagar a CB, como uma distribuição desproporcional, foi considerada, de acordo com o CPC15 e IFRS 3R, como parte da contraprestação total transferida pela aquisição de controle de NCB;
- (ii) Contrato de fornecimento de móveis pela Bartira: a NCB possui contrato exclusivo de fornecimento com a Bartira. Este contrato apresenta condições vantajosas à NCB na aquisição de móveis, quando comparadas as margens estabelecidas no setor. O montante foi estabelecido por informações de transações comparáveis no mercado;
- (iii) Contrato vantajoso sobre aluguel de imóveis, pactuado com CB: refere-se aos imóveis de CB, compreendidos por lojas, centros de distribuição e edificações, que são objeto de arrendamento mercantil operacional realizado por NCB. Sua mensuração foi realizada por informações de transações comparáveis no mercado;
- (iii) Valor justo da opção de compra da Bartira: as partes outorgaram, através do Acordo de Associação, opções de compra e venda sobre as participações detidas por GPA e CB, em Bartira. As condições são definidas como segue:
  - Durante o período de restrição definido no Acordo de Associação como 36 meses, NCB tem o direito de vender sua participação de 25% no capital social de Bartira por R\$1,00 ("Um real");
  - Para o período compreendido entre o fim do período de restrição e o término do 6º ano do Acordo, NCB pode adquirir os restantes 75% de participação no capital social de Bartira, atualmente detida por CB, pelo montante de R\$175.000, ajustado pelo IPCA;

## Notas Explicativas

### Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

#### 15. Combinação de negócios e aquisição de participações de não controladores-- Continuação

##### a) Associação com Nova Casa Bahia--Continuação

- Na hipótese de NCB não exercer a opção de compra referida acima, ao final do 6º ano, CB tem a obrigação de adquirir a participação de 25% de NCB pelo montante de R\$58.500, ajustado pelo IPCA;

*Valores justos dos ativos e passivos identificáveis adquiridos (provisório)*

Os valores justos dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de NCB, na data da combinação de negócios, são os seguintes:

	Balanco de abertura	(i) Valor justo do investimento detido em Bartira	(ii) Marca "Casas Bahia"	(iii) Fundo de Comércio	(iv) Contrato de fornecimento em condições favoráveis	(iii) Contrato de aluguel em condições favoráveis	Balanco após a alocação provisional do preço de compra
<b>Ativo</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	64.957	-	-	-	-	-	64.957
Aplicações financeiras	586.536	-	-	-	-	-	586.536
Contas a receber de clientes	2.434.960	-	-	-	-	-	2.434.960
Estoques	1.360.420	-	-	-	-	-	1.360.420
Impostos a recuperar	269.352	-	-	-	-	-	269.352
Imposto de renda diferido	142.342	(46.770)	(549.242)	(136.344)	(47.971)	(87.075)	(725.060)
Despesas antecipadas	58.498	-	-	-	-	-	58.498
Outros	268.059	-	-	-	-	-	268.059
Investimentos em associadas	-	137.560	-	-	-	-	137.560
Imobilizado Intangível	570.889	-	-	-	-	-	570.889
	57.217	-	1.615.417	401.011	141.092	256.103	2.470.840
	<u>5.813.230</u>	<u>90.790</u>	<u>1.066.175</u>	<u>264.667</u>	<u>93.121</u>	<u>169.028</u>	<u>7.497.011</u>
<b>Passivo</b>							
Contas a pagar	(1.063.178)	-	-	-	-	-	(1.063.178)
Empréstimos e financiamentos	(1.438.859)	-	-	-	-	-	(1.438.859)
Impostos a pagar	(448.565)	-	-	-	-	-	(448.565)
Receitas diferidas	(230.637)	-	-	-	-	-	(230.637)
Provisão para contingências	(33.796)	-	-	-	-	-	(33.796)
Outros	(1.405.165)	-	-	-	-	-	(1.405.165)
	<u>(4.620.200)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.620.200)</u>
Ativos líquidos	<u>1.193.030</u>	<u>90.790</u>	<u>1.066.175</u>	<u>264.667</u>	<u>93.121</u>	<u>169.028</u>	<u>2.876.811</u>

- (i) Valor justo do investimento detido em Bartira (25%): refere-se a mensuração do valor justo do investimento atualmente detido pela NCB de 25% do capital social de Bartira. Sua mensuração foi realizada por múltiplos de EBITDA, obtidos de empresas comparáveis no mercado.

## Notas Explicativas

### Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

#### 15. Combinação de negócios e aquisição de participações de não controladores-- Continuação

##### a) Associação com Nova Casa Bahia--Continuação

*Valores justos dos ativos e passivos identificáveis adquiridos (provisório)*--  
Continuação

- (ii) Marca "Casas Bahia": A marca é tradicional e conhecida no mercado varejista brasileiro, sendo considerada uma das mais valiosas por empresas especializadas na avaliação de marcas. Dado a força e reconhecimento desta marca, um participante de mercado não deveria descontinuí-la. Sua mensuração foi baseada pela metodologia "*royalties relief*", que representa o quanto seria a remuneração praticada pelo mercado pela utilização da marca, caso esta não fosse adquirida;
- (iii) Fundo de comércio: pontos comerciais, muitos deles localizados em shoppings centers de grande movimentação. Tanto em shoppings como em lojas de rua, é comum a cobrança de taxas de cessão de direitos de uso do ponto na transferência deste ativo. Sua mensuração foi realizada por informações de transações comparáveis no mercado;

Nenhum passivo ou ativo contingente foi identificado e reconhecido na data da aquisição e mesmo que fosse, seria indenizável por CB ou GPA, conforme o caso.

O valor justo da participação de acionistas não-controladores foi mensurado aplicando a participação por eles detida, pelo valor justo dos ativos líquidos identificáveis de NCB na data da combinação de negócios, conforme demonstrado abaixo:

	<b>31.12.2010</b>
Valor justo dos ativos líquidos adquiridos	2.614.662
Participação de acionista não controlador	47,56%
Participação de acionista não controlador - mensurado pelo método da parcela proporcional ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos	1.243.533

## Notas Explicativas

### Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

#### 15. Combinação de negócios e aquisição de participações de não controladores-- Continuação

##### a) Associação com Nova Casa Bahia--Continuação

###### *Ganho por compra vantajosa*

Como resultado da: (i) mensuração da consideração total transferida pela aquisição do controle de NCB, (ii) mensuração da participação do acionista não controlador, e (iii) mensuração dos ativos e passivos identificáveis ao valor justo, a Companhia apurou contabilmente um ganho por compra vantajosa, no montante de R\$453.569, reconhecido na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, na rubrica Outras despesas operacionais, e demonstrado abaixo:

	<u>31.12.2010</u>
Contraprestação total transferida pela aquisição de controle de NCB	(917.699)
Participação de acionista não controlador - mensurado pelo método da parcela proporcional ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos da parcela proporcional ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos	(1.243.394)
Valor justo dos ativos líquidos adquiridos	<u>2.614.662</u>
Ganho por compra vantajosa resultante na aquisição do controle de NCB	<u>453.569</u>

###### *Mensuração subsequente – alocação provisional do preço de compra*

A aquisição de controle da NCB foi contabilizada segundo o método de aquisição, em concordância com o IFRS 3R e CPC 15. A Companhia não obteve uma avaliação final do valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a fim de concluir a avaliação do ganho por compra vantajosa, referente à aquisição de controle de NCB.

Em cumprimento ao IFRS 3R e CPC 15, a Companhia irá concluir a coleta de dados e a avaliação do valor justo dos ativos líquidos adquiridos e da contraprestação transferida durante 2011 nos 12 meses a contar da data da combinação de negócios.

Os custos da transação, no total de R\$100.100, foram tratados como despesa e incluídos na rubrica outras despesas operacionais na demonstração de resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

**Notas Explicativas****Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

**16. Imobilizado**

## a) Controladora

	Saldo em:					Saldo em:
	31.12.2010	Adições	Depreciação	Baixas	Transferências	30.06.2011
Terrenos	820.088	-	-	-	(14.000)	806.088
Edifícios	1.795.263	9.722	(28.173)	(19)	122.878	1.899.671
Benfeitorias em imóveis de terceiros	986.223	104	(35.122)	(1.991)	80.627	1.029.841
Máquinas e equipamentos	363.139	43.857	(38.719)	(1.706)	43.340	409.911
Instalações	92.104	8.805	(4.613)	(130)	8.418	104.584
Móveis e utensílios	160.882	9.352	(11.895)	(1.439)	19.485	176.385
Veículos	15.192	588	(2.389)	(447)	376	13.320
Imobilizado em andamento	421.480	206.004	-	(10.404)	(277.045)	340.035
Outros	120.988	11.164	(3.068)	(29)	(1.929)	127.126
	4.775.359	289.596	(123.979)	(16.165)	(17.850)	4.906.961
<b>Arrendamento mercantil financeiro:</b>						
Equipamentos de informática	3.666	19.708	(1.598)	-	2.935	24.711
Edifícios	22.973	-	(683)	-	-	22.290
	26.639	19.708	(2.281)	-	2.935	47.001
<b>Total</b>	4.801.998	309.304	(126.260)	(16.165)	(14.915)	4.953.962

## b) Consolidado

	Saldo em:					Saldo em:
	31.12.2010	Adições	Depreciação	Baixas	Transferências	30.06.2011
Terrenos	983.005	-	-	1.263	(38.302)	945.966
Edifícios	1.907.727	12.120	(31.385)	122	159.887	2.048.471
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.515.898	35.597	(60.181)	(495)	185.808	1.676.627
Máquinas e equipamentos	607.579	93.770	(66.596)	(1.785)	106.091	739.059
Instalações	244.524	13.080	(14.681)	897	3.142	246.962
Móveis e utensílios	399.573	25.277	(26.348)	(304)	20.953	419.151
Veículos	157.829	24.774	(15.131)	(886)	(1.152)	165.434
Imobilizado em andamento	577.957	287.206	-	(8.144)	(436.187)	420.832
Outros	141.569	20.201	(5.622)	(131)	12.970	168.987
	6.535.661	512.025	(219.944)	(9.463)	13.210	6.831.489
<b>Arrendamento mercantil financeiro:</b>						
Equipamentos	74.332		(2.313)	(185)	(40.408)	31.426
Hardware	33.414	19.708	(5.379)	-	13.572	61.315
Instalações	1.086		(54)	(1)	(56)	975
Móveis e Utensílios	17.864		(786)	(12)	(5.917)	11.149
Veículos	12.555		(3.628)	(145)	7.919	16.701
Edifícios	28.683		(879)	-	0	27.804
	167.934	19.708	(13.039)	(343)	(24.890)	149.370
<b>Total</b>	6.703.595	531.733	(232.983)	(9.806)	(11.680)	6.980.859

**Notas Explicativas****Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

**16. Imobilizado--Continuação**

Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010 a Companhia e subsidiárias possuíam bens do ativo imobilizado dados em garantia e demandas judiciais, conforme divulgado na nota explicativa 22 (h).

A Companhia não identificou itens de seu ativo imobilizado que requeeressem uma provisão para não recuperação em 30 de junho de 2011.

c) Custos de captação de empréstimos capitalizados

O valor dos custos de captação de empréstimos capitalizados em 30 de junho de 2011 foi de R\$17.318 (R\$ 13.249 em 31 de dezembro de 2010). A taxa adotada para apuração dos custos de captação de empréstimos elegíveis para capitalização foi de aproximadamente 100% do CDI, correspondente à taxa de juros efetiva dos empréstimos tomados pela Companhia.

**17. Intangíveis**

## a) Controladora

	Saldo em:				Saldo em:
	31.12.2010	Adições	Amortização	Transferências	30.06.2011
Ágio - eletrodomésticos	174.548	-	-	-	174.548
Ágio - atacarejo	300.614	-	-	-	300.614
Softwares	195.260	22.899	(18.447)	915	200.627
	670.422	22.899	(18.447)	915	675.789

## b) Consolidado

	Saldo em:					Saldo em:
	31.12.2010	Adições	Amortização	Baixas	Transferências	30.06.2011
Ágio – atacarejo	428.762	-	-	-	-	428.762
Ágio – eletrodoméstico	279.851	-	-	-	-	279.851
Ágio – varejo	663.195	-	-	-	-	663.195
Marcas – atacarejo	38.639	-	-	-	-	38.639
Marcas – eletrodomésticos	399.719	17	-	-	-	399.736
Marcas – comercio eletrônico	1.615.417	-	-	-	-	1.615.417
Fundo de comércio – eletrodomésticos	617.899	7.570	(4.068)	(378)	2.537	623.560
Relacionamento de clientes – eletrodomésticos	24.845	-	(3.142)	-	-	21.703
Contrato de fornecimento vantajoso – Bartira	274.542	-	(27.498)	-	-	247.044
Contrato de aluguel vantajoso – Nova casa Bahia	251.994	-	(27.486)	-	-	224.508
Software	286.902	73.925	(31.231)	(4)	(17.207)	312.385
Total Intangível	4.881.765	81.512	(93.425)	(382)	(14.670)	4.854.800

## Notas Explicativas

### Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

#### 17. Intangíveis--Continuação

##### c) Testes de recuperação do ágio e intangíveis

Anualmente o ágio e os ativos intangíveis são submetidos a testes de recuperação segundo o método descrito na nota explicativa 4 - "Principais Políticas Contábeis".

A Administração elaborou uma estimativa dos valores recuperáveis ou valores em uso de todos os ativos.

Como resultado dos testes de recuperação realizados em 2010, a Companhia não reconheceu perdas por não recuperação.

Para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2011, a Administração da Companhia submeterá a novos testes de recuperação todos os ágios e intangíveis reconhecidos até esta data.

##### d) Outros intangíveis

O *software* foi submetido a testes de recuperação segundo os mesmos critérios definidos para o ativo imobilizado.

Outros ativos intangíveis, cuja vida útil seja indefinida, foram submetidos a teste de recuperação segundo os mesmos critérios de cálculo realizados para o ágio sobre investimentos.

##### *Aquisição de ativos intangíveis realizados durante o exercício de 2010*

Em conexão com as combinações de negócios ocorridas no exercício de 2010 (conforme descrito na nota 15), a Companhia adquiriu ativos intangíveis de vida útil definida e indefinida, conforme segue:

- Vida útil indefinida – marcas e fundo de comércio; e
- Vida útil definida – contrato de aluguel de loja e edificações em condição vantajosa (10 anos), contrato vantajoso de fornecimento de móveis em condição vantajosa (3 anos) e relacionamento de clientes (5 a 7 anos).

## Notas Explicativas

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

## 18. Empréstimos e financiamentos

a) Composição da dívida

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
<b>Debêntures</b>				
Debêntures	279.990	523.574	279.990	523.574
Contratos de <i>swap</i>	703	598	703	598
Custo de captação	(3.050)	(3.497)	(3.050)	(3.497)
	<b>277.643</b>	<b>520.675</b>	<b>277.643</b>	<b>520.675</b>
<b>Em moeda local</b>				
BNDDES	70.745	39.099	107.810	80.905
IBM	-	-	6.805	6.810
Capital de giro	104.960	-	120.212	321.466
Financiamento ao consumidor por interveniência - CDCI	-	-	1.948.066	1.283.059
Arrendamentos financeiros	29.768	20.789	59.617	64.467
Contratos de <i>swap</i>	-	(3)	-	(439)
Custo de captação	(6.462)	(4.525)	(6.759)	(6.770)
Antecipação de recebíveis	-	249.997	-	249.997
	<b>199.011</b>	<b>305.357</b>	<b>2.235.751</b>	<b>1.999.495</b>
<b>Em moeda estrangeira</b>				
Capital de giro	123.198	366.592	877.021	414.140
Contratos de <i>swap</i>	(5.634)	35.778	97.408	43.856
Custo de captação	(298)	(372)	(631)	(661)
	<b>117.266</b>	<b>401.998</b>	<b>973.798</b>	<b>457.335</b>
<b>Total circulante</b>	<b>593.920</b>	<b>1.228.030</b>	<b>3.487.192</b>	<b>2.977.505</b>
	Controladora		Consolidado	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
<b>Debêntures</b>				
Debêntures	1.494.799	1.075.538	1.494.799	1.075.538
Custo de captação	(6.586)	(8.066)	(6.586)	(8.066)
	<b>1.488.213</b>	<b>1.067.472</b>	<b>1.488.213</b>	<b>1.067.472</b>
<b>Em moeda local</b>				
BNDDES	432.945	358.053	455.612	381.519
IBM	-	-	8.507	11.917
Capital de giro	1.045.094	703.049	1.329.013	971.029
Financiamento ao consumidor por interveniência - CDCI	-	-	113.997	102.106
FIDCs	-	-	2.417.427	2.280.517
Arrendamentos financeiros	76.289	66.129	97.931	101.098
Contratos de <i>swap</i>	14.564	7.967	13.647	8.134
Custo de captação	(10.453)	(9.486)	(12.119)	(12.273)
	<b>1.558.439</b>	<b>1.125.712</b>	<b>4.424.015</b>	<b>3.844.047</b>
<b>Em moeda estrangeira</b>				
Capital de giro	580.533	296.147	673.994	617.826
Contratos de <i>swap</i>	79.766	35.055	99.699	63.059
Custo de captação	(278)	(426)	(280)	(468)
	<b>660.021</b>	<b>330.776</b>	<b>773.413</b>	<b>680.417</b>
<b>Total não circulante</b>	<b>3.706.673</b>	<b>2.523.960</b>	<b>6.685.641</b>	<b>5.591.936</b>

**Notas Explicativas****Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

**18. Empréstimos e financiamentos--Continuação**

- b) Cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos reconhecidos no não circulantes

<b>Ano</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
2012	76.800	2.633.437
2013	1.204.444	1.616.400
2014	1.849.233	1.852.974
2015	146.726	147.101
Após 2015	446.787	454.714
<b>Sub-total</b>	<b>3.723.990</b>	<b>6.704.626</b>
Custo de Captação	(17.317)	(18.985)
<b>Total</b>	<b>3.706.673</b>	<b>6.685.641</b>

**Notas Explicativas****Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

**18. Empréstimos e financiamentos--Continuação**c) Financiamento do capital de giro e swap

	Taxa	Controladora		Consolidado	
		30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
<b>Dívida</b>					
<b><u>Moeda local</u></b>					
Itaú Unibanco	CDI + 1,5%	-	-	8	14
Banco do Brasil	CDI + 1,2%	1.150.054	703.049	1.434.804	1.085.681
Bradesco	CDI	-	-	3.890	632
Alfa	CDI + 1,5%	-	-	-	11.040
HSBC	CDI	-	-	10.523	4.811
Santander	CDI	-	-	-	190.317
Safra	CDI	-	-	-	-
		<b>1.150.054</b>	<b>703.049</b>	<b>1.449.225</b>	<b>1.292.495</b>
Circulante		<b>104.960</b>	-	<b>120.212</b>	321.466
Não circulante		<b>1.045.094</b>	703.049	<b>1.329.013</b>	971.029
<b><u>Moeda estrangeira</u></b>					
Itaú BBA	USD + 4,06%	430.131	296.147	430.131	296.147
Banco do Brasil	YEN	-	-	256.694	145.571
Bradesco	USD	-	-	94.035	-
Santander	USD + 5,94%	158	237.438	378.588	337.693
ABN AMRO	YEN + 4,92%	123.198	129.154	241.321	252.555
HSBC	USD	150.244	-	150.246	-
		<b>703.731</b>	<b>662.739</b>	<b>1.551.015</b>	<b>1.031.966</b>
Circulante		<b>123.198</b>	366.592	<b>877.021</b>	414.140
Não circulante		<b>580.533</b>	296.147	<b>673.994</b>	617.826
<b><u>Contratos de swap</u></b>					
Itaú BBA	CDI 100,0%	78.978	35.055	78.978	35.055
Banco do Brasil	CDI 103,6%	14.563	7.964	66.243	18.808
Bradesco	CDI	-	-	11.568	-
Santander	CDI 104,2%	(5.488)	52.814	53.322	56.560
ABN AMRO	CDI 101,8%	-	(17.036)	-	4.187
HSBC	CDI	643	-	643	-
		<b>88.696</b>	<b>78.797</b>	<b>210.754</b>	<b>114.610</b>
Circulante		<b>(5.634)</b>	35.775	<b>97.408</b>	43.417
Não circulante		<b>94.330</b>	43.022	<b>113.346</b>	71.193
		<b>1.942.481</b>	<b>1.444.585</b>	<b>3.210.994</b>	<b>2.439.071</b>

## Notas Explicativas

### Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

#### 18. Empréstimos e financiamentos--Continuação

##### c) Financiamento do capital de giro e swap--Continuação

Os recursos para fins de financiamento de capital de giro são captados junto a instituições financeiras locais, denominadas em moeda estrangeira ou local. As principais operações classificadas nesta rubrica são empréstimos para financiamento do capital de giro e operações de vendor. .

As operações de vendor são baseadas em cessões de crédito firmadas em contratos com fornecedores junto às instituições financeiras, que permitem aos fornecedores antecipar os recursos provenientes de venda a prazo. Os encargos financeiros são de 1,15% a.m. e prazos máximos de até 60 dias.

##### d) Financiamento ao consumidor por interveniência - CDCI

As operações de financiamento ao consumidor por interveniência correspondem às atividades de financiamento de vendas a prazo a clientes, por intermédio de uma instituição financeira, realizadas pela subsidiária NCB. As vendas podem ser parceladas em até 24 meses, e os encargos financeiros médios cobrados são de 13,40% a.a. Nestes contratos, NCB retém substancialmente os riscos e benefícios atrelados aos créditos financiados, garantidos junto às instituições financeiras por notas promissórias emitidas pela subsidiária e por cessão de direitos creditórios.

##### e) BNDES

Os contratos de linha de créditos em Reais, com o BNDES, são sujeitos a indexação baseada na taxa TJLP (taxa de longo prazo), mais taxa de juros anuais, ou são denominados com base em uma cesta de moedas estrangeiras, a fim de refletir a carteira de financiamento do BNDES, mais taxa de juros anuais fixos. O financiamento é pago em parcelas mensais depois de um período de carência, como mencionado no item e).

A Companhia não pode oferecer nenhum bem como garantia dos empréstimos a outras partes sem autorização prévia do BNDES, e deve cumprir com certos índices financeiros, calculados com base no balanço patrimonial consolidado, como segue: (i) manter um índice de capitalização (patrimônio líquido/ativo total) igual ou maior que 0,30 e (ii) manter um índice de liquidez (ativo circulante/passivo circulante) igual ou maior que 1,05. A Companhia controla e monitora esses índices.

Em 30 de junho de 2011, a Companhia estava em cumprimento com as cláusulas supramencionadas.

**Notas Explicativas****Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

**18. Empréstimos e financiamentos—Continuação**e) BNDES -- continuação

Encargos financeiros anuais	Número de parcelas mensais	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
TJLP + 4,5%	1	Jan/11	-	-	-	149
TJLP + 2,3%	11	Nov/11	-	-	4.039	8.889
TJLP + 2,3%	11	Nov/11	-	-	431	1.109
TJLP + 2,8%	11	Nov/11	-	-	1.901	4.183
TJLP + 2,3%	11	Mai/12	-	-	2.885	4.459
TJLP + 2,8%	17	Mai/12	-	-	1.763	2.725
TJLP + 3,2%	60	Nov/12	46.804	63.339	46.804	63.339
TJLP + 2,7%	60	Nov/12	6.761	9.150	6.761	9.150
TJLP + 2,3%	30	Jun/13	-	-	5.502	43.591
TJLP + 4,5%	48	Dez/14	-	-	142	167
TJLP + 4,5%	60	Dez/16	40.000	40.000	40.000	40.000
TJLP + 4,5%	60	Dez/16	41.000	41.000	41.000	41.000
TJLP + 4,5%	60	Dez/16	99.159	98.663	99.159	98.663
TJLP + 4,5%	60	Dez/16	45.000	45.000	45.000	45.000
TJLP + 4,5%	60	Dez/16	100.000	100.000	100.000	100.000
TJLP + 4,5%	60	Dez/16	20.000	-	20.000	-
TJLP + 4,5%	60	Dez/16	11.100	-	11.100	-
TJLP + 4,5%	60	Dez/16	10.000	-	10.000	-
TJLP + 4,5%	60	Dez/16	55.242	-	55.242	-
TJLP + 4,5%	60	Dez/16	23.624	-	23.624	-
TJLP + 4,5%	60	Dez/16	5.000	-	5.000	-
7% a.a	3	Dez/12	-	-	26.694	-
TJLP + 1,9% a.a	6	jun/2014	-	-	12.173	-
TJLP + 1,9% a.a e 1% a.a	6	jun/2014	-	-	2.292	-
TJLP + 3,5% a.a e 1% a.a	6	jun/2014	-	-	1.910	-
			<b>503.690</b>	<b>397.152</b>	<b>563.422</b>	<b>462.424</b>
Circulante			70.745	39.099	107.810	80.905
Não circulante			432.945	358.053	455.612	381.519

f)Garantias

A Companhia assinou notas promissórias e cartas de fianças garantia nos empréstimos e financiamentos junto ao BNDES e Banco IBM (arrendamentos mercantis financeiros).

**Notas Explicativas****Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

**18. Empréstimos e financiamentos--Continuação**g) Contratos de *swap*

A companhia faz uso de operações de *swap* para trocar obrigações denominadas em dólares norte-americanos, em Yen e taxas de juros fixas, para o Real atrelado à taxas de juros do CDI (flutuante). A Companhia contrata operações de *swap* com a mesma contraparte, moeda e taxa de juros. Todas estas transações são classificadas como contabilização de *hedge*, conforme divulgadas na nota explicativa 19. A taxa de referência anual do CDI em 30 de junho de 2011 era de 11,05% (9,71% em 31 de dezembro de 2010).

h) *Quotas do PAFIDC resgatáveis*

Segundo o CPC 38 (IAS 39), a Companhia registra os valores relativos às quotas sênior como "Empréstimos e financiamentos".

## i) Debêntures

Controladora e Consolidado						
	Tipo	Debêntures em circulação	Encargos financeiros anuais	Preço unitário	30.06.2011	31.12.2010
6ª emissão 1ª série	Sem preferência	54.000	CDI + 0,5%	6.925	<b>373.926</b>	559.195
6ª emissão 2ª série	Sem preferência	23.965	CDI + 0,5%	6.925	<b>165.947</b>	248.169
6ª emissão 1ª e 2ª séries	Swap de taxa de juros	-	104,96% do CDI	6.925	<b>703</b>	598
7ª emissão 1ª série	Sem preferência	-	119% do CDI	-	-	234.979
8ª emissão 1ª série	Sem preferência	500	109,5% do CDI	1.178.849	<b>589.425</b>	555.772
9ª emissão 1ª série		610	CDI 109,5% a.a	1.058.183	<b>645.491</b>	-
Custo de captação					<b>(9.636)</b>	(10.566)
					<b>1.765.856</b>	1.588.147
Passivo circulante					<b>277.643</b>	520.675
Passivo não circulante					<b>1.488.213</b>	1.067.472

(i) Movimentação das debêntures em circulação

	Quantidade de debêntures	Valor
Em 31.12.2010	78.665	1.588.147
Juros liquidados de pagamentos e <i>swap</i>		<b>(432.291)</b>
9º Emissão de Debentures	<b>610</b>	<b>610.000</b>
Amortização 7º emissão	<b>(200)</b>	-
Em 30.06.2011	<b>79.075</b>	<b>1.765.856</b>

## Notas Explicativas

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

## 18. Empréstimos e financiamentos--Continuação

## h) Debêntures--Continuação

(i) Informações adicionais

Descrição	Dados			
	6ª. emissão	7ª. emissão	8ª. emissão	9ª. emissão
<u>Séries:</u>	Em 27 de março de 2007, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão de 77.965 debêntures, correspondendo ao valor total de R\$779.650. As debêntures emitidas dentro do escopo da 6.a emissão têm as seguintes características:  Duas séries: 54.000 e 23.965 debêntures foram emitidas na primeira e na segunda séries, respectivamente.	Em 8 de junho de 2010, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão de uma oferta restrita de 200 debêntures não-conversíveis, no valor total de R\$200.000. As debêntures emitidas dentro do escopo da 7ª emissão têm as seguintes características:  Única.	Em 4 de dezembro de 2010, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão e a oferta restrita de 500 debêntures não convertíveis, no valor total de R\$500.000. As debêntures emitidas dentro do escopo da 8ª emissão têm as seguintes características:  Única.	Em 5 de janeiro de 2011, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão e a oferta restrita de 610 debêntures não convertíveis, no valor total de R\$610.000. As debêntures emitidas dentro do escopo da 9ª emissão têm as seguintes características:  Única.
<u>Classe e conversibilidade:</u>	Não convertíveis em ações emitidas pela Companhia.	Nominativa, escritural e sem certificados de emissão de ações. As debêntures não são convertidas em ações emitidas pela Companhia.	Nominativa, escritural e sem certificados de emissão de ações. As debêntures não são convertidas em ações emitidas pela Companhia.	Nominativa, escritural e sem certificados de emissão de ações. As debêntures não são convertidas em ações emitidas pela Companhia.
<u>Tipo:</u>	Sem garantia.	Sem garantia.	Sem garantia.	Sem garantia.
<u>Data de emissão:</u>	1º de março de 2007.	15 de junho de 2009.	15 de dezembro de 2009.	05 de janeiro de 2011.
<u>Prazo e vencimento:</u>	72 (setenta e dois) meses, vencendo assim em 1º de março de 2013.	720 (setecentos e vinte) dias após a data de emissão, vencendo, portanto, em 5 de junho de 2011.	60 (sessenta) meses a partir da data de emissão, vencendo, portanto, em 15 de dezembro de 2014.	36 (trinta e seis) meses a partir da data de emissão, vencendo, portanto, em 05 de janeiro de 2014.

## Notas Explicativas

### Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

#### 18. Empréstimos e financiamentos--Continuação

##### h) Debêntures--Continuação

##### (i) Informações adicionais

	Dados			
Descrição	6ª. emissão	7ª. emissão	8ª. emissão	9ª. emissão
<p><u>Remuneração:</u></p> <p>Taxa média diária de Depósitos Interbancários (DI) de um dia, conhecidos como "over extra group", expressa em porcentagem anual, baseada em um ano de 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP</p> <p>– Câmara de Custódia e Liquidação, mais spread anual de 0,5%, do principal, devido a cada semestre, com base na data de emissão, sempre nos dias 1º de março e 1º de setembro de cada ano.</p>	<p>119% de taxa média diária de Depósitos Interbancários (DI) de um dia, conhecidos como "over extra group", expressa em porcentagem anual, baseada em um ano de 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP.</p>	<p>109,5% de taxa média diária de Depósitos Interbancários (DI) de um dia, conhecidos como "over extra group", expressa em porcentagem anual, baseada em um ano de 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP. A Remuneração será paga a partir do 36º (trigésimo sexto) mês após a data de emissão, nas datas seguintes: (i) 15 de dezembro de 2012; (ii) 15 de junho de 2013; (iii) 15 de dezembro de 2013; (iv) 15 de junho de 2014; e (v) na Data de Vencimento, 15 de dezembro de 2014.</p>	<p>107,75% de taxa média diária de Depósitos Interbancários (DI) de um dia, conhecidos como "over extra group", expressa em porcentagem anual, baseada em um ano de 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP.</p>	<p>O valor nominal unitário das debêntures não será amortizado parcialmente ao longo do prazo de vigência das Debêntures. O valor nominal unitário de cada Debênture será pago integral e exclusivamente na data de vencimento.</p>
<p><u>Amortização:</u></p> <p>A ser amortizado em 3 (três) parcelas anuais: 1º de março de 2011; 1º de março de 2012, e 1º de março de 2013. Em cada data de pagamento da amortização, 25.988 debêntures serão pagas.</p>	<p>Amortização em uma única parcela na data de vencimento.</p>	<p>O valor nominal unitário das debêntures será amortizado nas seguintes datas: (i) 15 de dezembro de 2012; (ii) 15 de junho de 2013; (iii) 15 de dezembro de 2013; (iv) 15 de junho de 2014. Em cada data, 1/5 (um quinto) do valor nominal unitário das debêntures (R\$1.000.000) será pago.</p>	<p>O valor nominal unitário das debêntures não será amortizado parcialmente ao longo do prazo de vigência das Debêntures. O valor nominal unitário de cada Debênture será pago integral e exclusivamente na data de vencimento.</p>	<p>O valor nominal unitário das debêntures não será amortizado parcialmente ao longo do prazo de vigência das Debêntures. O valor nominal unitário de cada Debênture será pago integral e exclusivamente na data de vencimento.</p>

## Notas Explicativas

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

## 18. Empréstimos e financiamentos--Continuação

## h) Debêntures--Continuação

(i) Informações adicionais

Descrição	Dados		
	6ª. emissão	7ª. emissão	8ª. emissão
<u>Resgate antecipado:</u>	No 18º mês após a data de emissão, a Companhia poderá resgatar parcial ou totalmente, antecipadamente, as debêntures pagando: (i) o Valor Nominal Unitário, calculado "pro rata temporis" da data de emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, quando aplicável, até a data do seu pagamento efetivo; ou (ii) o reembolso do prêmio correspondente a, no máximo, 1,5%, calculado pro rata temporis, diminuindo conforme a passagem do tempo. O resgate parcial, se aplicável, poderá ocorrer por saque, de acordo com o art. 55, Parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e com outras normas aplicáveis.	Não aplicável.	A Companhia tem direito de resgate antecipado a qualquer tempo, exclusivamente a seu arbítrio, de acordo com as condições estabelecidas no instrumento de emissão.
<u>Índices financeiros:</u>	Calculados com base nas informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia em BR GAAP: (i) a dívida líquida (dívida menos caixa e disponibilidades e contas a receber) não excedente ao patrimônio líquido; (ii) índice dívida líquida consolidada/EBITDA menor ou igual a 3,25. Em 30 de junho de 2011, a Companhia havia atendido todos esses índices.	Calculados com base nas informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia: (i) a dívida líquida (dívida menos caixa e disponibilidades e contas a receber) não excedente ao patrimônio líquido; (ii) índice dívida líquida consolidada/EBITDA menor ou igual a 3,25. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia havia atendido todos esses índices.	Calculados com base nas informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia preparados em BR GAAP: (i) a dívida líquida (dívida menos caixa e disponibilidades e contas a receber) não excedente ao patrimônio líquido; (ii) índice dívida líquida consolidada/EBITDA menor ou igual a 3,25. Em 30 de junho de 2011, a Companhia havia atendido todos esses índices.
			Calculados com base nas informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia em BR GAAP: (i) a dívida líquida (dívida menos caixa e disponibilidades e contas a receber) não excedente ao patrimônio líquido; (ii) índice dívida líquida consolidada/EBITDA menor ou igual a 3,25. Em 30 de junho de 2011, a Companhia estava em dia com todos esses índices.

**Notas Explicativas**

**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
 30 de junho de 2011  
 (Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

**18. Empréstimos e financiamentos--Continuação**

h) *Debêntures--Continuação*

(i) Informações adicionais

Descrição	Dados			
Utilização dos fundos:	6ª. emissão	7ª. emissão	8ª. emissão	9ª. emissão
Os fundos arrecadados através das séries da 6.a emissão de debêntures serão usados pela Companhia para fortalecer o capital de giro e para pagar dívidas de curto prazo.	Os fundos arrecadados através da 7ª emissão deverão ser usados exclusivamente pela Companhia para aquisição de produtos agrícolas e rurais junto aos seus fornecedores que forem produtores agrícolas e/ou cooperativas listados no respectivo Instrumento de Emissão dentre de um prazo não excedente a 5 (cinco) meses a partir da data de emissão a serem vendidos nos estabelecimentos da Companhia.	Os fundos arrecadados através da 8ª emissão de debêntures serão usados pela Companhia para manter a sua estratégia de caixa e para fortalecer o seu capital de giro.	Os fundos arrecadados através da 9ª emissão de debêntures serão usados pela Companhia para manter a sua estratégia de caixa e para fortalecer o seu capital de giro.	

## Notas Explicativas

### Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

#### 19. Instrumentos financeiros

A Companhia utiliza instrumentos financeiros somente para proteção de riscos identificados limitados a 100% dos riscos. As operações com derivativos são exclusivamente utilizados para reduzir a exposição à flutuação de moeda estrangeira e taxa de juros, visando a manutenção do equilíbrio da estrutura de capital.

Os instrumentos financeiros da Companhia são apresentados em atendimento aos CPCs 38, 39 e 40 (IAS 39, IAS 32 e IFRS 7). Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas informações contábeis intermediárias, por categoria, são os seguintes:

	Controladora			
	Valor contábil		Valor justo	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
Caixa e equivalentes de caixa	1.654.021	1.757.576	1.654.021	1.757.576
Contas a receber e FIDC	501.389	1.050.769	501.389	1.050.769
Partes relacionadas – Ativo	1.042.436	804.556	1.042.436	804.556
Partes relacionadas - Passivo	(103.293)	(513.820)	(103.293)	(513.820)
Fornecedores	(1.709.881)	(2.219.699)	(1.709.881)	(2.219.699)
Empréstimos e financiamentos	(2.534.737)	(2.163.843)	(2.737.333)	(2.170.748)
Debêntures	(1.765.856)	(1.588.147)	(1.816.238)	(1.580.328)
<b>Exposição líquida</b>	<b>(2.915.921)</b>	<b>(2.872.608)</b>	<b>(3.168.899)</b>	<b>(2.871.694)</b>

  

	Consolidado			
	Valor contábil		Valor justo	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
Caixa e equivalentes de caixa	3.963.067	3.817.994	3.963.067	3.817.994
Aplicações financeiras	-	600.613	-	600.613
Contas a receber e FIDC	5.521.963	4.658.864	5.521.963	4.658.864
Partes relacionadas - Ativo	140.813	176.241	140.813	176.241
Partes relacionadas - Passivo	(12.517)	(274.291)	(12.517)	(274.291)
Fornecedores	(4.475.085)	(5.306.349)	(4.475.085)	(5.306.349)
Empréstimos e financiamentos	(8.406.977)	(6.981.294)	(8.609.637)	(6.988.199)
Debêntures	(1.765.856)	(1.588.147)	(1.816.239)	(1.580.328)
Opção de compra - Bartira	416.004	416.004	416.004	416.004
<b>Exposição líquida</b>	<b>(4.618.588)</b>	<b>(4.480.365)</b>	<b>(4.871.631)</b>	<b>(4.479.451)</b>

Caixa e equivalente de caixa são classificadas dentro no Nível 2 e o valor justo é estimado com base em relatórios de corretoras que fazem uso de preços de mercado cotados para instrumentos similares.

O valor justo de outros instrumentos financeiros descritos na nota explicativa 19 (b) permite uma aproximação do valor contábil com base nas condições de pagamento existentes. Em 30 de junho de 2011 a Companhia não tem ativos ou passivos em aberto nos quais o valor justo poderia ser mensurado utilizando-se preços baseados em mercados ativos para instrumentos idênticos (Nível1) e informações significativas não observáveis (Nível 3).

## Notas Explicativas

### Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

#### 19. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas subsidiárias

A Companhia adota métodos e procedimentos de controle de risco, tais como descritos abaixo:

(i) *Risco de crédito*

- Caixa e equivalentes de caixa: de modo a minimizar o risco de crédito desses investimentos, a Companhia adota políticas que restringem os investimentos em uma única instituição financeira, levando ainda em consideração limites monetários e avaliações de instituições financeiras, que são constantemente atualizados (Vide nota explicativa 7).
- Contas a receber: a Companhia vende diretamente para clientes individuais através de cheques pré-datados, em uma pequena parte das vendas 0,19% no período findo em 30 de junho de 2011 (0,59% em 31 de dezembro de 2010 e 0,59% em 30 de junho de 2010).
- A Companhia também incorre em risco de contraparte relacionado aos instrumentos derivativos; esse risco é mitigado pela política da Companhia de efetuar transações com as instituições financeiras renomadas.
- Vendas por cartão de crédito e/ou por vales-alimentação são substancialmente destinadas ao PAFIDC e Globex FIDC, cujo risco é relacionado e limitado pelo valor de quotas subordinadas detidas pela Companhia (Vide nota explicativa 10).

(ii) *Risco de taxa de juros*

A Companhia e suas subsidiárias obtêm empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras para fazer frente as necessidade de caixa para investimentos e crescimento. Em decorrência, a Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de flutuações relevantes na taxa de juros, especialmente em função da parte passiva das operações com derivativos (*Hedge* de exposição cambial) e de dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexadas ao CDI, neutraliza parcialmente este efeito.

(iii) *Risco da taxa de câmbio*

A Companhia e suas subsidiárias estão expostas a flutuações nas taxas de câmbio, que podem acarretar aumento dos saldos passivos de empréstimos em moeda estrangeira. A Companhia e suas controladas utilizam-se de derivativos, tais como *swaps*, que visam anular o risco de exposição cambial, transformando o custo da dívida para moeda e taxa de juros locais.

## Notas Explicativas

### Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

#### 19. Instrumentos financeiros--Continuação

##### a) Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas subsidiárias—Continuação

###### (iv) *Risco de gestão de capital*

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito e uma razão de capital bem estabelecida, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o período findo em 30 de junho de 2011.

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
Empréstimos e financiamentos	<b>4.300.593</b>	3.751.990	<b>10.172.833</b>	8.569.441
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<b>(1.654.021)</b>	(1.757.576)	<b>(3.963.067)</b>	(3.817.994)
Dívida líquida	<b>2.646.572</b>	1.994.414	<b>6.209.766</b>	4.751.447
Patrimônio líquido	<b>7.327.598</b>	7.098.589	<b>9.776.349</b>	9.583.770
Patrimônio líquido e dívida líquida	<b>9.974.170</b>	9.093.003	<b>15.986.115</b>	14.335.217

###### (v) *Risco de gestão de liquidez*

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do acompanhamento diário do fluxo de caixa, controle dos vencimentos dos ativos e passivos financeiros e relacionamento próximo com as principais instituições financeiras.

###### (vi) *Instrumentos financeiros derivativos*

Algumas operações de *swap* são classificadas como *hedge* de valor justo, cujo objetivo é proteger da exposição cambial (dólares norte americanos e YEN) e taxas de juros fixas, convertendo a dívida para taxa de juros e moeda local.

Esses contratos montam em 30 de junho de 2011, um valor de referência de R\$ 1.381.182 (R\$1.296.750 em 31 de dezembro de 2010). Essas operações são usualmente contratadas nos mesmos termos de valores, prazos e taxas, preferencialmente, são realizados com a mesma instituição financeira, observados os limites fixados pela Administração.

Os derivativos da Companhia contratados em data anterior a 31 de dezembro de 2008 são medidos pelo valor justo no resultado, incluindo: (i) Contratos de *swap* de dívidas em moeda estrangeira (Dólares norte-americanos e Yen japoneses) para conversão de taxas de juro fixas e moedas estrangeiras para Real e taxas de juros locais variáveis (CDI). Esses contratos totalizam o valor nominal de R\$ 2.781.541 em 30 de junho de 2011 (R\$2.760.149 em 31 de dezembro 2010) e (ii) são primariamente relativos a debêntures e empréstimos do BNDES, trocando taxas de juros locais variáveis mais taxas de juros fixas por taxas de juros variáveis (CDI).

## Notas Explicativas

### Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

#### 19. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas subsidiárias—Continuação

(vi) *Instrumentos financeiros derivativos*--Continuação

De acordo com as políticas de tesouraria da Companhia, não são permitidas contratações de *swaps* com limitadores (“*caps*”), margens, cláusulas de arrependimento, duplo indexador, opções flexíveis ou quaisquer outras modalidades de operações diferentes dos *swaps* tradicionais para proteção de dívidas, inclusive para fins especulativos.

O ambiente de controles internos da Companhia foi desenhado de modo a garantir que as transações celebradas estejam em conformidade com essa política de tesouraria.

A Companhia calcula a efetividade das operações cuja contabilização de *hedge* é aplicada, quando de sua contratação e em bases contínuas. As operações de *hedge* contratadas no período findo em 30 de junho de 2011 apresentaram efetividade em relação às dívidas objeto dessa cobertura. Para as operações com derivativos qualificados como contabilidade de cobertura (“*hedge accounting*”), conforme o CPC 38 (IAS 39), a dívida objeto da cobertura é também ajustada a valor justo conforme as regras de *hedge* de valor justo.

		Consolidado			
		Valor de referência		Valor Justo	
		30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
<b>Hedge de valor justo</b>					
Objeto de <i>hedge</i> (dívida)		<b>2.008.232</b>	1.797.564	<b>2.044.975</b>	1.853.749
<b>Posição comprada</b>					
Taxa pré-fixada	11,05% a.a.	<b>685.000</b>	980.000	<b>736.134</b>	1.021.220
USD + Fixa		<b>1.323.232</b>	817.564	<b>1.283.527</b>	832.529
		<b>2.008.232</b>	1.797.564	<b>2.019.661</b>	1.853.749
<b>Posição vendida</b>					
	CDI 105.7% a.a.	<b>(2.008.232)</b>	(1.797.564)	<b>(2.034.236)</b>	(1.861.446)
<b>Posição líquida</b>		<b>-</b>	-	<b>(14.575)</b>	(7.697)

## Notas Explicativas

### Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

#### 19. Instrumentos financeiros--Continuação

- a) Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas subsidiárias—Continuação

		Consolidado			
		Valor de referência		Valor Justo	
		30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
<b>Contratos de swap mensurados a valor justo por meio do resultado</b>					
<b>Posição ativa</b>					
USD + Fixa	5,92% a.a.	145.312	74.704	237.237	85.404
YEN + Fixa	1,69% a.a.	108.231	108.231	122.459	127.371
CDI + Fixa	100% CDI + 0,05% a.a.	519.766	779.650	1.972.451	811.600
		<b>773.309</b>	962.585	<b>2.332.147</b>	1.024.375
<b>Posição passiva</b>	CDI	<b>(773.309)</b>	(962.585)	<b>(2.558.213)</b>	(1.131.886)
<b>Posição de swap líquida</b>		-	-	<b>(226.066)</b>	(107.511)
<b>Posição de swap líquida</b>		-	-	<b>(240.641)</b>	(115.209)

- (vi) *Instrumentos financeiros derivativos*--Continuação

Ganhos e perdas realizados e não realizados, sobre esses contratos durante o período findo em 30 de junho de 2011 são registrados no resultado financeiro líquido, e o saldo a pagar pelo valor justo é de R\$ 240.641 (R\$ 115.209 em 31 de dezembro de 2010) e está registrado na rubrica "empréstimos e financiamentos".

Os efeitos do hedge de valor justo no resultado do período findo em 30 de junho de 2011 foram de R\$ (6.710). (R\$ (6.100) em 30 de junho de 2010)

- (vii) *Valores justos dos instrumentos financeiros derivativos*

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado entre partes com conhecimento e voluntariamente em uma operação em condições de mercado.

Os valores justos são calculados pela projeção do fluxo de caixa futuro das operações, usando as curvas da BM&F Bovespa e descontando-os ao valor presente, usando taxas de mercado do CDI para *swap* divulgadas pela BM&F Bovespa.

Os valores a mercado dos *swaps* cupom cambiais x CDI foram obtidos utilizando-se as taxas de câmbio de mercado vigentes na data em que as informações trimestrais são levantadas e as taxas projetadas pelo mercado calculadas com base nas curvas de cupom da moeda. Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear - 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas em CDI foi adotada a convenção exponencial - 252 dias úteis.

## Notas Explicativas

### Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

#### 19. Instrumentos financeiros--Continuação

##### b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

As Companhias abertas devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período.

Em cumprimento ao disposto acima, foi considerado como cenário mais provável, na avaliação da Administração de se realizar, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da BM&FBovespa. Desta maneira, no cenário provável (I), não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros já apresentados acima. Para os cenários II e III, para efeito exclusivo de análise de sensibilidade, considerou-se uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco, até a data de vencimento dos instrumentos financeiros.

No caso dos instrumentos financeiros derivativos (destinados à proteção da dívida financeira), as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, indicando que os efeitos não são significativos (bii).

## Notas Explicativas

### Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

#### 19. Instrumentos financeiros--Continuação

##### b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros --Continuação

A Companhia divulgou a exposição líquida dos instrumentos financeiros derivativos, os instrumentos financeiros correspondentes e certos instrumentos financeiros na tabela de análise de sensibilidade abaixo, para cada um dos cenários mencionados:

##### (i) *Hedge de valor justo (nas datas de vencimento)*

Operações	Risco	Projeção de Mercado		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Dívida a taxa pré-fixada	Aumento da taxa	(973.204)	(1.044.463)	(1.111.046)
Swap (posição ativa a taxa pré-fixada)	Aumento da taxa	967.054	1.036.398	1.100.903
	Efeito líquido	(6.150)	(8.065)	(10.143)
Swap (posição passiva em CDI)	Queda do CDI	(971.432)	(1.053.417)	(1.118.091)
<b>Efeito líquido total</b>		<b>847.233</b>	<b>(84.127)</b>	<b>(150.879)</b>

##### (ii) *Derivativos contabilizados pelo valor justo por meio do resultado*

Transações	Risco	Projeções de Mercado		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Dívida - USD	Aumento do USD	(1.040.563)	(1.300.606)	(1.560.727)
Swap (posição ativa em USD)	Aumento do USD	1.047.519	1.309.399	1.571.279
	Efeito líquido	6.956	8.793	10.552
Dívida – YEN	Aumento do YEN	(133.283)	(166.604)	(199.925)
Swap (posição ativa em YEN)	Aumento do YEN	133.283	166.604	199.925
	Efeito líquido	-	-	-
Swap (posição passiva em CDI)	Queda do CDI	(1.055.740)	(1.137.296)	(1.210.054)
<b>Efeito líquido total</b>		<b>1.091.423</b>	<b>(79.718)</b>	<b>(150.718)</b>

Transações	Risco	Projeções de Mercado		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Swap (posição vendida em USD)	Queda do USD	990.676	396.673	1.076.956
Swap (posição comprada em CDI)	Aumento do CDI	(990.724)	(397.207)	(1.081.344)
	Efeito líquido	(48)	(534)	(4.388)
<b>Efeito líquido total</b>		<b>(48)</b>	<b>(534)</b>	<b>(4.388)</b>

## Notas Explicativas

### Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

#### 19. Instrumentos financeiros--Continuação

##### b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos--Continuação

##### (iii) *Outros instrumentos financeiros*

Transações	Risco	30.06.2011	Projeções de mercado		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
Empréstimos e financiamentos					
<b>Debêntures:</b>					
6ª emissão	100,05% do CDI	<b>539.873</b>	624.989	742.619	863.096
8ª emissão	109,50% do CDI	<b>589.425</b>	743.460	962.497	1.218.822
9ª emissão	107,75% do CDI	<b>645.491</b>	814.177	1.054.049	1.334.756
Total Debêntures		<b>1.774.789</b>	2.182.626	2.759.165	3.416.674
PAFIDC (quotas seniores)	109,5% do CDI	<b>1.162.503</b>	1.406.041	1.745.480	2.119.488
Exposição total a empréstimos e financiamentos		<b>2.937.995</b>	3.588.667	4.504.645	5.536.162
Caixa e equivalentes de caixa (*)	100,60% do CDI	<b>3.962.890</b>	4.592.242	5.461.984	6.354.410
<b>Exposição líquida total (e deterioração comparada com o Cenário I)</b>		<b>1.025.598</b>	(22.023)	(46.236)	(185.327)
<i>(*) média ponderada</i>					

##### Premissas sobre sensibilidade

A exposição líquida da Companhia corresponde à dívida em CDI e o efeito líquido total representa a deterioração dos cenários II e III em relação ao cenário I, o qual é considerado o mais provável pela Companhia.

A Companhia projetou juros e taxas do dólar norte-americano futuros, obtidas junto à BM&FBovespa na data de vencimento de cada contrato, considerando um aumento de 25% no cenário II e um aumento de 50% para o cenário III.

Para calcular a exposição líquida, todos os derivativos foram considerados pelo seu valor justo nas respectivas datas de vencimento, bem como as dívidas relativas a elas (itens cobertos por *hedge*) e outros instrumentos financeiros da Companhia.

A Companhia detém, na sua subsidiária Globex (Sabara), em 30 de junho de 2011, em valor de R\$ 2 (US\$1) relativo aos saldos de caixa em bancos.

**Notas Explicativas****Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

**19. Instrumentos financeiros--Continuação**c) Mensurações de valor justo

Ativos e passivos consolidados mensurados ao valor justo são resumidos abaixo:

	<u>30.06.2011</u>	<u>Mensuração do valor justo na data do balanço utilizando outras premissas significativas observáveis (Nível 2)</u>	<u>Mensuração do valor justo na data do balanço utilizando outras premissas significativas observáveis (Nível 3)</u>
Caixa e equivalentes de caixa	1.654.021	1.654.021	
Swaps de taxa de juros entre moedas	(224.404)	(224.404)	-
Swaps de taxas de juros	(16.237)	(16.237)	-
Opção de Compra - Bartira	416.004	-	416.004
	<u>1.829.384</u>	<u>1.413.380</u>	<u>416.004</u>

## Notas Explicativas

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

## 19. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Posição consolidada das operações com instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de junho de 2011, a posição consolidada das operações de instrumentos financeiros derivativos em aberto está apresentada no quadro abaixo:

Em aberto	Descrição	Contrapartes	Valor de referência	Data da Contratação	Vencimento	Valor a pagar ou a receber		Valor justo	
						30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
Swap cambiais registrados na CETIP (JPY x CDI)		ABN AMRO	YEN 6.281.550	30/10/2007	31/10/2011	6.861	19.005	6.034	17.037
Swap cambiais registrados na CETIP (USD x CDI)		Santander	US\$ 40.000	21/11/2007	29/04/2011	-	(19.263)	-	(17.841)
			US\$ 40.000	21/11/2007	31/05/2011	-	(19.259)	-	(17.611)
			US\$ 40.000	21/11/2007	30/06/2011	-	(19.238)	(27.907)	(17.362)
			US\$ 57.471	16/04/2010	10/04/2013	(20.078)	(9.121)	(21.432)	(3.746)
		ABN AMRO	US\$ 40.000	14/03/2008	02/03/2012	(23.787)	(15.284)	(23.754)	(13.146)
			US\$ 15.000	14/03/2008	20/12/2011	(8.939)	(5.749)	(8.932)	(5.008)
			US\$ 10.000	14/03/2008	20/12/2011	(5.732)	(3.631)	(5.698)	(3.071)
		Brasil	US\$ 84.000	31/03/2010	12/03/2012	(35.916)	(19.317)	(37.450)	(11.113)
		Brasil	US\$ 78.500	09/02/2011	03/02/2012	(12.743)	-	(14.118)	-
		Bradesco	US\$ 38.892	07/01/2011	04/01/2012	(7.058)	-	(11.542)	-
		Itaú	US\$ 175.000	01/07/2010	07/09/2013	(70.477)	(37.229)	(75.067)	(35.055)
			US\$ 160.300	05/05/2011	16/04/2014	(6.016)	-	(3.889)	-
		HSBC	US\$ 150.000	29/04/2011	22/04/2013	(2.233)	-	(650)	-
Swap taxa de juros registrados na CETIP (Taxa pré-fixada x CDI)		Banco do Brasil (*)	R\$ 117.000	23/12/2010	24/12/2013	168	29	(2.340)	(1.253)
			R\$ 33.000	23/12/2010	24/12/2012	103	11	(180)	(95)
			R\$ 160.000	23/12/2010	14/01/2013	491	52	(954)	(513)
			R\$ 35.000	23/12/2010	28/02/2013	101	11	(268)	(154)
			R\$ 45.000	28/12/2009	11/03/2011	-	461	-	437
			R\$ 80.000	28/06/2010	12/06/2013	446	404	(1.314)	(847)
			R\$ 130.000	28/06/2010	06/06/2014	554	575	(3.917)	(2.190)
			R\$ 130.000	28/06/2010	02/06/2015	423	511	(5.602)	(2.911)
			R\$ 200.000	31/03/2010	07/03/2013	2.446	2.627	(247)	362
		Unibanco	R\$ 779.650	25/06/2007	01/03/2013	(96)	(6)	(590)	(598)
		Santander	R\$ 50.000	28/06/2010	12/06/2013	256	297	(824)	(531)
						(181.226)	(124.114)	(240.641)	(115.209)

(\*) Prorrogação de contratos

**Notas Explicativas****Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

**20. Impostos e contribuições sociais a recolher e impostos parcelados**

## a) Impostos e contribuições a recolher

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30.06.2011</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>30.06.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
PIS e COFINS a pagar	<b>144.962</b>	120.749	<b>248.105</b>	216.194
Provisão para imposto de renda e contribuição social	<b>11.642</b>	11.718	<b>27.285</b>	58.006
Outros	<b>11.181</b>	11.419	<b>24.535</b>	24.653
	<b>167.785</b>	143.886	<b>299.925</b>	298.853

## b) Parcelamentos

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30.06.2011</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>30.06.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Impostos parcelados Lei nº. 11.941/09	<b>1.404.392</b>	1.178.202	<b>1.509.454</b>	1.282.102
INSS	-	90.043	-	90.043
CPMF	-	29.505	-	35.428
Outros	<b>22.275</b>	22.976	<b>23.497</b>	33.206
	<b>1.426.667</b>	1.320.726	<b>1.532.951</b>	1.440.779
Total de Impostos	<b>1.594.452</b>	1.464.612	<b>1.832.876</b>	1.739.632
Circulante	<b>208.478</b>	195.366	<b>345.017</b>	361.874
Não circulante	<b>1.385.974</b>	1.269.246	<b>1.487.859</b>	1.377.758

- (i) CPMF – Em 2003 a Companhia desistiu de certas ações para apresentar pedido de parcelamento nos termos do Programa de Parcelamento Especial (“PAES”), instituído pela Lei nº 10.684/2003, cujas parcelas são corrigidas pela TJLP e cujo saldo consolidado podia ser pago em 120 meses.
- (ii) Outros – A Companhia apresentou pedido de parcelamento segundo o Programa de Parcelamento Incentivado (PPI). Esses impostos são corrigidos pela SELIC e podem ser pagos dentro de 120 meses.
- (iii) Parcelamentos de Tributos Federais (Lei nº 11.941/09) – A Lei nº 11.941, publicada em 27 de maio de 2009, instituiu por meio de seus arts. 1º a 13º parcelamento diferenciado para o pagamento de dívidas fiscais federais e previdenciárias vencidas até Novembro de 2008, que concedeu uma série de benefícios aos seus optantes como redução de multas, juros e encargo legal, possibilidade da utilização de créditos calculados com base nos prejuízos fiscais acumulados para liquidação de multa de mora/ofício e de juros, o prazo de até 180 meses para pagamento do saldo consolidado, a utilização de depósitos judiciais para redução do saldo a ser consolidado, além da não incidência de IRPJ/CSLL/PIS/COFINS sobre os ganhos oriundo das reduções da dívida proporcionadas pela adesão a este parcelamento.

## Notas Explicativas

### Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

#### **20. Impostos e contribuições sociais a recolher e impostos parcelados -- continuação**

##### b) Parcelamentos -- continuação

Considerando este cenário em setembro de 2009 a Companhia optou por reduzir a sua exposição fiscal, fazendo a adesão às modalidades oferecidas por este parcelamento para incluir alguns de seus passivos tributários no mencionado parcelamento. Para tanto, avaliou à época juntamente com seus assessores legais todos os processos administrativos e judiciais em curso perante a RFB/PGFN e a Justiça Federal, avaliados como riscos de perdas possíveis e/ou prováveis, e optou pela inclusão de determinados casos no mencionado programa de parcelamento, cuja fase consolidação se deu entre 07 e 30 de junho de 2011.

**Notas Explicativas****Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

**21. Impostos de renda e contribuição social**a) Reconciliação de despesas com o imposto de renda e a contribuição social

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30.06.2011</b>	<b>30.06.2010</b>	<b>30.06.2011</b>	<b>30.06.2010</b>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	<b>246.098</b>	288.867	<b>192.173</b>	323.056
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal de 25% para a controladora e 34% para suas subsidiárias	<b>(61.524)</b>	(72.217)	<b>(57.652)</b>	(96.917)
Multas fiscais	<b>(516)</b>	(229)	<b>(179)</b>	(524)
Reserva Ágio do sendas	-	-	<b>27.000</b>	-
Incentivos fiscais de imposto de renda	-	180	-	296
Recuperação de créditos	<b>30.098</b>	-	<b>31.026</b>	-
Equivalência patrimonial e provisão para passivo descoberto de controlada	<b>12.498</b>	21.237	<b>3.969</b>	12.153
Aproveitamento de créditos extemporâneos Globex				
Outras diferenças permanentes (não dedutíveis)	<b>(3.212)</b>	(7.459)	<b>644</b>	(11.972)
Imposto de renda e contribuição social efetivo	<b>(22.656)</b>	(58.488)	<b>4.808</b>	(96.964)
Imposto de renda e contribuição social do período:				
Corrente	-	10.400	<b>(35.938)</b>	(5.036)
Sobre ágio amortizado	<b>(51.549)</b>	(51.549)	<b>(51.549)</b>	(54.343)
Diferido	<b>28.893</b>	(17.339)	<b>92.295</b>	(37.585)
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido	<b>(22.656)</b>	(58.488)	<b>4.808</b>	(96.964)
Taxa efetiva	<b>9,2%</b>	20,2%	<b>-2,5%</b>	30,0%

**Notas Explicativas****Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

**21. Impostos de renda e contribuição social -- continuação**

(\*) O GPA não paga contribuição social (9%) baseada em uma ação vencedora no passado, o que reduz o imposto sobre renda para 25% nesta Companhia.

**b) Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30.06.2011</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>30.06.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Prejuízos fiscais (i)	<b>85.098</b>	54.375	<b>787.635</b>	720.530
Provisão para demandas judiciais	<b>82.278</b>	117.334	<b>209.032</b>	232.548
Provisão de operações com instrumento financeiros derivativos tributado pelo regime de caixa	<b>(7.649)</b>	(9.639)	<b>37.688</b>	27.418
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<b>1.638</b>	2.225	<b>72.676</b>	66.507
Amortização fiscal de ágio sobre investimento	<b>58.464</b>	52.124	<b>26.572</b>	57.410
Provisão de imposto de renda e contribuição social diferido sobre ágio não amortizado	-	-	-	-
Imposto de renda diferido sobre os ajustes na adoção dos CPC's	<b>(3.069)</b>	6.051	<b>(1.222.164)</b>	(1.200.042)
Mais valia de ativos adquiridos por combinação de negócio	-	-	-	2.538
Imposto de renda sobre ágio Vieri	<b>53.355</b>	104.903	<b>53.355</b>	104.903
Provisão para redução de ágio	-	-	<b>117.516</b>	117.516
Outras	<b>17.319</b>	12.818	<b>75.024</b>	44.044
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<b>287.434</b>	340.191	<b>157.334</b>	173.372
Provisão para realização de imposto renda e contribuição social diferidos	-	-	<b>(79.196)</b>	(106.198)
Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	<b>287.434</b>	340.191	<b>78.138</b>	67.174
Ativo não circulante	<b>287.434</b>	340.191	<b>1.180.342</b>	1.136.462
Passivo não circulante	-	-	<b>(1.102.204)</b>	(1.069.288)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<b>287.434</b>	340.191	<b>78.138</b>	67.174

(i) As compensações de prejuízos fiscais estão relacionadas à aquisição da Sé e Globex e aqueles gerados pela subsidiária Sendas Distribuidora. A realização desses ativos líquidos da reserva de avaliação é considerado como provável de acordo o plano de negócio estabelecido pela Companhia.

Com base nesses estudos, a Companhia estima recuperar esses créditos como segue:

<b>Ano</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
2012	35.151	134.312
2013	91.875	194.158
2014	64.759	235.899
2015	69.488	262.225
2016	26.161	353.748
	<b>287.434</b>	<b>1.180.342</b>

Em atendimento ao CPC 32 (IAS 12) – Tributos sobre o Lucro, aprovado pela Deliberação CVM nº 599/09, a Administração da Companhia preparou estudo técnico de viabilidade acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração de lucros tributáveis pela Companhia, no contexto das principais variáveis de seus negócios.

**Notas Explicativas****Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

**22. Provisão para demandas judiciais**

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos foram reclassificados em 31 de dezembro de 2010 e 30 de junho de 2011 de forma a apresentar os valores líquidos por entidade contribuinte, nos termos do CPC 32 (IAS 12).

A provisão para demandas judiciais é estimada pela Companhia e corroborada por seu consultor jurídico. A provisão foi estabelecida em um montante considerado suficiente para cobrir os prejuízos considerados prováveis pelo consultor jurídico da Companhia e é declarada descontados os depósitos judiciais correspondentes, como mostrado abaixo:

## a) Controladora

	<b>PIS/COFINS</b>	<b>Fiscais outros</b>	<b>Trabalhistas</b>	<b>Cíveis e outros</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31.12.2010</b>	37.943	246.951	-	41.963	326.857
Adições	-	10.637	15.902	624	27.163
Parcelamento 11.941/09	(39.762)	(17.523)	-	-	(57.285)
Pagamento	-	(78.398)	(7.929)	-	(86.327)
Reversão	-	(35.946)	(558)	(614)	(37.118)
Atualização monetária	1.819	5.616	4.151	5.126	16.712
Depósitos judiciais	-	(22)	(11.566)	(22)	(11.610)
<b>Saldo em 30.06.2011</b>	-	131.315	-	47.077	178.392

## b) Consolidado

	<b>PIS/COFINS</b>	<b>Fiscais outros</b>	<b>Trabalhistas</b>	<b>Cíveis e outros</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31.12.2010</b>	104.468	438.061	27.574	127.703	697.806
Adições	4.868	17.999	34.730	4.869	62.466
Parcelamento 11.941/09	(39.762)	(17.523)	-	-	(57.285)
Pagamento	-	(79.281)	(20.049)	(4.750)	(104.081)
Reversão	(2.723)	(85.370)	(2.202)	(10.009)	(100.304)
Transferência	-	6.889	1.790	(8.679)	-
Atualização monetária	4.434	31.534	4.257	3.579	43.804
Depósitos judiciais	(1.867)	(9.207)	(16.887)	128	(27.833)
<b>Saldo em 30.06.2011</b>	69.418	303.101	29.213	112.841	514.573

## Notas Explicativas

### Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

#### 22. Provisão para demandas judiciais -- continuação

##### c) Tributárias

As demandas tributárias são indexadas pelo Sistema Especial de Liquidação de Custódia ("SELIC"), 10,56% em 30 de junho de 2011 (9,37% em 31 de dezembro de 2010), e estão sujeitas, quando aplicável, a multas. Em todos os casos, tanto os encargos de juros quanto as multas, quando aplicáveis, foram computados e totalmente provisionados com respeito aos montantes não pagos.

Processos tributários fiscais estão sujeitos a atualização mensal, que se refere a um ajuste no montante de provisões para demandas judiciais de acordo com as taxas dos indexadores utilizados por cada jurisdição fiscal. A atualização monetária é exigida por lei para todos os montantes tributários, inclusive a provisão para demandas judiciais.

##### *COFINS e PIS*

Com a sistemática da não-cumulatividade para fins de apuração de PIS e COFINS, a Companhia e suas controladas passaram a questionar o direito de excluir o valor do ICMS das bases de cálculo dessas duas contribuições.

Além disso, uma controlada da Companhia efetuou compensações de débitos fiscais de PIS e Cofins com créditos de IPI – insumos submetidos à alíquota zero ou isentos - adquiridos de terceiros (transferidos com base em decisão transitada em julgado). O valor das demandas para PIS e COFINS em 30 de junho de 2011 é de R\$69.418 (R\$104.468 em 31 de dezembro de 2010).

##### *Outros*

A Companhia e suas controladas têm outras demandas tributárias que após análise de seus assessores jurídicos, foram consideradas como de perdas prováveis e provisionadas pela Companhia. São eles: (i) autuações sobre transações de compra, industrialização e venda de exportação de soja e derivados (PIS, COFINS e IRPJ); (ii) questionamento referente a não aplicação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) para o ano de 2010; (iii) questionamento a respeito do Fundo de Combate à Pobreza, instituído pelo Estado do Rio de Janeiro (transferido de outras demandas cíveis neste ano), (iv) questionamentos relacionados a compensações de prejuízo fiscal, bem como aquisições de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da secretaria da fazenda estadual, erro em aplicação de alíquota, obrigações acessórias pelos fiscos estaduais e (v) outros assuntos de menor expressão. O montante contabilizado em 30 de junho de 2011 para esses assuntos é de R\$67.833 (R\$55.519 em 31 de dezembro de 2010).

Adicionalmente, a Companhia discute judicialmente o direito de não efetuar o recolhimento das contribuições previstas na Lei Complementar nº 110/2001, instituídas para o custeio do FGTS.

O montante provisionado em 30 de junho de 2011 é de R\$29.920 (R\$31.088 em 31 de dezembro de 2010), tendo sido efetuado depósito judicial de R\$9.698 (R\$9.644 em 31 de dezembro de 2010).

## Notas Explicativas

### Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

#### 22. Provisão para demandas judiciais--Continuação

##### c) Tributárias -- Continuação

###### *Outros* -- Continuação

Foram constituídas provisões tributárias na subsidiária Globex de passivos contingentes, que na ocasião da combinação de negócios, de acordo com o requerido no CPC 15 (IFRS 3), são contabilizados. A Companhia reavaliou as causas da Globex na data base da aquisição por CBD (6 de julho de 2009) e reconheceu em 30 de junho de 2011 o montante de R\$137.097 (R\$159.244 em 31 de dezembro de 2010) de passivos contingentes tributários.

Os principais passivos contingentes tributários registrados se referem a R\$70 milhões de processo administrativo relativo à compensação de contribuição ao PIS sob a égide dos Decretos 2445/88 e 2449/88, gerados em função de créditos advindos de processos judiciais, e R\$51 milhões referentes a compensações de débitos fiscais com créditos de contribuição incidente sobre as exportações de café.

##### d) Trabalhistas

A Companhia é parte em vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. Em 30 de junho de 2011, a Companhia mantinha uma provisão de R\$107.600 (R\$88.078 em 31 de dezembro de 2010), referente a processos cujo risco de perda foi considerado provável; a Companhia possui, ainda, processos com risco de perda estimada como possíveis no montante de R\$97.757 (R\$92.730 em 31 de dezembro de 2010). A Administração, com o auxílio de seus assessores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para perdas quando razoavelmente estimadas, considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados. Os processos trabalhistas são indexados pela Taxa Referencial de Juros ("TR"), 0,55% acumulada no período findo em 30 de junho de 2011 (0,69% em 31 de dezembro de 2010) acrescidos de juros mensais de 1%. O saldo da provisão líquida de depósitos judiciais vinculados é de R\$10.599 (R\$6.809 em 31 de dezembro de 2010).

Foram constituídas provisões trabalhistas na subsidiária Globex de passivos contingentes reconhecidos na ocasião da combinação de negócios que montam R\$18.614 em 30 de junho de 2011 (R\$20.765 em 31 de dezembro de 2010)

## Notas Explicativas

### Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

#### 22. Provisão para demandas judiciais--Continuação

##### e) Cíveis e outros

A Companhia responde a ações de natureza cível (indenizações, cobranças, entre outras) que se encontram em diferentes fases processuais e em diversos fóruns judiciais. A Administração da Companhia constitui provisões em montantes considerados suficientes para cobrir decisões judiciais desfavoráveis quando seus assessores jurídicos internos e externos entendem que as perdas sejam prováveis.

Dentre estes processos, destacam-se:

- A Companhia ajuíza e responde diversas ações revisionais e renovatórias, onde há discussão sobre os valores de aluguéis atualmente pagos pela companhia. A Companhia constitui provisão da diferença entre o valor originalmente pago pelas lojas e os valores pleiteados pela parte contrária na ação judicial, quando há o entendimento dos assessores jurídicos internos e externos de que há a probabilidade de ser alterado o valor da locação pago pela companhia. Em 30 de junho de 2011, o montante da provisão para essas ações é de R\$30.941 (R\$33.349 em 31 de dezembro de 2010), para as quais não há depósitos judiciais.
- A subsidiária Globex é parte em ações envolvendo direitos das relações de consumo (ações cíveis e autuações dos PROCONs) e algumas ações envolvendo rescisões de contrato com fornecedores, sendo que o montante referido nos aludidos processos perfaz a importância de R\$38.178 em 30 de junho de 2011 (R\$35.084 em 31 de dezembro de 2010). Nestes valores, destacamos uma Ação Indenizatória ajuizada por ex-fornecedor de serviços (Transmelhado), decorrente de rescisão contratual, que concentra o montante de R\$10.464 em 30 de junho de 2011 (R\$8.990 em 31 de dezembro de 2010).
- Foram constituídas provisões cíveis na subsidiária Globex de passivos contingentes reconhecidos na ocasião da combinação de negócios e que montam R\$8.692 (R\$10.745 em 31 de dezembro de 2010).

O total das demandas cíveis e outros em 30 de junho de 2011 são de R\$112.841, já líquidos dos depósitos judiciais (R\$127.703 em 31 de dezembro de 2010).

##### f) Outros passivos contingentes não provisionados

A Companhia possui outras demandas que foram analisadas por assessores jurídicos e consideradas como possíveis, mas não prováveis, portanto, não provisionadas, totalizando um montante de R\$ 3.415.292 em 30 de junho de 2011 (R\$ 2.994.455 em 31 de dezembro de 2010), e são relacionadas principalmente a:

- INSS – A Companhia foi autuada pela não-incidência de encargos sociais sobre benefícios concedidos aos seus empregados, cuja perda possível corresponde a R\$ 242.240 em 30 de junho de 2011 (R\$ 237.690 em 31 de dezembro de 2010). Os processos estão em discussão administrativa e judicial.

## Notas Explicativas

### Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

#### 22. Provisão para demandas judiciais—Continuação

##### f) Outros passivos contingentes não provisionados -- continuação

- IRPJ, IRRF e CSLL- A Companhia possui uma série de autuações relativas a processos de compensações, regras sobre dedutibilidade de provisões e divergências de recolhimentos divergências de recolhimentos e pagamentos a maior; multa por descumprimento de obrigação acessória, dentre outros de menor expressão. Os processos estão aguardando decisão administrativa e judicial. O montante envolvido equivale a R\$ 307.988 em 30 de junho de 2011 (R\$ 255.393 em 31 de dezembro de 2010).
- COFINS, PIS e CPMF – A Companhia vem sendo questionada sobre pedidos de compensação, cobrança dos tributos incidentes nas operações de exportação de soja, divergências de recolhimentos e pagamentos a maior; multa por descumprimento de obrigação acessória, dentre outros de menor expressão. Referidos processos aguardam julgamento na esfera administrativa e judicial. O montante envolvido nessas autuações é de R\$ 772.513 de 30 de junho de 2011 (R\$ 722.322 em 31 de dezembro de 2010).
- ICMS – A Companhia foi autuada pelo fisco estadual quanto à apropriação de créditos de: (i) energia elétrica, (ii) aquisições de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da secretaria da fazenda estadual, (iii) devoluções de mercadorias em suas lojas e (iv) ressarcimento de substituição tributária sem o devido cumprimento das obrigações acessórias trazidas pela Portaria CAT 17 do Estado de São Paulo, (v) decorrentes da comercialização de garantia estendida, (vi) mercadorias adquiridas de fornecedores que gozam de benefícios fiscais nos estados onde estão situados, (vii) aquisição de produtos de informática e automação com benefício fiscal, (viii) diferença de classificação fiscal, dentre outros de menor expressão. A soma dessas autuações monta a R\$ 1.756.064 em 30 de junho de 2011 (R\$1.488.728 em 31 de dezembro de 2010), as quais aguardam julgamento definitivo tanto na esfera administrativa como na judicial. A diferença de valor se justifica em razão de novos processos novos.
- ISS, Imposto Predial Territorial Urbano (“IPTU”), Imposto sobre transferência de bens imóveis (“ITBI”) e outras – Referem-se a autuações sobre retenção de terceiros, divergências de recolhimentos de IPTU, multas por descumprimento de obrigações acessórias e taxas diversas, cujo valor monta R\$ 183.042 em 30 de junho de 2011 (R\$ 140.046 em 31 de dezembro de 2010) e que aguardam decisões administrativas e judiciais.
- *Outras demandas judiciais* – Referem-se a processos administrativos e a ações no âmbito da justiça cível, juizado especial cível, Instituto de Defesa do Consumidor (“PROCON”) (em diversos Estados), Instituto de Pesos e Medidas (“IPEM”), Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (“INMETRO”) e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (“ANVISA”), totalizando R\$138.112 (R\$128.761 em 31 de dezembro de 2010).

## Notas Explicativas

### Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

#### 22. Provisão para demandas judiciais—Continuação

- Na subsidiária Globex, os passivos contingentes de outras demandas judiciais com probabilidade de perdas consideradas possíveis e, que por isso não são provisionadas, totalizaram o montante de R\$15.333 em 30 de junho de 2011 (R\$21.515 em 31 de dezembro de 2010). A diferença de valor se justifica em razão de reclassificação dos valores das causas tributárias da subsidiária Globex.

Eventuais mudanças adversas na expectativa de risco destes processos podem demandar constituição adicional de provisão para demandas judiciais. Os processos acima relacionados não foram incluídas no REFIS.

#### g) Depósitos recursais e judiciais

A Companhia está contestando o pagamento de certos impostos, contribuições e obrigações trabalhistas e efetuou depósitos para recursos (vinculados), de montantes equivalentes pendentes das decisões legais finais, bem como depósitos em caução relacionados com as provisões para processos judiciais.

A Companhia possui registrada em seu ativo, valores referentes a depósito judicial não vinculado a demandas judiciais no passivo.

#### h) Garantias

<u>Ações</u>	<u>Imóveis</u>	<u>Equipamentos</u>	<u>Carta de fiança</u>	<u>Total</u>
Tributárias	836.024	1.683	1.504.658	2.342.365
Trabalhistas	6.156	3.140	72.796	82.092
Cíveis e outras	11.201	2.195	37.726	51.122
<b>Total</b>	<b>853.381</b>	<b>7.018</b>	<b>1.615.180</b>	<b>2.475.579</b>

#### i) Fiscalizações

De acordo com a legislação fiscal atual, impostos municipais, federais, estaduais e contribuições previdenciárias estão sujeitas a fiscalizações em períodos que variam entre 5 e 30 anos.

**Notas Explicativas****Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

**23. Operações de arrendamento mercantil**a) Compromissos e obrigações

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30.06.2011</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>30.06.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Passivo bruto de arrendamento mercantil operacional				
Pagamentos mínimos de alugueis				
Menos de 1 ano	<b>295.379</b>	372.817	<b>817.422</b>	762.313
De 1 ano a 5 anos	<b>797.669</b>	1.061.168	<b>2.144.137</b>	2.172.858
Mais de 5 anos	<b>1.415.730</b>	1.570.758	<b>3.992.652</b>	4.003.939
	<b>2.508.778</b>	3.004.743	<b>6.954.211</b>	6.939.110

A Companhia acredita que o pagamento de aluguel mínimo de arrendamento mercantil operacional não canceláveis, refere-se ao período contratual do curso normal da operação. Esta obrigação é apresentada no quadro acima, como requerido no CPC 06 (IAS 17).

Todos os contratos possuem cláusulas de multa em caso de quebra contratual, que varia de um a seis meses de aluguel. Se a Companhia encerrasse esses contratos em 30 de junho de 2011, o montante de multa seria de R\$ 615.188 (R\$656.060 em 31 de dezembro de 2010).

(i) *Pagamentos contingentes*

A Administração considera o pagamento de aluguel adicionais como pagamentos contingentes, que variam entre 0,5% e 2,5% das vendas.

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30.06.2011</b>	<b>30.06.2010</b>	<b>30.06.2011</b>	<b>30.06.2010</b>
Pagamentos contingentes considerados como despesas durante o período	<b>208.088</b>	226.063	<b>287.024</b>	301.573

(ii) *Cláusulas com opção de renovação ou reajuste*

Os prazos dos contratos para o período findo em 30 de junho de 2011 variam entre 5 e 25 anos, e os contratos podem ser renovados de acordo com a lei de inquilinato. Os contratos possuem cláusulas de reajuste periódico, de acordo com os índices de inflação.



## Notas Explicativas

### Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

#### 23. Operações de arrendamento mercantil--Continuação

##### b) Arrendamento mercantil financeiro--Continuação

Em 3 de outubro de 2005, a Companhia vendeu 60 imóveis (28 hipermercados Extra e 32 supermercados Pão de Açúcar), cujo valor contábil líquido era de R\$1.017.575, para o Fundo Península (controlado pela Família Diniz), pelos quais a Companhia recebeu R\$1.029.000. Os imóveis vendidos foram alugados para a Companhia por um prazo de 25 anos, com possibilidade de renovação por mais dois períodos consecutivos de 10 anos cada. Como resultado dessa venda, a Companhia pagou R\$25.517, na data inicial do contrato de locação da loja, como uma quantia inicial para celebrar um contrato de longo prazo. A quantia inicial foi registrada em encargos diferidos e está sendo amortizada através do contrato de locação das lojas correspondentes.

De acordo com o contrato dessa operação, a Companhia e o Grupo Casino receberam uma "golden share", o que concedeu a ambos direito de veto para assegurar que os imóveis serão utilizados da maneira pretendida pelas partes durante o prazo do contrato de locação.

A Companhia está autorizada a rescindir o contrato de locação, pagando uma multa de 10% dos alugues restantes, limitados a 12 meses.

#### 24. Patrimônio líquido

##### a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 30 de junho de 2011, é representado por 259.960 (257.774 em 31 de dezembro de 2010) de milhares de ações nominativas sem valor nominal, sendo 99.680 em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010 em milhares de ações ordinárias e 160.280 em milhares de ações preferenciais (158.094 em 31 de dezembro de 2010).

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 400.000 (em milhares de ações), independente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 31 de março de 2011 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$105.675 mediante a capitalização de reserva especial de ágio. Deste total, R\$21.135 foram capitalizados sem a emissão de novas ações, em benefício de todos os acionistas, e R\$84.540 foram capitalizados em proveito da acionista controladora da Companhia, a Wilkes Participações S.A., nos termos do artigo 7º da instrução nº 319/99 da CVM, mediante a emissão de 1.354 milhares de novas ações preferenciais.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 05 de maio de 2011 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$11.797 mediante a emissão de 831.884 ações preferenciais.

## Notas Explicativas

### Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

#### 24. Patrimônio líquido--Continuação

##### b) Direitos das ações

As ações preferenciais não possuem direito a voto, assegurando aos seus titulares os seguintes direitos e vantagens: (i) prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia; (ii) prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual no valor de R\$0,08 por ação, não cumulativo; (iii) direito ao recebimento de dividendo 10% maior do que o dividendo atribuído às ações ordinárias, incluindo para fins de cálculo do respectivo valor o dividendo preferencial pago nos termos do item (ii) acima.

##### c) Reserva de capital – Reserva especial de ágio

Esta reserva foi gerada pela reestruturação societária e representa o benefício tributário futuro através da amortização de ágio incorporado. A parcela da reserva especial de ágio correspondente ao benefício já recebido deve ser capitalizada ao final de cada exercício em benefício dos acionistas controladores, com a emissão de novas ações.

A reestruturação citada acima ocorreu em 2006 e consistiu na incorporação da antiga holding da Companhia, resultando em uma economia de imposto de renda diferido ativo no montante de R\$103.398. O efeito desta transação foi um imposto de renda diferido ativo no montante de R\$53.355 em 30 de junho de 2011 (R\$104.903 em 31 de dezembro de 2010), e uma Reserva especial de ágio de R\$238.930 em 30 de junho de 2011 (R\$344.606 em 31 de dezembro de 2010), que serão convertidas em ações e entregues aos acionistas de acordo com o benefício tributário do imposto diferido incorporado.

O aumento de capital está sujeito ao direito de preferência dos acionistas não-controladores, na proporção de suas participações, por tipo e classe de ações, na época da emissão, e os montantes pagos pelos não-controladores será entregue diretamente ao acionista controlador.

##### d) Opções outorgadas reconhecidas

Na conta “opções outorgadas” são reconhecidas os efeitos dos pagamentos baseados em ações dos executivos da Companhia nos termos do CPC 10 (IFRS 2).

##### e) Reservas de lucros

(i) *Reserva legal*: é constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício social, observado o limite de 20% do capital.

(ii) *Reserva para expansão*: constituída mediante a apropriação de montante fixado pelos acionistas com o fim de prover recursos para o financiamento de aplicações adicionais de capital fixo e circulante, mediante a destinação de até 100% do lucro

## Notas Explicativas

### Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

#### 24. Patrimônio líquido—Continuação

##### e) Reservas de lucros--Continuação

líquido remanescente, após as apropriações determinadas por lei, suportado por orçamento de capital, aprovado em assembléia.

Nos termos da Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 31 de março de 2011 foi aprovada a proposta da administração referente ao aumento do capital social, no montante de R\$421.500, sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização da Reserva de Expansão e da Reserva de Retenção de Lucros com base em Orçamento de Capital, ambas constituídas na Assembléia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2010.

##### f) Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais

###### (i) *Plano original de outorga de opções de compra de ações*

A Companhia outorgou em favor dos seus administradores planos de opções de compra de ações preferenciais. As ações emitidas em decorrência do exercício dos planos de opções de compra conferirão aos seus titulares os mesmos direitos das ações PN existentes. A administração dos Planos de Opções é realizada por comitê interno designado pelo Conselho de Administração.

O preço da outorga de cada ação é de, no mínimo, 60% da média ponderada das operações com as ações preferenciais na semana da outorga da opção.

O número de ações pode variar para cada beneficiário ou série. A aquisição do direito ao exercício da opção dar-se-á da seguinte forma e nos seguintes prazos: (i) 50% no último mês do terceiro ano subsequente à data da outorga (1ª tranche); e (ii) até 50% no último mês do quinto ano subsequente à data da outorga (2ª tranche), ficando a parte remanescente do segundo lote condicionado a vínculo de inalienabilidade até a aposentadoria do beneficiário, conforme fórmula definida no regulamento.

As ações com vínculo de inalienabilidade (Q), no momento do exercício das opções, são calculadas mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{sendo: } Q = \frac{(Q1 * Pm) - (Q1 * Pe)}{Pm}$$

Q = Quantidade de ações a serem gravadas com vínculo de inalienabilidade.

Q1 = 50% do total de ações da Companhia na data da concessão.

Pm = Preço de mercado da ação da Companhia na data do período.

Pe = Preço de exercício original da ação a qual foi definido na data da concessão, obedecendo aos termos do Plano.

O preço da opção é corrigido pelo IGP-M desde a data da concessão até a data do efetivo exercício, deduzidos dos dividendos atribuídos no período.

## Notas Explicativas

### Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

#### 24. Patrimônio Líquido--Continuação

f) Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais--Continuação

(ii) *Novo Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais*

*Novo Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais*

Nos termos das deliberações da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 20 de dezembro de 2006, aprovou-se a alteração do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, originalmente aprovado em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 28 de abril de 1997.

A partir do exercício de 2007 as outorgas do plano de opção de compra de ações em favor dos administradores e empregados serão realizadas da seguinte forma:

As opções são classificadas em: *Silver* e *Gold*, sendo que, a quantidade de opções *Gold* poderá ser reduzida e/ou aumentada (reductor ou acelerador), a critério do Comitê de administração do plano, no decorrer dos 35 meses seguintes à data da outorga.

O preço da ação decorrente da opção tipo *Silver* será o correspondente à média do preço de fechamento das negociações das ações preferenciais da Companhia realizadas nos últimos 20 pregões da BOVESPA, anteriores à data em que o Comitê deliberar a outorga da opção, com deságio de 20%. O preço da ação decorrente da opção tipo *Gold* será o correspondente a R\$0,01 e a outorga de tais opções são adicionais às opções *Silver*, não sendo possível a outorga ou o exercício de opções *Gold* isoladamente. Em ambos os casos os preços não serão atualizados.

As opções do tipo *Silver* e *Gold* passam a valer a partir da data do respectivo contrato. A quantidade de ações decorrente da opção *Silver* é fixa (estipulada no contrato). A quantidade de ações decorrente da opção *Gold* é variável, sendo estipulada na data da outorga uma quantidade de ações que poderá ser aumentada ou reduzida, de acordo com o Retorno sobre o capital investido "*Return Over Invested Capital*" (ROIC) apurado ao final do 36º mês a contar da data da outorga.

As séries do plano anterior continuam em vigor até as respectivas datas de vencimentos.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de maio de 2010 foi aprovado o aumento do limite global de ações destinadas ao Plano Geral para a Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia, de 10.118 milhares de ações preferenciais classe A para 11.618 milhares de ações, um aumento de 1.500 milhares de novas ações preferenciais.

## Notas Explicativas

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

## 24. Patrimônio Líquido--Continuação

f) Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais--Continuação(ii) *Novo Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais--Continuação*

As informações relativas ao plano de opções de compra de ações em vigor estão resumidas a seguir:

Séries outorgadas	Data da outorga	1ª data de exercício	2ª data de exercício e expiração	Preço		Lote de ações				Total em vigor
				Na data da outorga	Fim do período	Quantidade de ações outorgadas	Exercidas	Não exercidas por demissão	Expiradas	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>										
Série IX	15/05/2005	15/05/2008	15/05/2010	26,00	29,86	989	(435)	(546)	(8)	-
Série X	07/06/2006	07/06/2009	07/06/2011	33,00	42,43	901	(229)	(402)	-	271
Série A1 - Gold	13/04/2007	30/04/2010	29/04/2011	0,01	0,01	326	(279)	(6)	-	41
Série A1 - Silver	13/04/2007	30/04/2010	29/04/2011	24,63	24,63	1.122	(901)	(106)	-	115
Série A2 - Gold	03/03/2008	30/04/2008	30/03/2011	0,01	0,01	848	(567)	(6)	-	275
Série A2 - Silver	03/03/2008	30/04/2008	30/03/2012	26,93	26,93	950	(647)	(6)	-	297
Série A3 - Gold	13/05/2009	31/05/2012	31/05/2013	0,01	0,01	668	(178)	-	-	490
Série A3 - Silver	13/05/2009	31/05/2012	31/05/2013	27,47	27,47	693	(198)	-	-	495
Série A4 - Gold	24/05/2010	31/05/2013	31/05/2014	0,01	0,01	524	(91)	-	-	433
Série A4 - Silver	24/05/2010	31/05/2013	31/05/2014	46,49	46,49	131	(76)	-	-	55
						<b>7.152</b>	<b>(3.601)</b>	<b>(1.072)</b>	<b>(8)</b>	<b>2.472</b>

Séries outorgadas	Data da outorga	1ª data de exercício	2ª data de exercício e expiração	Preço		Lote de ações				Total em vigor
				Na data da outorga	Fim do período	Quantidade de ações outorgadas	Exercidas	Não exercidas por demissão	Expiradas	
<b>Saldo em 30 de junho de 2011</b>										
Série X	07/07/2006	07/07/2009	07/07/2011	33,00	42,43	901	(229)	(412)	-	260
Série A1 - Gold	13/04/2007	30/04/2010	29/04/2011	0,01	0,01	326	(320)	(6)	-	-
Série A1 - Silver	13/04/2007	30/04/2010	29/04/2011	24,63	24,63	1.122	(1.002)	(106)	(14)	-
Série A2 - Gold	03/03/2008	30/04/2008	30/03/2011	0,01	0,01	848	(830)	(6)	-	12
Série A2 - Silver	03/03/2008	30/04/2008	30/03/2012	26,93	26,93	950	(933)	(7)	-	10
Série A3 - Gold	13/05/2009	31/05/2012	31/05/2013	0,01	0,01	668	(205)	-	-	463
Série A3 - Silver	13/05/2009	31/05/2012	31/05/2013	27,47	27,47	693	(230)	-	-	463
Série A4 - Gold	24/05/2010	31/05/2013	31/05/2014	0,01	0,01	453	(157)	-	-	296
Série A4 - Silver	24/05/2010	31/05/2013	31/05/2014	46,49	46,49	167	(91)	-	-	76
Série A5 - Gold	31/05/2011	31/05/2014	31/05/2015	0,01	0,01	299	-	-	-	299
Série A5 - Silver	31/05/2011	31/05/2014	31/05/2015	46,49	46,49	299	-	-	-	299
						<b>6.726</b>	<b>(3.997)</b>	<b>(537)</b>	<b>(14)</b>	<b>2.178</b>

## Notas Explicativas

### Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

#### 24. Patrimônio Líquido--Continuação

##### f) Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais--Continuação

##### (ii) *Novo Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais--Continuação*

Obs: Conforme atribuições previstas no regulamento do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, o Comitê de administração do plano deliberou a antecipação da data do exercício da primeira tranche das opções da série VII para 13 de dezembro de 2005. Em 15 de março de 2007 foi encerrada a série VI, em 10 de junho de 2008 foi encerrada a série VII, em 05 de agosto de 2009 foi encerrada a série VIII, em 09 de junho de 2010 foi encerrada a Série IX e em 29 de abril de 2011 foi encerrada a série A1 *Silver* e *Gold*.

Conforme atribuições previstas no regulamento do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, o Comitê de administração do plano, em 29 de abril de 2010 aprovou o acelerador em 1,5%, referente à Série A1.

Em 30 de março de 2011, o comitê aprovou que não houve redução e ou aceleração referente à Série A2.

Em 30 de junho de 2011, o valor da ação preferencial da Companhia na BM&FBovespa era de R\$72,15 para cada ação.

Em 30 de junho de 2011, há 232.586 ações preferenciais em tesouraria que poderão servir de lastro às opções outorgadas do Plano.

##### (iii) *Informações consolidadas planos de opções de compra de ações – GPA*

O quadro abaixo demonstra o percentual máximo de diluição de participação a que eventualmente serão submetidos os atuais acionistas em caso de exercício até 2011 de todas as opções outorgadas:

	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Quantidade de ações	<b>259.960</b>	257.774
Saldo das séries outorgadas em vigor	<b>2.178</b>	2.471
Percentual máximo de diluição	<b>0,83%</b>	0,95%

O valor de mercado de cada opção concedida é estimado na data da concessão usando o modelo *Black & Scholes* de precificação de opções, considerando as seguintes premissas: (a) expectativa de dividendos de 0,72% (0,89% - 2009), (b) expectativa de volatilidade de aproximadamente 40,47% (49,37% - 2009) e (c) taxa de juros médios ponderada sem risco de 9,66% (10,75% - 2009). A expectativa de vida média das séries X é de 5 anos, enquanto para as séries A1, A2, A3, A4 e A5 é de 3 anos.

## Notas Explicativas

### Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

#### 24. Patrimônio Líquido--Continuação

##### f) Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais--Continuação

##### (iii) *Informações consolidadas planos de opções de compra de ações – GPA--* Continuação

	<u>Ações</u>	<u>Média ponderada do preço de exercício</u>
Em aberto no início do período	3.675	17,76
Outorgadas durante o período	657	10,32
Canceladas durante o período	(29)	31,11
Exercidas durante o período	(1.811)	18,77
Expiradas durante o período	(5)	26,00
<b>Exercício findo em 31.12.2010</b>	<b>2.471</b>	<b>14,53</b>
Em aberto no início do período	<b>2.472</b>	<b>14,53</b>
Outorgadas durante o período	<b>563</b>	<b>32,02</b>
Canceladas durante o período	<b>(11)</b>	<b>32,62</b>
Exercidas durante o período	<b>(832)</b>	<b>14,18</b>
Expiradas durante o período	<b>14</b>	<b>24,63</b>
<b>Período findo em 30.06.2011</b>	<b>2.278</b>	<b>19,03</b>

O Pronunciamento Técnico CPC 10 (IFRS 2) – Pagamento Baseado em Ações determina que os efeitos das transações de pagamentos baseados em ações estejam registrados no resultado e no balanço patrimonial da Companhia. Os valores registrados no resultado da Controladora e no Consolidado em 30 de junho de 2011 foram de R\$12.787 (R\$13.272 em 30 de junho de 2010).

##### g) Dividendos

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de maio de 2011 foi aprovado o pagamento de dividendos intermediários, relativos ao primeiro trimestre de 2011, no valor de R\$22.485.009,09 sendo R\$0,09 por ação preferencial e R\$0,0818181818181818 por ação ordinária, previamente aprovado na Reunião do Conselho de Administração da Companhia de 23 de fevereiro de 2011, conforme Política de Distribuição de Dividendos da Companhia. O pagamento dos dividendos foi realizado em 27 de maio de 2011. A partir do dia 20 de maio de 2011, as ações serão negociadas “ex-direito” a dividendos até a data do seu pagamento.

**Notas Explicativas****Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

**25. Despesas por natureza**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30.06.2011</b>	<b>30.06.2010</b>	<b>30.06.2011</b>	<b>30.06.2010</b>
<u>Despesas com vendas</u>				
Despesas com pessoal	<b>623.693</b>	559.364	<b>1.571.421</b>	1.077.264
Despesas Comerciais	<b>175.190</b>	165.253	<b>263.791</b>	245.056
Despesas com Imóveis	<b>221.393</b>	196.592	<b>356.772</b>	314.340
Serviços de Terceiros	<b>45.608</b>	51.810	<b>919.758</b>	246.412
Outras Despesas	<b>195.028</b>	195.563	<b>690.927</b>	225.403
	<b>1.260.912</b>	1.168.582	<b>3.802.669</b>	2.108.475
<u>Despesas gerais e administrativas</u>				
Despesas com pessoal	<b>140.373</b>	156.705	<b>450.993</b>	214.514
Serviços de Terceiros	<b>109.960</b>	93.477	<b>295.083</b>	125.437
Outras Despesas	<b>22.917</b>	12.233	<b>63.121</b>	45.194
	<b>273.250</b>	262.415	<b>809.197</b>	385.145

**26. Outras despesas operacionais, líquidas**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30.06.2011</b>	<b>30.06.2010</b>	<b>30.06.2011</b>	<b>30.06.2010</b>
Parcelamento de impostos (i)	<b>(36.716)</b>	(19.257)	<b>(37.557)</b>	(77.263)
Passivo indenizatório (ii)	<b>(35.648)</b>	(55.490)	<b>(35.672)</b>	29.649
Gastos com integração/Reestruturação	<b>(3.609)</b>	-	<b>(35.718)</b>	4.383
Contingências – PPA Globex	-	-	<b>15.000</b>	-
Resultado líquido baixa ativo	<b>(420)</b>	(1.582)	<b>1.246</b>	9.428
Reversão de provisão	-	-	<b>12.457</b>	-
Outras	-	-	<b>5.041</b>	(7.012)
	<b>(76.393)</b>	(76.329)	<b>(75.203)</b>	(40.815)

(i) Composto principalmente pela Revisão do Parcelamento de 2009 – Refis, conforme Lei 11.941/09.

(ii) Registro de passivo indenizatório referente ao “Primeiro Aditivo ao Acordo de Associação” entre Globex, CBD e Casas Bahia, que garante a Globex o direito de indenização, por CBD, de certas contingências reconhecidas que venham a ser devidas por Globex a partir de 30 de junho de 2010. Esta transação não gerou efeito no resultado consolidado, considerando efeito equivalente na linha de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos.

**Notas Explicativas****Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

**27. Resultado financeiro**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30.06.2011</b>	<b>30.06.2010</b>	<b>30.06.2011</b>	<b>30.06.2010</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Encargos financeiros- BNDES	<b>(19.589)</b>	(4.448)	<b>(20.517)</b>	(6.630)
Encargos financeiros -Debêntures	<b>(116.150)</b>	(69.431)	<b>(116.150)</b>	(69.431)
Juros sobre empréstimos	<b>(62.316)</b>	(26.015)	<b>(174.647)</b>	(49.569)
Operações de swap	<b>(31.710)</b>	(6.500)	<b>(59.583)</b>	(13.406)
Marcação a mercado dos instrumentos financeiros	<b>2.094</b>	(4.930)	<b>(6.710)</b>	(5.545)
Juros capitalizados	<b>11.528</b>	4.305	<b>13.421</b>	5.280
Securitização de recebíveis	<b>(59.289)</b>	(49.689)	<b>(314.135)</b>	(58.716)
Antecipação de recebíveis de cartão de crédito	<b>(9.696)</b>	-	<b>(16.668)</b>	(82.472)
Encargos financeiros sobre contingências e impostos	<b>(86.701)</b>	(66.218)	<b>(133.907)</b>	(97.937)
Juros sobre arrendamento mercantil financeiro	<b>(3.497)</b>	(3.697)	<b>(7.169)</b>	(6.952)
I.O.F e serviços bancários	<b>(15.453)</b>	(8.903)	<b>(47.672)</b>	(15.965)
Juros sobre mútuo	<b>(106)</b>	(91)	<b>(112)</b>	(3.747)
Ajuste a valor presente	-	(820)	<b>(14.218)</b>	(820)
Outras despesas financeiras	<b>(3.317)</b>	(5.423)	<b>(35.843)</b>	(14.121)
<b>Total das despesas financeiras</b>	<b>(394.202)</b>	(241.860)	<b>(933.910)</b>	(420.031)
<b>Receitas financeiras</b>				
Juros sobre caixa e equivalentes de caixa	<b>98.549</b>	48.649	<b>163.508</b>	59.605
Cotas subordinadas PAFIDC	<b>3.461</b>	7.355	<b>12.003</b>	8.216
Descontos financeiros obtidos	<b>21.281</b>	21.608	<b>44.963</b>	25.803
Encargos financeiros sobre impostos e depósitos judiciais	<b>10.498</b>	15.673	<b>39.443</b>	43.584
Juros sobre vendas a prazo	<b>2.272</b>	991	<b>3.254</b>	1.577
Juros sobre mútuo	<b>22.341</b>	15.709	-	9
Ajuste a valor presente	<b>1.769</b>	(1.607)	<b>1.138</b>	(1.733)
Outras receitas financeiras	<b>3.648</b>	153	<b>7.864</b>	5.196
<b>Total das receitas financeiras</b>	<b>163.819</b>	108.531	<b>272.173</b>	142.257
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(230.383)</b>	(133.329)	<b>(661.737)</b>	(277.774)

## Notas Explicativas

### Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

30 de junho de 2011

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

#### 28. Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado com base na média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o período, excluindo as ações emitidas em pagamento de dividendos e ações em tesouraria.

Os instrumentos de patrimônio que serão ou poderão ser liquidados em ações da Companhia são incluídos no cálculo apenas quando sua liquidação teria um impacto de diluição sobre o lucro por ação.

No Brasil, as ações preferenciais e ordinárias conferem diferentes direitos a voto e liquidação.

A Companhia calcula o lucro por ação por meio da divisão do lucro líquido, referente a cada classe de ações, pela média ponderada da respectiva classe de ações em circulação durante o período.

A Companhia concedeu aos funcionários plano de remuneração baseado em ações (Vide nota explicativa 24), cujos efeitos de diluição são refletidos no lucro por ação diluído por meio da aplicação do método de "ações em tesouraria".

Quando o preço de exercício da opção de compra de ações é maior que o preço médio de mercado das ações preferenciais, o lucro por ação diluído não é afetado pelas opções de compra de ações.

A partir de 2003, as ações preferenciais conferem direito a um dividendo 10% maior que o distribuído às ações ordinárias. Como esses lucros podem ser capitalizados ou de outra forma alocados, pode não haver garantia de que os acionistas preferenciais receberão o prêmio de 10% mencionado acima, exceto se os lucros forem totalmente distribuídos, e, dessa forma, o lucro por ação é calculado para as ações preferenciais.

De acordo com o método de ações em tesouraria, o lucro por ação é calculado como se as opções fossem exercidas no início do exercício, ou no momento da emissão, no mais tardar, e como se os recursos recebidos fossem utilizados para adquirir as ações da própria Companhia.

## Notas Explicativas

### Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

#### 28. Lucro por ação--Continuação

A tabela abaixo apresenta a determinação do lucro líquido disponível aos detentores de ações ordinárias e preferenciais e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação utilizadas para calcular o lucro básico e diluído por ação em cada período apresentado:

	30.06.2011			30.06.2010		
	Preferenciais	Ordinárias	Total	Preferenciais	Ordinárias	Total
<b>Numerador básico</b>						
Dividendo real proposto	-	-	-	-	-	-
Lucro básico alocado e não distribuído	125.067	71.794	196.861	119.185	69.309	188.494
Lucro líquido alocado disponível para acionistas ordinários e preferenciais	125.067	71.794	196.861	119.185	69.309	188.494
<b>Denominador básico (milhares de ações)</b>						
Média ponderada da quantidade de ações	159.032	99.680	258.712	155.828	99.680	255.508
Lucro básico por milhares de ações (R\$)	0,79	0,72		0,76	0,70	
<b>Lucro diluído por milhares de ações (R\$)</b>	<b>0,78</b>	<b>0,72</b>		<b>0,73</b>	<b>0,70</b>	
<b>Numerador diluído</b>						
Dividendo proposto (acumulado)	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido alocado e não distribuído	125.067	71.794	196.861	119.185	69.309	188.494
Lucro líquido alocado disponível para acionistas ordinários e preferenciais	125.067	71.794	196.861	119.185	69.309	188.494
<b>Denominador diluído</b>						
Média ponderada da quantidade de ações (milhares)	159.032	99.680	258.712	155.828	99.680	255.508
Opções de compra de ações	1.130	-	1.130	1.579	-	1.579
Opção de venda de ações (Sendas)	-	-	-	-	-	-
Média ponderada diluída das ações (milhares)	160.162	99.680	259.842	157.407	99.680	257.087

#### 29. Cobertura de seguro

A cobertura, em 30 de junho de 2011, é considerada suficiente pela Administração para cobrir possíveis sinistros, e pode ser resumida da seguinte forma:

		Controladora	Consolidado
Bens segurados		Montante da cobertura	Montante da cobertura
Imobilizado e estoques	Riscos cobertos	6.656.381	13.890.301
Lucro	Lucros cessantes	1.390.055	2.432.182
Automóveis e outros	Perdas e Danos	449.780	719.100

A Companhia também mantém apólices específicas cobrindo riscos de responsabilidade civil e administrativas no valor de R\$134.605.

## Notas Explicativas

### Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

#### 30. Plano de Previdência Privada de Contribuição Definida

Em julho de 2007, a Companhia estabeleceu um plano de previdência privada complementar de contribuição definida em nome de seus funcionários, a ser administrado pela instituição financeira Brasilprev Seguros e Previdência S.A. A Companhia faz contribuições mensais em nome de seus funcionários. As contribuições realizadas pela Companhia referentes ao período encerrado em 30 de junho de 2011 totalizaram R\$ 1.307 (R\$ 1.131 em 30 de junho de 2010) e as contribuições dos funcionários totalizaram R\$ 1.901 (R\$ 1.663 em 30 de junho de 2010). O plano contava com 856 participantes em 30 de junho de 2011 (878 em 30 de junho de 2010).

#### 31. Informações sobre os segmentos

A Administração separou as entidades recentemente adquiridas em quatro segmentos, como segue:

- Varejo – Inclui as bandeiras do Pão de Açúcar, CompreBem, Extra, Sendas e explora a atividade varejista;
- Eletrodomésticos – Inclui as bandeiras Ponto Frio e Casas Bahia
- Atacarejo – Inclui a bandeira ASSAI;
- Comércio eletrônico – Inclui os sites [www.pontofrio.com.br](http://www.pontofrio.com.br), [www.extra.com.br](http://www.extra.com.br) e [www.casasbahia.com.br](http://www.casasbahia.com.br)

A administração monitora separadamente os resultados operacionais de suas unidades de negócios com o objetivo de tomar decisões a respeito de alocação de recursos e avaliação de desempenho. O desempenho do segmento é avaliado com base no resultado operacional e é mensurado de forma consistente com o resultado operacional das informações trimestrais consolidadas. O financiamento do GPA (inclusive custos financeiros e receita financeira) e impostos de renda são administrados de forma segmentada.

A Companhia está envolvida em operações de lojas de varejo localizadas em 20 estados e no Distrito Federal. Os segmentos operacionais são divulgados de maneira consistente com o relatório interno fornecido ao principal tomador de decisões operacionais, identificado como o Diretor-Presidente.

O principal tomador de decisões operacionais destina recursos e avalia o desempenho por meio da revisão de resultados e de outras informações relacionadas aos quatro segmentos. Esses quatro segmentos são identificados com base na descentralização da administração dos negócios e incluem o segmento de Varejo, que operam principalmente sob as marcas “Pão de Açúcar”, “Comprebem”, “Extra”, “Extra Super”, “Extra Fácil” e “Sendas”, o segmento de Atacarejo, que inclui Barcelona e atua sob a marca “Assai”, e o segmento de Eletrodomésticos, que inclui a Globex e Nova Casa Bahia que operam sob as marcas “Ponto Frio” e “Casas Bahia”. Os segmentos operacionais não foram somados para formar os segmentos passíveis de divulgação.

## Notas Explicativas

### Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

#### 31. Informações sobre os segmentos--Continuação

Em 2010 a Companhia identificou o segmento comercio eletrônico separado do negocio eletrodoméstico devido à diferença na estratégia e na gestão dos negócios que inclui os sites *pontofrio.com.br*, *extra.com.br* e *casasbahia.com.br*.

A Companhia calcula os resultados dos segmentos utilizando as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS, entre outros fatores, o lucro operacional de cada segmento, que inclui algumas alocações de despesas indiretas corporativas. Frequentemente, a Companhia revisa o cálculo do lucro operacional de cada segmento, incluindo quaisquer alocações de despesas indiretas corporativas, conforme estabelecido pelas informações regularmente revisadas pelo principal tomador de decisões operacionais. Quando as revisões são feitas, os resultados operacionais de cada segmento afetado pelas revisões são corrigidos em todos os períodos apresentados, a fim de manter a comparabilidade. As informações dos segmentos da Companhia estão incluídas na tabela a seguir:

## Notas Explicativas

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

## 31. Informações sobre os segmentos--Continuação

Descrição	Saldo em 30.06.2011			Comércio		
	Varejo	Atacarejo	Eletrodomésticos	Eletrônico	Eliminação	Total
Receita líquida de vendas	10.465.003	1.745.752	8.481.275	1.446.543		22.138.573
Lucro bruto	2.872.601	230.929	2.501.910	230.456		5.835.896
Depreciação de amortização	(227.804)	(13.360)	(63.614)	(3.370)		(308.148)
Despesas financeiras	(439.335)	(48.832)	(382.395)	(63.348)		(933.910)
Receita financeira	81.089	1.387	189.408	289		272.173
Lucro operacional	535.603	16.481	220.865	67.730		840.679
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	116.747	(15.534)	86.288	4.672		192.173
Imposto e renda e contr. social	(13.907)	10.579	10.002	(1.866)		4.808
Lucro (Prejuízo) do período	102.840	(4.955)	96.291	2.805		196.981
Ativo circulante	6.633.397	667.282	8.372.881	595.847	(974.371)	15.295.036
Ativo não circulante	13.657.276	595.161	3.723.717	86.730	(2.934.549)	15.128.335
Passivo circulante	3.772.989	626.484	5.855.655	629.753	(923.268)	9.961.613
Passivo não -circulante	8.037.624	539.120	2.181.660	142	(73.137)	10.685.409

## Saldo em 30.06.2010

Descrição	Saldo em 30.06.2010			Comércio		
	Varejo	Atacarejo	Eletrodomésticos	Eletrônico	Eliminação	Total
Receita líquida de vendas	10.081.169	1.276.740	2.042.927	550.561	(1.710)	13.949.687
Lucro bruto	2.622.992	181.696	411.210	91.223	(1.710)	3.305.411
Depreciação de amortização	(215.593)	(10.410)	(26.110)	(524)	41.983	(210.654)
Despesas financeiras	(286.888)	(19.310)	(90.667)	(20.935)	(2.231)	(420.031)
Receita financeira	133.661	3.359	7.321	-	(2.084)	142.257
Lucro operacional	482.618	28.351	25.972	15.713	(14.964)	537.690
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	203.618	12.400	36.791	(5.157)	75.404	323.056
Imposto e renda e contr. social	(74.980)	(6.380)	(3.857)	4.515	(16.262)	(96.964)
Lucro (Prejuízo) do período	128.638	6.020	32.934	(642)	59.142	226.092
<b>31.12.2010</b>						
Ativo circulante	6.742.456	725.622	7.526.610	522.088	(807.800)	14.708.976
Ativo não circulante	13.626.901	768.278	3.548.155	72.282	(3.047.891)	14.967.725
Passivo circulante	5.351.479	738.753	5.063.902	545.558	(883.766)	10.815.926
Passivo não circulante	6.843.297	512.839	1.998.313	168	(77.612)	9.277.005

## Notas Explicativas

### Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

#### 31. Informações sobre os segmentos--Continuação

- As eliminações são compostas por saldos entre as companhias;
- Principalmente relacionadas à classificação de imposto de renda diferido de circulante para não circulante;

##### *Informações gerais da Companhia*

A Companhia atua principalmente como varejista de alimentos, vestuário, eletrodomésticos e outros produtos. A receita total é composta pelos seguintes tipos de produtos:

	<b>30.06.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Alimentos	<b>55,17%</b>	53,2%
Não-alimentos	<b>44,83%</b>	46,8%
Total de vendas	<b>100,00%</b>	100,0%

#### 32. Eventos Subseqüente

(i) Em 25 de julho de 2011, o Conselho de Administração aprovou o pagamento no valor de R\$ 0,09 por ação preferencial e R\$ 0,081818181818 por ação ordinária, a título de antecipação de dividendos intermediários. O montante total dos dividendos a serem distribuídos no 2º trimestre de 2011 será de R\$ 22,6 milhões, de acordo com a Política de Distribuição de Dividendos da Companhia, aprovada em Reunião de Conselho de Administração realizada em 03 de agosto de 2009.

Para o 4º trimestre, após o encerramento do exercício social e da aprovação das correspondentes demonstrações financeiras, a Companhia pagará aos acionistas o dividendo mínimo obrigatório, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, com a dedução da parcela de dividendos adiantada ao longo do exercício social.

O pagamento referente ao 2T11 será realizado no dia 10 de agosto de 2011. Terão direito aos dividendos todas as ações em circulação na data-base de 01 de agosto de 2011. A partir do dia 02 de agosto de 2011, as ações serão negociadas sem direito ("ex-direito") aos dividendos até a data do seu pagamento.

## Notas Explicativas

### Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2011  
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

#### 33. Eventos Subseqüente -- continuação

(ii) Conforme Fato Relevante divulgado em 4 de julho de 2011, nossa Companhia recebeu correspondência de seu controlador, Casino Guichard Perrachon S.A. ("Casino"), nos informando que foi requerida arbitragem em face dos Srs. Abilio dos Santos Diniz, Ana Maria Falleiros dos Santos Diniz D´Avila, Adriana Falleiros dos Santos Diniz, João Paulo Falleiros dos Santos Diniz, Pedro Paulo Falleiros dos Santos Diniz e de Península Participações Ltda. Além disso, a nossa Companhia foi incluída no pólo passivo como litisconsorte.

Em 8 de julho de 2011, nossa Companhia recebeu correspondência da Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional, a respeito da instauração de procedimento arbitral ("Arbitragem") por parte do Casino e suas subsidiárias, Segisor e Sudaco Participações Ltda., na qual nossa Companhia foi incluída como uma das requeridas e intimada para até 8 de agosto de 2011 apresentar resposta. Nessa arbitragem o pedido formulado contra a nossa Companhia visa, em suma, a declaração pelo Tribunal Arbitral de que esta não pode tomar decisões estratégicas concernentes à proposta de Gama 2 SPE (vide Fato Relevante divulgado em 28 de junho de 2011), sem a prévia aprovação de sua controladora Wilkes Participações S.A. Os termos da Arbitragem estão sujeitos a obrigação de confidencialidade."

## Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

### POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS CONTROLADORES DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

#### COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO (Companhia de capital aberto)

Posição em 30/06/2011  
(Em unidades)

Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
WILKES PARTICIPAÇÕES S.A.	65.400.000	65,61%	-	0,00%	65.400.000	25,16%
SUDACO PARTICIPAÇÕES LTDA.	28.619.178	28,71%	3.091.566	1,93%	31.710.744	12,20%
ONYX 2006 PARTICIPAÇÕES LTDA.	-	0,00%	20.635.313	12,87%	20.635.313	7,94%
CASINO GUICHARD PERRACHON *	5.600.052	5,62%	16.144.083	10,07%	21.744.135	8,36%
SEGISOR *	-	0,00%	5.091.754	3,18%	5.091.754	1,96%
STANHORE TRADING INTERNATIONAL S.A.*	-	0,00%	7.398.417	4,62%	7.398.417	2,85%
RIO PLATE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.	-	0,00%	4.076.494	2,54%	4.076.494	1,57%
PENÍNSULA PARTICIPAÇÕES LTDA.	-	0,00%	2.622.182	1,64%	2.622.182	1,01%
PAIC PARTICIPAÇÕES LTDA.	-	0,00%	652.140	0,41%	652.140	0,25%
BENGAL LLC *	-	0,00%	6.828.461	4,26%	6.828.461	2,63%
OREGON LLC *	-	0,00%	1.750.300	1,09%	1.750.300	0,67%
AÇÕES EM TESOOURARIA	-	0,00%	232.586	0,15%	232.586	0,09%
OUTROS	60.621	0,06%	91.756.562	57,25%	91.817.183	35,32%
<b>TOTAL</b>	<b>99.679.851</b>	<b>100,00%</b>	<b>160.279.858</b>	<b>100,00%</b>	<b>259.959.709</b>	<b>100,00%</b>

(\*) Empresa Estrangeira

### DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

#### WILKES PARTICIPAÇÕES S.A

Posição em 30/06/2011  
(Em unidades)

Acionista / Cotista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
PENÍNSULA PARTICIPAÇÕES LTDA.	20.375.000	50,00	-	-	20.375.000	27,00
SUDACO PARTICIPAÇÕES LTDA.	20.375.000	50,00	34.723.824	100,00	55.098.824	73,00
<b>TOTAL</b>	<b>40.750.000</b>	<b>100,00</b>	<b>34.723.824</b>	<b>100,00</b>	<b>75.473.824</b>	<b>100,00</b>

### DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

#### SUDACO PARTICIPAÇÕES S.A

Posição em 30/06/2011  
(Em unidades)

Acionista / Cotista	Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
PUMPIDO PARTICIPAÇÕES LTDA	3.585.804.573	100,00	3.585.804.573	100,00
<b>TOTAL</b>	<b>3.585.804.573</b>	<b>100,00</b>	<b>3.585.804.573</b>	<b>100,00</b>

### DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

#### ONYX 2006 PARTICIPAÇÕES LTDA.

Posição em 30/06/2011  
(Em unidades)

Acionista / Cotista	Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
RIO PLATE EMPREEND. E PARTIC. LTDA	515.580.242	99,99	515.580.242	99,99
ABILIO DOS SANTOS DINIZ	10.312	0,01	10.312	0,01
<b>TOTAL</b>	<b>515.590.554</b>	<b>100,00</b>	<b>515.590.554</b>	<b>100,00</b>

### DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

#### PENÍNSULA PARTICIPAÇÕES LTDA

Posição em 30/06/2011  
(Em unidades)

Acionista / Cotista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
ABILIO DOS SANTOS DINIZ	250.659.233	61,48	3	42,86	250.659.236	61,48
JOÃO PAULO F.DOS SANTOS DINIZ	39.260.447	9,63	1	14,29	39.260.448	9,63
ANA MARIA F.DOS SANTOS DINIZ D'ÁVILA	39.260.447	9,63	1	14,29	39.260.448	9,63
PEDRO PAULO F.DOS SANTOS DINIZ	39.260.447	9,63	1	14,29	39.260.448	9,63
ADRIANA F.DOS SANTOS DINIZ	39.260.447	9,63	1	14,29	39.260.448	9,63
<b>TOTAL</b>	<b>407.701.021</b>	<b>100,00</b>	<b>7</b>	<b>100,00</b>	<b>407.701.028</b>	<b>100,00</b>

## Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA				
PUMPIDO PARTICIPAÇÕES LTDA			Posição em 30/06/2011 (Em unidades)	
Acionista / Cotista	Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
SEGISOR**	3.633.544.694	100,00	3.633.544.694	100,00
<b>TOTAL</b>	<b>3.633.544.694</b>	<b>100,00</b>	<b>3.633.544.694</b>	<b>100,00</b>

(\*\*) Empresa Estrangeira

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA				
RIO PLATE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA			Posição em 30/06/2011 (Em unidades)	
Acionista / Cotista	Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
PENÍNSULA PARTICIPAÇÕES LTDA	566.610.599	100,00	566.610.599	100,00
ABILIO DOS SANTOS DINIZ	1	0,00	1	-
<b>TOTAL</b>	<b>566.610.600</b>	<b>100,00</b>	<b>566.610.600</b>	<b>100,00</b>

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA				
SEGISOR			Posição em 30/06/2011 (Em unidades)	
Acionista / Cotista	Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
CASINO GUICHARD PERRACHON (*)	937.121.094	100,00	937.121.094	100,00
<b>TOTAL</b>	<b>937.121.094</b>	<b>100,00</b>	<b>937.121.094</b>	<b>100,00</b>

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO						
Posição em 30/06/2011						
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador	99.619.331	99,94%	68.309.328	42,62%	167.928.659	64,60%
<b>Administradores</b>						
Conselho de Administração	-	0,00%	4.388	0,00%	4.388	0,00%
Diretoria	-	0,00%	660.500	0,41%	660.500	0,25%
<b>Conselho Fiscal</b>						
Conselho Fiscal	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
<b>Ações em Tesouraria</b>						
Ações em Tesouraria	-	0,00%	232.586	0,15%	232.586	0,09%
<b>Outros Acionistas</b>						
Outros Acionistas	60.520	0,06%	91.073.056	56,82%	91.133.576	35,06%
<b>Total</b>	<b>99.679.851</b>	<b>100,00%</b>	<b>160.279.858</b>	<b>100,00%</b>	<b>259.959.709</b>	<b>100,00%</b>
<b>Ações em Circulação</b>	<b>60.520</b>	<b>0,06%</b>	<b>91.073.056</b>	<b>56,82%</b>	<b>91.133.576</b>	<b>35,06%</b>

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO									
Posição em 30/06/2010									
Acionista	Ações Ordinárias		Ações PNA		Ações PNB		Total		
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
Controlador	99.619.331	99,94%	40.714.140	26,95%	2.086.078	31,15%	142.419.549	55,32%	
<b>Administradores</b>									
Conselho de Administração	-	0,00%	4.371	0,00%	-	0,00%	4.371	0,00%	
Diretoria	-	0,00%	536.063	0,35%	2.689	0,04%	538.752	0,21%	
<b>Conselho Fiscal</b>									
Conselho Fiscal	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	
<b>Ações em Tesouraria</b>									
Ações em Tesouraria	-	0,00%	0	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	
<b>Outros Acionistas</b>									
Outros Acionistas	60.520	0,06%	109.821.516	72,69%	4.609.172	68,81%	114.491.208	44,47%	
<b>Total</b>	<b>99.679.851</b>	<b>100,00%</b>	<b>151.076.090</b>	<b>100,00%</b>	<b>6.697.939</b>	<b>100,00%</b>	<b>257.453.880</b>	<b>100,00%</b>	
<b>Ações em Circulação</b>	<b>60.520</b>	<b>0,06%</b>	<b>109.821.516</b>	<b>72,69%</b>	<b>4.609.172</b>	<b>68,81%</b>	<b>114.491.208</b>	<b>44,47%</b>	

## **Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva**

## RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Administradores e Acionistas da  
Companhia Brasileira de Distribuição  
São Paulo, SP

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Brasileira de Distribuição e empresas controladas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre e período de 6 meses findos em 30 de junho de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre e período de 6 meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Outros assuntos

#### Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao trimestre e período de 6 meses findos em 30 de junho de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informações suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 25 de Julho de 2011  
Ernst & Young Terco  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2-SP 015199/O-6

Antonio Carlos Fioravante  
Contador  
CRC nº 1SP184973/O-0